Quinta-feira, 3 de julho de 2025
Ano 26 | Número 6286 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

CAPA PUBLICITÁRIA | CONTEÚDO PATROCINADO POR



O BRASIL É A NOSSA ENERGIA









Energia em transição

Fique por dentro de um dos temas mais atuais e relevantes para o Brasil e o planeta

Um dos debates mais relevantes da atualidade, a transição energética justa é tema do projeto **ENERGIA EM TRANSIÇÃO**. A transformação do setor energético, com foco em inclusão, sustentabilidade e segurança, é o ponto central da iniciativa, patrocinada pela Petrobras, com distribuição de conteúdo de marca no **GLOBO**, no **VALOR ECONÔMICO** e nas rádios **GLOBO** e **CBN**.

Como líder na transição energética justa, a Petrobras amplia o conhecimento sobre o assunto ao apresentar conteúdos que explicam, de forma acessível, os desafios e as oportunidades desse processo já em curso. Para contar essa história, o projeto apresenta narrativas dinâmicas e formatos diversos — textos, webstories, vídeos e eventos — como forma de estimular e acelerar o entendimento do tema.

Contribuindo com a iniciativa, especialistas compartilham uma abordagem aprofundada sobre os movimentos atuais e o futuro do setor.

Acesse aqui e conheça o projeto **ENERGIA EM TRANSIÇÃO**



PRODUZIDO POR G.lab

Eufrázio

CONTEÚDO PATROCINADO POR **PETROBRAS**

O BRASIL É A NOSSA ENERGIA

A Petrobras é líder **na transição energética justa.**

Mas o que é a transição energética justa?

A transição energética justa é um processo que vem transformando as matrizes energéticas de maneira sustentável, garantindo que os trabalhadores e as comunidades sejam parte integral desse movimento. Ela deve assegurar que a transição para uma economia de baixo carbono seja inclusiva e equitativa, avaliando os impactos na sociedade, gerando empregos, oferecendo energia a preços justos e garantindo que todas as pessoas tenham acesso à energia.

Ela envolve a mitigação gradual de fontes de energia fósseis para fontes renováveis, sem desconsiderar os aspectos sociais e econômicos. É possível conciliar a transição energética justa com uma exploração responsável de óleo e gás no país. Atualmente, o nosso petróleo tem uma das menores intensidades de carbono do mundo, sendo fundamental para garantir a segurança energética do país, além de gerar os recursos necessários para financiar a transição energética justa.

A Petrobras vem aumentando os investimentos em baixo carbono nos negócios, diversificando seu portfólio de forma responsável e rentável. Estão sendo adotadas diferentes estratégias para diferentes segmentos, realizando investimentos em descarbonização das operações, em geração renovável e em combustíveis sustentáveis, além, claro, de seguir estudando outras alternativas em baixo carbono. Em resumo, a transição energética justa reconhece a mudança para uma economia mais verde e sustentável e reconhece que essa mudança não deve ser feita às custas das pessoas mais vulneráveis, mas sim de forma a gerar um futuro mais inclusivo, sustentável e justo para todos.

E como acompanhar o projeto "Energia em Transição" e ficar por dentro do tema, um dos mais relevantes da atualidade?

*Para acompanhar o projeto, patrocinado pela Petrobras, acesse os portais e as redes sociais do **VALOR ECONÔMICO** e do **GLOBO**, que reúnem conteúdos de marca em diversos formatos — textos, fotos, vídeos, infográficos e webstories — sobre o tema. As rádios **CBN** e **GLOBO** também trazem boletins branded, apresentados pela Petrobras, com especialistas, ampliando ainda mais o debate sobre a transição energética justa.*



Boletins branded, veiculados na faixa rotativa das rádios Globo e CBN

Divulgação

O GLOBO 100 Valor CBN

Realização

EDITORA GLOBO

PRODUZIDO POR G.lab

Eufrázio

Juros
'Há sinais razoavelmente claros de que a política monetária está funcionando', diz Nilton David, diretor do BC C2



Indústria
Setor tem queda de 0,5% em maio, puxada por bens de capital e duráveis, e reforça expectativa de desaceleração A2



Marketing
Abap discute código de boas práticas em festivais, com 'diretrizes mais claras para o setor', diz Marcia Esteves B6

Quinta-feira, 3 de julho de 2025
Ano 26 | Número 6286 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Emissões externas atingem US$ 20,3 bi no semestre, valor próximo ao total de 2024

Mercado de capitais Volume inclui bônus emitidos por empresas brasileiras e pelo Tesouro; expectativa é que captações possam chegar a até US$ 35 bi no ano

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

No primeiro semestre, o volume de emissões de bônus brasileiros no exterior alcançou US$ 20,3 bilhões, praticamente se igualando aos US$ 21 bilhões de todo o ano passado. A despeito do aumento da volatilidade global, com o avanço de guerras e as medidas adotadas pelo governo de Donald Trump, as captações externas por companhias locais e pelo Tesouro Nacional tiveram um dos semestres mais fortes dos últimos anos, 35% acima do mesmo período de 2024. Nesse quadro, as estimativas para o volume total de 2025 foram revisadas, chegando até a US$ 35 bilhões.

Na visão de banqueiros de investimento, o movimento deve continuar aquecido em julho, antes da pausa para as férias no Hemisfério Norte. Na fila das próximas captações estão companhias como Sabesp e Prio (ex-PetroRio), além do Tesouro. "Em termos gerais, foram operações de emissores que geralmente já olham para o mercado externo, como companhias com operações em moeda forte ou bancos, mas o semestre foi bem mais ativo do que esperávamos", diz o responsável pela emissão de dívida externa do Itaú BBA, Pedro Frade.

As empresas têm buscado captar no exterior como forma de gerir os passivos. E, com os investidores buscando rentabilidade, a demanda nas emissões de empresas latino-americanas foi alta, algo que se refletiu num custo de captação atraente para as companhias. Estiveram presentes nas operações até mesmo investidores dedicados aos EUA, que passaram a buscar nomes de outros países para diversificar as carteiras, após as medidas adotadas por Trump, como o aumento de tarifas.

Prova do cenário favorável é que algumas companhias foram ao mercado mais de uma vez no semestre. "Tivemos algumas dobradinhas, uma evidência de mercado bastante forte", afirma o responsável pela área de dívida externa do Santander Brasil, Miguel Diaz. A JBS, primeira empresa a emitir um título em 2025 com uma captação de US$ 1,75 bilhão, voltou ao mercado no fim de junho para emitir US$ 3,5 bilhões, maior volume do ano. Tesouro, Raízen e FS Bio também foram captar no exterior em dose dupla. **Página C1**

Governo busca trégua na crise do IOF, mas insiste no 'nós contra eles'

Caetano Tonet, Andrea Jubé, Gabriela Guido, Sofia Aguiar, Tiago Angelo e Claudia Violante
De Brasília e São Paulo

Com o objetivo de conter a escalada da crise entre os Poderes, o governo convocou interlocutores para buscar uma trégua com o Congresso. A tentativa é de reabrir o diálogo, especialmente com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O clima piorou após a Advocacia-Geral da União recorrer ao Supremo Tribunal Federal para contestar a decisão do Congresso que derrubou a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O presidente Lula disse ontem que pretende se reunir com Alcolumbre, que tem mostrado disposição de atuar na retomada do diálogo, e com o presidente da Câmara, Hugo Motta. Ao mesmo tempo, contudo, o PT e o governo endossam vídeos que reforçam a estratégia de "nós contra eles", provocando tensão com o Legislativo. **Página A8**

Barreiras comprometem comércio no Brics

Lucianne Carneiro
De Rio

Barreiras não tarifárias e ineficiências de processos de logística e aduana têm comprometido o comércio entre os países do Brics. Segundo estudo produzido pelo Conselho Empresarial do Brics (Cebrics), órgão de representação do setor privado dos países-membros, entre 24 obstáculos mapeados estão questões de natureza regulatória, sanitária, fitossanitária, técnica, aduaneira e administrativa, que afetam empresas de comércio exterior de diferentes segmentos. O país que apresenta o maior número de barreiras é a Índia (10), seguida por China (9), Rússia (5) e Brasil (3). **Página A5**

Carreira



Especialistas em recrutamento de executivos dizem que estão se tornando mais comuns cases em que o profissional aceita mudar de emprego para cargos mais baixos na hierarquia corporativa, seja por qualidade de vida ou um propósito, como o que moveu Jaime Almeida, hoje vice-presidente de diversidade e inclusão da Fesa Group. "O que me motiveu foi trabalhar em benefício da carreira de grupos minorizados", diz. Página B2

Quaest: agenda de Lula tem pouca chance de avançar

Joelmir Tavares
De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem chance baixa de aprovar sua agenda no Congresso Nacional, segundo opinião de 57% dos deputados federais. Já os que consideram a possibilidade de aprovação alta representam 36% dos parlamentares ouvidos em pesquisa da Genial/Quaest. Foram feitas 203 entrevistas — o que representa 40% do total de deputados —, em amostra que levou em conta a proporção por região do país e a ideologia partidária. A margem de erro da pesquisa é de 4,5 pontos percentuais. A comparação com a rodada anterior do levantamento, de maio de 2024, mostra aumento do descrédito do governo entre os deputados. Naquela altura, os que consideravam alta a chance de Lula avançar com sua agenda eram 47%, mesmo percentual dos que a viam como baixa. **Página A12**

Destaques

Acordo comercial
O Mercosul anunciou a conclusão de acordo de livre comércio com o EFTA — bloco formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. A entrada em vigor, porém, ainda depende de plebiscito a ser realizado pelos suíços. **A6**

Previdência privada
A previdência complementar aberta teve captação líquida de R$ 2,2 bilhões em maio, queda de 51,8% no mês, com os ingressos no ano somando R$ 9,4 bilhões, recuo de 63,4%. O patrimônio total do setor chegou a R$ 1,7 trilhão, alta de 13% em 12 meses. **C6**

Hacker ataca prestadora de serviço do Pix

Álvaro Campos, Laís Godinho, Tiago Angelo, Gabriel Shinohara e Daniela Braun
De São Paulo e Brasília

Ataque hacker a uma prestadora de serviços do Pix afetou ao menos cinco instituições financeiras, com o desvio estimado de centenas de milhões de reais — os valores exatos não foram informados.

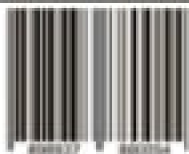
Os criminosos exploraram uma vulnerabilidade da C&M Software — empresa que presta serviços para o setor e se conecta com a infraestrutura do Pix — para cometer o ataque. Os hackers teriam acessado contas reservas mantidas pelas instituições financeiras junto ao Banco Central. O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, disse ao **Valor** que um inquérito seria aberto.

O BC informou que a C&M Software "comunicou o ataque à sua infraestrutura tecnológica" e que determinou à empresa "o desligamento do acesso das instituições às infraestruturas por ela operadas". Procurada, a C&M disse que colabora com as autoridades nas investigações em andamento. **Página C3**



Indicadores

Ibovespa	2/jul/25	-0,36 % R$ [illegible] bi
Selic (meta)	2/jul/25	15,00% ao ano
Selic (taxa efetiva)	2/jul/25	14,90% ao ano
Dólar comercial (BC)	2/jul/25	5,4506/5,4512
Dólar comercial (mercado)	2/jul/25	5,4200/5,4206
Dólar turismo (mercado)	2/jul/25	[illegible]
Euro comercial (BC)	2/jul/25	6,4257/6,4270
Euro comercial (mercado)	2/jul/25	[illegible]
Euro turismo (mercado)	2/jul/25	[illegible]



Trump anuncia tarifa de 20% para o Vietnã

Bloomberg

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que chegou a um acordo comercial com o Vietnã, após semanas de intensa diplomacia entre os dois países. Uma tarifa de 20% será aplicada às exportações do Vietnã para os EUA, com um imposto de 40% sobre quaisquer produtos considerados como reexportados por meio do país. Segundo Trump, o Vietnã também concordou em eliminar toda a taxação sobre importações americanas. Trump tinha imposto inicialmente, em abril, tarifa de 46% ao Vietnã. To Lam, o líder do Partido Comunista, propôs que os EUA reconheçam o país asiático como "economia de mercado". Os EUA esperam fechar mais acordos até o dia 9, quando vence a trégua para o tarifaço. **Página A13**

Entretenimento



O empresário Gladson Tedesco, fundador do Tom Brasil, hoje Tokio Marine Hall, e seu filho Christian preparam a programação especial que irá comemorar os 30 anos da casa de espetáculos paulistana, neste 2º semestre, e que deverá incluir o lançamento de livro contando histórias de bastidores de 3,2 mil apresentações, além de uma exposição fotográfica. Página B5

JHSF
SURPREENDENTE
SHOPS
JARDINS

Brasil

Dissidentes, gatos e tiranos na ágora digital



Nelson Niero

Durante o voto do ministro André Mendonça no julgamento da regulação das redes sociais, terminado na sexta-feira, seu colega Luís Roberto Barroso fez um aparte para citar uma frase da revolucionária marxista Rosa Luxemburgo: "A liberdade é sempre a de quem pensa diferente".

A frase aparece, segundo o site da Fundação Rosa Luxemburgo, numa anotação às margens do manuscrito inacabado "Sobre a Revolução Russa", de 1918, numa análise sobre medidas ditatoriais do bolchevistas depois da tomada de poder. "Liberdade apenas para os apoiadores do governo, apenas para os membros de um partido — por mais numerosos que sejam — não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade dos dissidentes."

O comunismo "humanista" de Luxemburgo não foi páreo para o ideário leninista que viria a parir o "socialismo real" da União Soviética. A vida nunca foi fácil para dissidentes.

Mendonça abriu divergência à tese que vinha sendo defendida até aquele momento, que seria vencedora por oito votos três, e não parece acidental que seu voto, que fala no direito dos cidadãos de desconfiar das instituições, tenha lembrado Barroso da concepção radical sobre liberdade de expressão.

Talvez o ministro já estivesse incomodado com os rumos desse debate quando propôs uma solução de meio-termo, que acabou prevalecendo, de revogação parcial do artigo 19 do Marco Civil da Internet. A inconstitucionalidade parcial tornou letra parcialmente morta o texto que, para "assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura", previa a necessidade de ordem judicial para remoção de conteúdos nas redes sociais.

Agora, as plataformas serão consideradas corresponsáveis por conteúdos ilegais assim que notificadas pelas partes afetadas. No entendimento da maioria da Corte, o dispositivo legal não impedia proliferação de crimes nas redes e não oferecia proteção suficiente para os usuários. As plataformas também terão que atuar preventivamente na remoção de determinados tipos de conteúdo, como incitação à violência, terrorismo, pedofilia e atos antidemocráticos.

O fato de essa discussão para mudar uma lei aprovada pelos congressistas e sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 2014 ter ocorrido no Supremo, e não no Congresso, que é o poder legislador, foi alvo de crítica do ministro Edson Fachin, no segundo voto divergente. Ele defendeu a necessidade de ordem judicial para retirada de conteúdos como "única forma constitucionalmente adequada" e recomendou que seja feita uma "regulamentação estrutural e sistêmica, preferencialmente não via Poder Judiciário".

Não se sabe ainda qual será o órgão, se é que haverá um, responsável pela fiscalização do cumprimento da nova regra. O debate do tema trouxe à baila outra frase famosa. "Eu não me animo muito a tentar definir a natureza dessa entidade", disse Gilmar Mendes, acrescentando que é um consenso entre os ministros a necessidade dela. "Nós todos somos admiradores do regime chinês, do Xi Jinping, que diz assim: 'A cor do gato não importa, o importante é que ele cace o rato'."

Foi de pronto corrigido por Barroso, que, na função de "fact checker" de máximas célebres do tribunal, lembrou que a frase é de Deng Xiaoping, líder supremo da China entre 1978 e 1992. O ditado de Deng, ele próprio um dissidente que sobreviveu a dois expurgos na Revolução Cultural, foi uma resposta a críticas dos linha-duras às reformas liberalizantes para reverter a situação econômica caótica deixada por Mao Tsé-Tung.

Seria uma surpresa que (todos) os ministros do Supremo fossem admiradores do regime chinês — Flavio Dino é a aposta mais óbvia, como ex-membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de linha maoísta —, mas o mesmo não se poderia dizer do Executivo. Recentemente, em viagem à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu a possibilidade de que fosse enviada ao Brasil uma pessoa da confiança do "companheiro Xi Jinping" para discutir a questão digital. Já a Advocacia-Geral da União (AGU) foi rápida em comemorar o resultado na votação, que atendeu "em grande medida" aos pedidos do órgão.

O que parece estar se desenhando é uma terceirização da regulação pelo STF, em que plataformas como o Instagram, que tinha 140,7 milhões de usuários no Brasil em fevereiro deste ano, segundo o portal Statista, teria que decidir quais publicações se enquadrariam em conceitos como "antidemocrático", "terrorismo" e "discriminação". O dono da empresa, Mark Zuckerberg, certamente teve um "flashback". Ele admitiu no ano passado que a empresa foi pressionada pelo governo do americano Joe Biden para remover conteúdos que eram considerados "desinformação".

Tentou-se driblar durante toda a discussão um termo que aterroriza a ministra Cármen Lúcia. "A censura é proibida constitucionalmente, eticamente, moralmente e até espiritualmente", disse durante seu voto. Em seguida, para justificar a decisão da corte, identificou "213 milhões de pequenos tiranos soberanos" na ágora digital brasileira. "Soberano é o Brasil, soberano é o direito brasileiro", sentenciou, antes de pedir uma convivência com "um pingo de sossego"

Como regular redes não é um assunto simples nem localizado, outras soberanias tendem a ser invocadas, como é caso do processo movido pela plataforma de vídeos Rumble e a Trump Media contra Alexandre de Moraes. As empresas pedem indenização por prejuízos à reputação, perdas de receita e oportunidades de negócio e acusaram o magistrado de violar a Primeira Emenda da Constituição americana, que garante a liberdade de expressão, ao ordenar a remoção de contas de influenciadores brasileiros, além de outras "tentativas de censura".

A repercussão internacional foi a justificativa de Kassio Nunes Marques, na reunião dos ministros na sexta-feira antes de seu voto, para tentar convencer os seus colegas que o melhor seria adiar a decisão. Segundo apuração da "GloboNews", a sugestão foi rechaçada por Mendes sob o argumento de que o tribunal não poderia ceder a "chantagem". Nesse ambiente de conflagração, é difícil imaginar que teremos o "pingo de sossego" pedido por Carmem Lúcia.

Nelson Niero é editor de S.A. do Valor Econômico.
E-mail nelson.niero@valor.com.br

Conjuntura Bens de capital e de consumo duráveis puxam para baixo desempenho do mês e sinalizam perda de fôlego no 2º trimestre

Indústria tem queda de 0,5% em maio e reforça desaceleração

Alessandra Saraiva e Marta Watanabe
Do Rio e de São Paulo

O volume de produção indústria brasileira caiu em maio, ante abril, puxado principalmente por bens de capital e bens de consumo duráveis. Sob peso de incertezas macroeconômicas e alta taxa de juros, o setor mostra a segunda contração consecutiva e, segundo economistas, reforça o cenário esperado de perda de tração no segundo trimestre na produção industrial e no PIB.

A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, divulgada na quarta-feira (2) pelo IBGE, mostra que o volume de produção industrial caiu 0,5% em maio ante o mês anterior, com ajuste sazonal. Em abril, a produção industrial caiu 0,2% em igual critério. Houve revisão do dado anterior de abril, que antes mostrava alta de 0,1%. Na comparação com maio de 2024, houve alta de 3,3%.

O desempenho de maio ante abril ficou em linha com a mediana das estimativas de 25 instituições financeiras e consultorias, ouvidas pelo Valor Data, de queda de 0,5%, livre dos efeitos sazonais. As projeções iam de queda de 1,3% a alta de 0,4%. Na comparação com maio de 2024, o resultado ficou abaixo mediana de 26 instituições (alta de 3,6%).

O volume de produção caiu em maio e, embora registre crescimento moderado no acumulado de 2025, enfrenta oscilações mensais importantes, diz Leonardo Costa, economista do ASA. No ano, a produção industrial cresceu 1,8%. A queda em maio, juntamente com a revisão de abril, diz Costa, indica desaceleração gradual da economia doméstica.

A indústria, diz Stéfano Pacini, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV Ibre), tende a sentir a desaceleração antes das demais atividades. Os dados de confiança de junho reforçam esse cenário, com percepção de piora pelos empresários. "Houve aumento grande da incerteza, o que traz receio ao empresário, que tende a adiar decisões de produzir mais ou de fazer investimentos. Há um cenário macroeconômico de alta incerteza, uma política monetária contracionista para segurar a atividade e as pressões de preço. A boa notícia continua sendo o mercado de trabalho, que tem apresentado bons resultados no segundo trimestre."

Ele chama a atenção para o desempenho ruim, na variação mensal de maio, de setores com grande peso no indicador. Pelos dados da PIM, a produção industrial mostrou recuo em 13 de 25 atividades.

O recuo de 3,9% na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias, em maio ante abril, foi o mais intenso desde novembro de 2024 (-6,8%). Com a retração, diz André Macedo, pesquisador do IBGE, a atividade contabiliza perda de 4,3% na produção de maio e abril. A queda reflete em parte a alta taxa de juro e o acesso difícil ao crédito, diz.

Macedo pondera que em veículos houve aumento de 3,9% em março ante fevereiro, acima da média da indústria (1,2%). Assim, a queda em maio, pode ter sido influenciada também por uma espécie de ajuste.

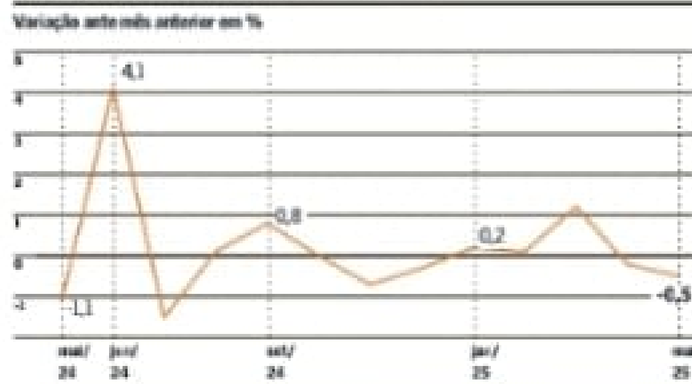
"Há sinais espalhados de arrefecimento, olhando para bens de capital", diz Rodolfo Margato, economista da XP. Ele alerta também para queda nos bens de consumo. "Nossa expectativa ainda é de expansão do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo no segundo trimestre e no curto prazo, de forma geral, mas a um ritmo bem mais moderado do que o observado nos últimos trimestres."

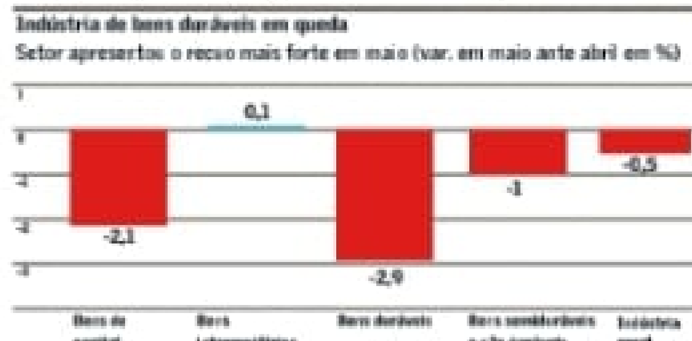
Macedo observa que, em maio, as indústrias de duráveis e de semiduráveis e não duráveis apresentaram quadro desfavorável, também como reflexo de trajetória pouco positiva nas produções industriais de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Como ponto positivo, destaca Margato, está a indústria extrativa, com crescimento pelo quarto mês consecutivo, uma forte expansão na margem e na comparação com o mesmo período de 2024. Ele lembra que esse grupo decepcionou em 2024, mas entrou em recuperação firme no início de 2025.

A indústria de transformação, compara, com atividades mais sensíveis ao ciclo, mostra arrefecimento, e deve ser a tendência também para os próximos meses. A XP projeta alta de 2,5% para o PIB de 2025. "Ainda vemos uma dinâmica bastante favorável nos setores menos sensíveis. Além da indústria extrativa, a agricultura continua forte, puxada por safra recorde de soja, de milho, e também o mercado de trabalho aquecido, que leva a um aumento contínuo da massa de renda."

Atividade industrial em baixa
Indústria registrou em maio menor taxa do ano





BNDES tem 'leque' de apoio a empresas, diz Barbosa

Camila Zarur e Francisco Góes
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de diversos mecanismos para apoiar o crescimento das empresas brasileiras via fundos de investimento e, nos últimos anos, esse tipo de instrumento tem crescido no portfólio da instituição, mostrou nesta quarta-feira (2) Nelson Barbosa, diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES. Ele participou ontem do encerramento do evento "Hubs e desafios empresariais em inteligência artificial", na sede do banco, no Rio.

Barbosa indicou que os valores das cotas de fundos de investimento do banco, incluindo FIPs e FDICs, somaram R$ 4,6 bilhões em 2024, acima dos R$ 4 bilhões de 2022. Em dezembro do ano passado, o BNDES tinha na carteira um total de 53 fundos, entre fundos "semente e venture capital", "private equity" e fundos de dívida. Esses fundos são geridos por um conjunto de instituições financeiras privadas selecionadas em chamadas públicas.

No mercado, sempre que o BNDES diz que vai investir em empresas surge a preocupação de que o banco venha a ocupar a presença dos atores privados. Mas a atual gestão tem repetido que quer investir junto com os agentes privados, sem deslocá-los como aconteceu no passado.

Na ocasião, nas primeiras gestões petistas, se configurou a prática dos "campeões nacionais", grupos escolhidos pelo BNDES para receber aportes (capital e instrumentos de dívida) dentro da política industrial do governo à época. Na estratégia atual, o banco tem interesse em investir mais via fundos de investimento, geridos por instituições financeiras selecionadas, nos quais o BNDES é minoritário. Por esses instrumentos, o banco aporta recursos, o que permite alavancar em quatro vezes ou mais capital privado para os projetos, e depois de um período (que pode chegar a cerca de dez anos) desinveste.

Em junho, o BNDES informou que pretende investir R$ 10 bilhões em ações de empresas via participação direta e por meio de fundos. Os recursos serão oriundos do recebimento de dividendos e da venda de participação em empresas consideradas "maduras" pela instituição. A ideia é que o dinheiro seja realocado em projetos prioritários para a atual administração, incluindo transição energética e inovação.

A estratégia foi detalhada, na ocasião do anúncio, pelo diretor financeiro e de mercado de capitais do BNDES, Alexandre Abreu. Dos R$ 10 bilhões, R$ 5 bilhões serão destinados a aportes diretos em empresas e os outros R$ 5 bilhões aplicados, via fundos de investimento, por meio de uma chamada pública voltada para a transição climática e soluções baseadas na natureza, a ser lançadas na COP30, em Belém, em novembro deste ano.

Ontem, Barbosa aproveitou o seminário sobre inteligência artificial na sede do banco, que começou na segunda-feira (30), para mostrar que as empresas que precisem de capital podem contar com aportes via fundos, seja na forma de capital ("equity") ou na modalidade de dívida, quando uma companhia emite uma debênture, por exemplo, e o BNDES garante parte da subscrição do título. A mensagem de Barbosa foi feita em um contexto no qual havia investidores em data centers, centros de processamento e armazenamento de dados que vão exigir investimentos bilionários nos próximos anos no Brasil.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4UM B3
Aegea B3
Agger B6
Allianz C2
Amazon B6
Ampere Computing C1
ASA A2
Azul B5
Banco do Brasil B1
Banco Paulista C3
Banco Volkswagen B5
Bank of America C1
BNDES B3, B4
Bradesco B1
Brasilprev C2
C&M Software C3
Carvalho Hosken C1
Casas Bahia B1
Celerte AI B2
Coca-Cola B5
Cristália B5
CRU B1
CSN B1
Dimensa B6
DM9 B6
Esteved Brasil B2
EPR B3
Evermonte Executive Search B2
Exec B2
Fator Gestão C6
Fesa Group B2
FS Bio C1
GEP Brasil B1
Gerdau B1
Godke Advogados C3
Goldman Sachs C1
Hedge C6
Heineken B5
Itaú BBA C1
JBS C1
JGP C6
JiveMauá C6
Magazine Luiza B4
Mapa Capital B1
Microsoft B6
Motiva B3
Neon B2
Nestlé B5
Netflix B6
Netshoes Brasil C3
OKA Biotecnologia B6
Opportunity B3
Paladin C6
Petrobras B4, C1
Picpay B2
Porto Asset C2
Prio C1
Quaest A12
Raízen C1
Roche Farma Brasil B2
Rumo B3
Sabesp C1
Santander C1
SmartPay C3
Softbank C1
Spotify B6
Starbucks B5
SulAmérica Investimentos C2
Talenses B2
Tivo C6
Tokio Marine B5
Tom Brasil B5
Totvs B6
Usiminas B1
Wells Fargo C2
Whirlpool B6
WoodMackenzie B1
XP A2, C6

PATRIANI

Entre as gigantes do mercado imobiliário

Juntas, Plano&Plano, Cyrela, Cury, MRV, Tenda, Diálogo, Econ, Nortis, Eztec e PATRIANI formam o top 10 do mercado imobiliário

Estamos muito orgulhosos de fazer parte desse seleto grupo de construtoras que foram eleitas as **10 maiores pelo Top Imobiliário 2025**. Parabéns a todos os premiados, que ajudam a elevar o padrão do mercado imobiliário brasileiro.



Aponte a câmera
do celular e saiba mais
construtorapatriani.com.br

Fale com a gente:
Ligue **4000-1556** • WhatsApp 11 **97673-1715**

Eufrázio

Gestão pública Com a publicação dos números do PPA, intenção de ministério é rever os objetivos e alinhar as metas para o próximo ano

Maioria dos objetivos do Plano Plurianual supera 80% de metas

Guilherme Pimenta
De Brasília

Mais de 70% dos objetivos do Plano Plurianual (PPA), que são indicadores amplos a serem atingidos, tiveram no ano passado cumprimento superior a 80%. Já em relação às entregas, que representam bens e serviços mais específicos prestados à sociedade, mais de 60% elas tiveram cumprimento superior a 80%. Os dados foram antecipados ao **Valor** pela secretária nacional de Planejamento, Virginia de Ângelis. Segundo a secretária, os números são "bem significativos".

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) também avança para finalizar nas próximas semanas dois projetos prioritários que visam estabelecer diretrizes para o os próximos anos e as próximas décadas: a publicação do cumprimento de entregas e metas e a revisão do PPA 2024-2027, além da Estratégia Brasil 2050, que busca estabelecer metas com objetivos mais longevo. Esses são os dois projetos prioritários no médio e longo prazo na equipe comandada pela ministra Simone Tebet.

O PPA é um plano que norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento. O MPO buscou reforçar o PPA desde 2023, com aproximação a outros órgãos da Esplanada dos Ministérios para priorização de objetivos e entregas que foram estabelecidas. Exemplos de objetivos e entregas são investimentos em infraestrutura e melhora de indicadores sociais.

No último ano, 73% dos objetivos específicos do PPA, que declaram resultados gerados à sociedade, tiveram um cumprimento superior a 80%. Já em relação às entregas, que representam bens e serviços que chegam à sociedade, 61% atingiram mais de 80% das metas estabelecidas.

Segundo os números do PPA, em 2024, por exemplo, houve alcance de 50,3% de oferta de energia limpa, superando a meta de 47,7% estabelecida para o próximo ano — a transição ecológica é um dos principais itens tanto do PPA quanto da Estratégia Brasil 2050.

Nesse âmbito, por exemplo, houve 141 operações da Polícia Federal para prevenção e repressão ao desmatamento na Amazônia Legal, representando 117,5% da meta prevista.

Já em relação ao Monitoramento das Agendas Transversais, uma das novidades do PPA, 74% dos objetivos específicos tiveram um cumprimento superior a 80%, enquanto houve entregas em 63% das metas estabelecidas.

No âmbito dessas agendas, por exemplo, houve 87 ações de fiscalização, em 2024, em 10 das 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento. A meta estabelecida no PPA era de 84.

Ainda nessa temática, o PPA destaca que 9,9 mil crianças indígenas menores de 1 ano tiveram acesso a consultas recomendadas de crescimento e desenvolvimento, o que corresponde a uma cobertura de 48% da população. A meta estabelecida era de 45%.

Já em relação à agenda transversal voltada para mulheres, a pasta detectou que houve, por exemplo, mais de 38 mil mulheres beneficiadas com cursos de qualificação profissional, diante de uma meta estabelecida de 30 mil.

Agora, com a publicação dos números, a intenção é rever os objetivos e alinhar as metas para o próximo ano. Em relação aos objetivos, por exemplo, em cerca de 10% das metas houve alcance de somente até 10% do pretendido.

Segundo a secretária, será observado se, para cada uma dessas metas de baixo alcance, houve propósitos superestimados ou falta de orçamento, tendo em vista que o cenário fiscal também afeta a entrega dos resultados. "O objetivo é cada vez mais integrar o PPA e o Orçamento para dar respostas às principais necessidades da sociedade", disse Virginia.

Ela explicou que não é possível comparar os números atuais com o PPA anterior, já que o documento editado no primeiro ano da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não possibilitava, na visão dela, uma noção claro do desempenho da administração pública.

> Em relação aos objetivos em cerca de 10% das metas houve alcance de até 10% do pretendido

"O PPA é um instrumento também quase que de expressão política e instrumento também para o jogo orçamentário. O nosso trabalho é para que as metas saiam, desde a elaboração, o mais aderente possível à realidade fiscal."

Além do PPA, a secretaria trabalha para finalizar, em breve, a Estratégia Brasil 2050, que agora entra em fase de consolidação e será concluída em outubro, às vésperas da COP30, em Belém.

Nos últimos meses, a equipe da secretaria buscou levantar e integrar planos nacionais vigentes no âmbito do plano que visa o planejamento para 2050. Esse plano visando 2050 contém semelhanças com o PPA, mas mirando o longo prazo, com metas mais ambiciosas voltadas para o crescimento social e econômico.

No âmbito da estratégia, foram levantados mais de 30 planos vigentes apenas em nível federal, como o Plano de Transformação Ecológica, a Nova Indústria Brasil, o Plano Nacional de Mudança do Clima com seus planos setoriais de mitigação e adaptação, o Plano Nacional de Energia, o Plano Nacional de Logística — ainda em elaboração.

O plano, destacou ela, busca "aumentar a coerência entre todos esses instrumentos, promovendo a sua convergência para objetivos comuns de longo prazo e uma visão de futuro integrada para o longo prazo". A equipe percorreu 16 Estados nos últimos meses e realizou uma série de reuniões com governos e especialistas para consolidar objetivos.

Esse documento será, inclusive, a base para a formulação da Long Term Strategy (LTS), demanda que precisa ser apresentada pelo Brasil de acordo com o Acordo de Paris.

"Não se trata de um documento que vai se sobrepor aos demais. Pelo contrário, o que se busca é aumentar a sinergia entre os planos e dar a eles uma orientação mais clara, para potencializar os resultados de cada um deles na direção do desenvolvimento sustentável, inclusivo e com justiça social que buscamos para o nosso país", disse Virginia.

A estratégia estabelece, por exemplo, dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita até 2050. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), contratado para a formulação do documento, seria preciso um crescimento em torno de 2,8% ou 2,9% anual para cumprir esse objetivo.

O plano, explicou a secretária, não vai detalhar o que tem de ser feito para alcançar os objetivos, mas consolidar uma visão de futuro que gere integração e convergência para alcançá-los. "Um dos diagnósticos é de que o principal problema do nosso país é a falta de planejamento. O esforço que estamos fazendo é para consolidar esse instrumento como um instrumento de orientação da gestão."

Virginia de Ângelis: objetivo é integrar cada vez mais PPA e Orçamento para dar respostas à sociedade

Atividade econômica
Indicadores agregados

[illegible]

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

[illegible]

Produção e investimento
Variação no período

[illegible]

Inflação
Variação no período (em %)

[illegible]

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões • no setor público

[illegible]

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.518,00	7,50
De 1.518,01 até 2.793,88	9,00
De 2.793,89 até 4.190,83	12,00
De 4.190,84 até 8.157,41	14,00
Empregador doméstico	8,00

[illegible]

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data

[illegible]

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

[illegible]

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2025

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	30/04/2025	Valor da declaração		Campo 7
2ª	30/05/2025		1,00%	+
3ª	30/06/2025		2,14%	Campo 8
4ª	31/07/2025		3,24%	+
5ª	29/08/2025		[illegible]	Campo 9
6ª	30/09/2025		[illegible]	
7ª	31/10/2025		[illegible]	
8ª	28/11/2025		[illegible]	

[illegible]

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

[illegible]

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Brasil

Comércio exterior Estudo aponta ineficiências do bloco e Conselho Empresarial quer usar relatório como base para discutir mudanças

24 barreiras não tarifárias emperram comércio no Brics

Lucianne Carneiro
De Rio

Mais de 20 barreiras não tarifárias e ineficiências de processos comprometem o comércio entre os países do Brics, mostra um relatório inédito antecipado com exclusividade ao **Valor**. O levantamento foi produzido pelo Conselho Empresarial do Brics (Cebrics), órgão oficial de representação do setor privado dos países-membros, e será apresentado neste sábado (5) no Fórum Empresarial do Brics, no Rio.

Ao todo, 24 obstáculos foram mapeados pelo estudo, entre questões de natureza regulatória, sanitária, fitossanitária, técnica, aduaneira e administrativa, que afetam empresas exportadoras e importadoras em diferentes segmentos de atuação. A Índia foi o país com o maior número de barreiras (10), seguida por China (9), Rússia (5) e Brasil (3). Os tipos de barreiras podem aparecer em mais de um país.

Diante da avaliação de que o aumento da integração econômica passa pelo fluxo de comércio e de investimentos, o ponto de partida do debate é o volume ainda pequeno de comércio intrabloco diante do potencial dos hoje 11 países-membros — mais do que o dobro do grupo inicial que formava o Brics. O objetivo do trabalho do Cebrics é definir uma agenda que possa pautar as negociações para a ampliação dessas transações comerciais e seja uma ferramenta para debate entre setores público e privado.

Dados do Cebrics apontam corrente de comércio intrabloco de US$ 1,1 trilhão em 2023, o último dado consolidado. Isso corresponde, no entanto, a 20% do total exportado e a 30% do total importado pelos integrantes do Brics.

No caso do Brasil, o comércio com o Brics foi de US$ 210 bilhões em 2024, ou 35% do total, de acordo com o ComexVis (sistema de estatísticas brasileiras de comércio exterior). Os países do bloco representaram 36% do total exportado e 34% do total importado pelo país.

"Existe uma grande margem de oportunidade para aumentar o comércio. O estudo é uma primeira leva de medidas concretas que podem ajudar a aprofundar a integração econômica entre os países do Brics", afirma Constanza Negri, sherpa do Cebrics e gerente de Comércio e Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



"Estudo é primeira leva de medidas concretas para ajudar a aprofundar integração econômica"
Constanza Negri

O foco do relatório está nas barreiras não tarifárias, classificadas por Negri como "mais sofisticadas e complexas", por estarem no arcabouço regulatório dos países. A sherpa do Cebrics reconhece que alguns desses entraves respondem a "preocupações legítimas" dos países, como ligadas à proteção ao consumidor ou ao meio ambiente. Ainda assim, defende o avanço das conversas para mitigar esses obstáculos para além de tarifas, já que a negociação de um acordo comercial do Brics não está na agenda de prioridades do Cebrics.

Disparidades na regulação de rotulagem de produtos; mandatos de certificação local de produtos; e subsídios para indústrias de tecnologia e de energia são algumas das 24 medidas listadas no estudo. Todas elas estão classificadas por tipo (se regulação técnica, fitossanitária ou subsídio, por exemplo), produtos afetados, impacto em negócios, países de origem das práticas e que são atingidos por elas.

Pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e professora da Universidade de Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), Lia Valls explica que as principais barreiras há muitos anos são as não tarifárias, ainda que as tarifas tenham ganhado destaque com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump:

"Tarifa é um número. Negociar é bem mais complicado quando envolve normas, por exemplo. Algumas medidas não tarifárias são protecionistas mesmo, enquanto outras ficam na área cinzenta."

Para Valls, este tipo de levantamento é importante para detectar as barreiras existentes e discutir medidas para facilitar o comércio entre os países do Brics. O Acordo de Bali, que foi o último no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), trata especialmente de facilitação de comércio, nota a economista.

Na análise de Constanza Negri, o relatório do Cebrics "identifica de forma inédita o gargalo que o setor privado enfrenta, mas com dimensão técnica qualificada das políticas que impedem integração maior em comércio e investimentos". Na construção do estudo, diz, os representantes apontaram barreiras comuns enfrentadas por negócios de diferentes países.

De acordo com a sherpa do Cebrics, o objetivo é que o estudo seja "insumo de uma agenda contínua público-privada": "A ideia é dar instrumentos para o debate entre os setores privado e público neste e nos próximos ciclos do Brics. Queremos que se estabeleçam agendas de trabalho para entender e priorizar o que pode avançar, além de monitorar os desdobramentos".

Comunicado da cúpula do Brics deve ter debate longo

Paula Martini
De Rio

Em um contexto internacional conturbado, negociadores a par das últimas negociações para a cúpula do Brics, reunidos desde segunda-feira (30) no Rio, admitem que as tratativas podem extrapolar o calendário oficial, que prevê o fim da reunião na sexta-feira (4).

A reunião deve terminar no sábado, na véspera do encontro dos chefes de Estado, que vai de domingo (6) a segunda (7), devido a temas sensíveis que devem ser tratados até o último minuto e levados para consulta dos chefes de Estado antes de serem incorporados à redação final. Entre eles, a linguagem sobre conflitos geopolíticos internacionais.

O Brics é formado atualmente por 11 países — Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã — e o encontro de mais alto nível do grupo acontece em meio ao acirramento de tensões após os ataques de Israel e Estados Unidos ao Irã.

Na semana passada, os países-membros divulgaram um comunicado conjunto que condena os ataques ao território iraniano, mas não cita Israel ou os Estados Unidos. A delegação iraniana pode insistir até o último minuto em uma redação mais enfática do documento final, enquanto Índia e países árabes mais próximos a EUA e Israel defendem um tom mais moderado.

Na presidência do bloco, o Brasil tem o desafio de moderar e encontrar um ponto de equilíbrio. Diplomatas reconhecem que o assunto estará no centro do debate internacional e veem o tema com preocupação, mas estão otimistas sobre a publicação de uma declaração conjunta ao fim do encontro. Especialistas também acreditam que a reunião dos líderes do bloco poderá ter um comunicado conjunto mesmo que, para isso, o tom adotado seja mais comedido.

Outro assunto considerado espinhoso é a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que impediu um comunicado final na reunião de chanceleres, em abril, devido a um impasse entre países africanos. O Brasil acabou publicando um texto próprio sobre o encontro.

Agora, os negociadores dizem que uma fórmula considerada "aceitável" por todos os envolvidos será buscada até o último momento das discussões.

A presidência brasileira do Brics termina em 31 de dezembro. Depois da cúpula, o governo brasileiro pretende avançar na discussão comercial intra-Brics com o lançamento de uma Estratégia para a Parceria Econômica do Brics 2030. A proposta foi lançada no encontro de ministros de Comércio do bloco, em maio, e tem como objetivo fortalecer as relações comerciais entre os países do grupo.

A expectativa, no entanto, é de uma cúpula esvaziada. Os únicos países fundadores do grupo criado em 2005 que devem ser representados pelos líderes são o Brasil, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e a Índia, com o primeiro-ministro Narendra Modi. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, também está previsto. O país foi incorporado ao Brics em 2011.

O presidente da China, Xi Jinping, será representado pelo premiê Li Qiang, e o da Rússia, Vladmir Putin, pelo chanceler Sergei Lavrov. O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, também não estará na reunião, de acordo com a coluna da jornalista Miriam Leitão, do jornal "O Globo".

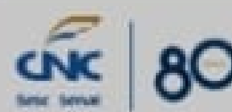
Além da declaração conjunta, três declarações temáticas devem ser divulgadas em separado na cúpula de chefes de Estado: uma sobre inteligência artificial, outra sobre erradicação de doenças socialmente determinadas e a terceira com abordagem sobre o financiamento climático.

Curta

Site falso em concurso

Com o início das inscrições do Concurso Nacional Unificado na manhã desta terça-feira (2), criminosos passaram a divulgar um site falso de cadastro que imita a plataforma oficial do governo. A página tenta enganar os candidatos para fornecer dados pessoais ao dizer que o prazo já estaria encerrado. O verdadeiro endereço eletrônico para a inscrição no CNU é site da FGV. É preciso ter uma conta ativa na plataforma Gov.br. As inscrições só se encerram no dia 20 de julho. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos faz alerta de que não serão enviados documentos para inscrição via WhatsApp ou email. O site fraudulento reproduz elementos do governo federal, como o brasão da República, menus azuis semelhantes aos do Gov.br e o título "Cadastro do Candidato". A diferença mais perceptível é o endereço, que não contém a terminação ".gov.br", que indica páginas oficiais da administração pública. A página ainda pede para que o usuário insira seu CPF. De acordo com Daniel Barbosa, pesquisador de segurança da empresa ESET no Brasil, tentativas de golpe aumentam em momentos de grande mobilização digital, como concursos públicos e campanhas eleitorais. "A expectativa e o volume de informações sobre o concurso acabam criando um ambiente propício para golpes que usam engenharia social para enganar os participantes", explica. Segundo ele, os criminosos criam páginas que imitam órgãos oficiais e enviam mensagens fraudulentas por email, SMS e aplicativos como o WhatsApp. *(Folhapress)*

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC SE ALIA ÀS DEMAIS CONFEDERAÇÕES EMPRESARIAIS CONTRA O AUMENTO DO IOF NO STF

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ingressou, na terça-feira, com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para fazer parte como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.839 movida pelo PSOL para suspender a eficácia do Decreto Legislativo nº 176/2025, que revogou o aumento do IOF – o Imposto sobre Operações Financeiras.

O requerimento foi assinado em conjunto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). No documento, as entidades do setor produtivo pedem ao relator, ministro Alexandre de Moraes, que indefira a liminar requerida pelo PSOL e julgue improcedente a ação, mantendo integralmente a vontade do Congresso Nacional, manifestada pelo Decreto Legislativo nº 176/2025, que rejeitou o aumento do IOF.

Na oportunidade, a CNC, junto com as demais entidades patronais, entrou com o mesmo requerimento na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 96, aberta pela Advocacia-Geral da União (AGU), a pedido do governo federal, em que defende a validade das normas que aumentaram o IOF. Os pedidos de liminar ainda não foram apreciados.

A CNC e o setor produtivo como um todo têm reafirmado que não se pode perpetuar a prática de recompor receitas públicas por meio do aumento de tributos sobre o setor privado, especialmente sem a contrapartida de uma reforma administrativa que racionalize os gastos e aumente a eficiência do Estado. Segundo a Confederação, a solução para o equilíbrio fiscal e para o desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, por reformas estruturantes, como a administrativa, que já se faz urgente e inadiável.

VIII MOSTRA SESC DE CINEMA PREMIA 48 FILMES INDEPENDENTES COM RECORDE DE INSCRIÇÕES

A Mostra Sesc de Cinema (MSDC), uma das principais iniciativas de promoção do cinema independente no Brasil, premiou 48 filmes em sua oitava edição (sete longas, um média e 40 curtas), em um valor de até R$ 200 mil em licenciamentos.

Com extenso repertório, a MSDC deste ano selecionou 268 filmes para exibição, entre mostras estaduais, regional e nacional. Destes, 48 serão licenciados.

Foram registradas 2.145 inscrições, recorde histórico, um aumento de 40% em relação ao ano passado. Em 2025, 60% das obras inscritas foram de filmes inéditos, o que ressalta a importância da Mostra Sesc para o cinema nacional. A lista dos selecionados pode ser consultada em sesc.com.br/mostradecinema.


Divulgação

Cena do filme Enigmas do Roli, um dos selecionados da MSDC de 2025

SENAC SE POSICIONA ENTRE OS MELHORES DO BRASIL COM FOCO EM DIVERSIDADE

O Senac Nacional figura entre as Melhores Empresas para Trabalhar com Foco em Diversidade, segundo o ranking da consultoria internacional Great Place to Work. O evento de premiação do GPTW Diversidade 2025 foi realizado no dia 24 de junho, em São Paulo (SP), celebrando instituições com destaque na promoção de ambientes de trabalho inclusivos, saudáveis e centrados nas pessoas.

As conquistas vieram em duas categorias: 7º lugar entre 25 empresas brasileiras na categoria 50+ e 12º lugar entre 55 empresas na categoria Étnico-Racial.

A metodologia do GPTW Diversidade combina resultados da pesquisa de clima organizacional com uma auditoria criteriosa das práticas efetivamente implementadas em cada pilar da diversidade. É um reconhecimento que vai além da percepção dos colaboradores e exige comprovação de ações concretas direcionadas para a inclusão.

O programa Multitude, voltado para diversidade, inclusão e equidade no Senac, tem menos de um ano de lançado, e ser destaque no GPTW Diversidade reforça o quanto a instituição tem buscado evoluir com consistência e propósito, promovendo um ambiente mais justo e representativo.



Divulgação/Senac

O evento de premiação do GPTW Diversidade foi realizado em São Paulo

CNC · Sesc · Senac
portaldocomercio.org.br

Eufrázio

Relações exteriores Brasil não cede à pressão dos suíços por mais cláusulas na área de propriedade intelectual

Mercosul fecha acordo comercial com EFTA

Renan Truffi, Sofia Aguiar, Gabriela Guido e Ruan Amorim
De Brasília

O Mercosul anunciou ontem a conclusão de um acordo de livre-comércio com a EFTA — bloco de países formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Este é o segundo acordo comercial do Mercosul desde dezembro do ano passado. A aliança anterior foi fechada com a União Europeia, fator que, segundo as fontes, também contribuiu para que as tratativas com a EFTA ganhassem força política.

O anúncio foi feito durante a 66ª cúpula do bloco sul-americano, que acontece em Buenos Aires. O **Valor** já havia antecipado, há alguns meses, que o acordo com os quatro países europeus era aguardado para este mês de julho.

Segundo o Itamaraty, o tratado vai facilitar o comércio para cerca de 97% dos produtos que já são exportados entre os dois blocos. "Ambas as partes se beneficiarão de melhoras em acesso a mercado para mais de 97% de suas exportações, o que aumentará o comércio bilateral e beneficiará empresas e cidadãos", explicou o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em comunicado à imprensa.

Na prática, o acordo resultará na criação de uma zona de livre-comércio com quase 300 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de mais de US$ 4,3 trilhões. A efetividade dessa zona de livre-comércio ainda depende, entretanto, de um plebiscito popular a ser realizado pelos suíços — uma particulariedade do país.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) também divulgou uma nota na qual afirma que, com a finalização desses acordos, e a assinatura de um tratado com Cingapura, em 2023, o bloco sul-americano aumentará em 1,5 vez a corrente de comércio brasileira coberta por acordos de livre-comércio, passando de US$ 73,1 bilhões para US$ 184,5 bilhões.

"Essas negociações integram a estratégia brasileira de diversificação das parcerias comerciais. É um tratado muito abrangente, cobrindo desde comércio de bens e serviços até investimentos, propriedade intelectual e sustentabilidade. Significará mais previsibilidade e segurança jurídica para o nosso comércio", explicou o vice-presidente e ministro do Mdic, Geraldo Alckmin, que está na Argentina.

Pressões

Os termos do acordo ainda não são conhecidos, mas o **Valor** apurou que o Brasil não cedeu à pressão dos suíços para que fossem adotadas cláusulas extras no campo de propriedade intelectual. Os pedidos da Suíça se devem à força da indústria farmacêutica do país, que manifestou um temor quanto à possível quebra compulsória de patentes por parte dos sul-americanos.

Outro assunto que ainda estava travando a conclusão das negociações são as chamadas regras de origem, um conjunto de normas que determina se um produto pode ser considerado originário de uma região ou não. O assunto é sensível para a EFTA devido às características geográficas dos países que integram o bloco. Muitas vezes os produtos fabricados na Suíça ou Noruega podem ter uma etapa de sua produção realizada em nações vizinhas, o que poderia afetar o conceito de regras de origem.

O acordo anunciado ontem abre 724 oportunidades comerciais para o Brasil exportar 495 produtos, segundo avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, cada oportunidade de exportação é contada por produto e por país. Como a EFTA tem quatro países, o mesmo produto pode ter mais de uma chance de exportação.

> Efetividade da zona de livre-comércio ainda depende de um plebiscito popular na Suíça


Geraldo Alckmin: estratégia brasileira de diversificação das parcerias

À frente do bloco, Brasil projeta novas parcerias

Renan Truffi e Sofia Aguiar
De Brasília

O Brasil assume, a partir desta quinta-feira, 3, a presidência pro-tempore do Mercosul e quer aproveitar o "temor" da comunidade internacional, provocado pelo tarifaço do presidente americano, Donald Trump, para abrir novas frentes de acordos de livre-comércio para a região. Além disso, outro objetivo da gestão brasileira será sacramentar o acordo entre Mercosul e União Europeia.

Na avaliação do Palácio do Planalto, o movimento de taxação mundial feito pelo presidente dos Estados Unidos fez crescer o interesse dos países em estabelecer tratativas com o continente sul-americano, nos moldes do que foi feito recentemente com os europeus.

Segundo fontes do **Valor**, Canadá, Japão, Vietnã e Indonésia são países que estão no "pipeline" para encaminhar acordos do mesmo tipo. Também podem se somar a eles México e Índia, que teriam demonstrado interesse semelhante.

Essas possíveis transações estão no rol de assuntos que serão discutidos na 66ª Cúpula do Mercosul, que acontece nesta quinta-feira, em Buenos Aires, na Argentina.

O governo brasileiro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficarão responsáveis por esse tipo de aliança pelos próximos seis meses, período pré-estabelecido para cada presidência pro-tempore. Lula receberá o bastão do presidente da Argentina, Javier Milei, que ficou à frente do Mercosul neste primeiro semestre.

Outra tarefa prioritária para o Brasil será a assinatura final do acordo Mercosul e União Europeia. Os dois lados já selaram o compromisso para a criação de uma zona de livre-comércio, mas agora os termos do acordo precisam ser ratificados tanto pelo Parlamento Europeu quanto pelo Conselho da União Europeia, dois dos principais órgãos de decisão do bloco.

No caso específico do conselho, o acordo com o Mercosul precisa receber o apoio de pelos menos 55% dos países, sendo que estes devem responder por, no mínimo, 65% da população total do bloco.

Por outro lado, bastam quatro países contrários, que respondam por 35% ou mais da população do grupo, para que o acordo seja barrado.

Um dos principais focos de resistência ao tratado ainda está na França, do presidente Emmanuel Macron. Por conta disso, Lula tem atuado diretamente para tentar convencê-lo da importância de os franceses votarem a favor do acordo. Segundo interlocutores próximos, o empenho pessoal de Lula se deve ao fato de que ele gostaria de entregar a assinatura do acordo comercial ainda neste ano, durante a presidência pro-tempore do Brasil, que durará até dezembro .

A tentativa de reverter a posição da França também não é mera formalidade. Na avaliação de um diplomata experiente do Itamaraty, "não é bom" que esse tipo de acordo seja aprovado tendo alemães ou franceses do lado perdedor. Para as fontes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), isso poderia macular o pacto comercial como um todo, já que ambos os países são influentes na região. Na contramão da França, a Alemanha já demonstrou estar a favor da aliança com o Mercosul.

Encontro com Cristina é resposta a Milei

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu que fará hoje uma visita à ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner durante sua passagem por Buenos Aires, capital do país. A decisão foi tomadas após autorização da Justiça argentina. O brasileiro cumpre agendas no país vizinho devido à cúpula do Mercosul, que acontece hoje.

Lula está sendo aconselhado por assessores próximos a evitar comentários sobre o mérito da decisão judicial que culminou na condenação da ex-presidente da Argentina por corrupção. Atualmente, Cristina Kirchner cumpre prisão domiciliar após ser condenada a seis anos de prisão por corrupção.

Na visão de interlocutores de Lula, qualquer comentário dele sobre o mérito da condenação pode soar como uma afronta à soberania do país vizinho, o que seria ruim para o governo brasileiro neste momento. Apesar disso, os mesmos assessores acreditam que é, sim, possível realizar uma visita sem que isso pareça um agravo ao Judiciário argentino.

A solicitação para que o encontro aconteça foi feita pela defesa da ex-presidente, e não pelo governo brasileiro. Além de os dois serem antigos amigos e aliados, a decisão do presidente de encontrar Cristina também tem outro pano de fundo: é uma forma de Lula dar uma resposta ao presidente Javier Milei.

No ano passado, na primeira visita de Milei ao Brasil, ele não cumpriu o protocolo tradicional dos chefes de Estado e rejeitou se encontrar com Lula. Mais do que isso, Milei foi até o ex-presidente Jair Bolsonaro naquela ocasião e disse que ele era um "perseguido judicial". *(RT e SA)*

Governo apresenta ao STF proposta para ressarcir beneficiários do INSS

Tiago Angelo, Jéssica Sant'Ana, Edna Simão e Beatriz Roscoe
De Brasília

O governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), protocolou na quarta-feira (2), no Supremo Tribunal Federal (STF), os termos do acordo para ressarcir aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lesados por descontos associativos indevidos. A informação de que o acordo seria apresentado foi antecipada pelo **Valor**.

O caso está sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, responsável por homologar a proposta. Durante a audiência de conciliação que tratou do tema, feita na semana passada, ele se mostrou animado com uma saída acordada. O magistrado deve homologar o texto já nesta semana, apurou o Valor.

ROXY
DINNER SHOW
TODO CARIOCA TEM
UMA HISTÓRIA NO ROXY.
JÁ VIVEU ESSA?
O Roxy agora é palco do espetáculo "Aquele Abraço", feito com a alma do Brasil e o coração do Rio. Mais de 50 mil pessoas já se encantaram, agora é a sua vez.
E por que Roxy é Rio, e o Rio é Roxy, carioca tem uma condição especial para ingressos. Confira!
CAIXA BRASIL
TIME WORLD'S GREATEST PLACES 2025
GARANTA SEU INGRESSO
QUARTA A DOMINGO
JANTAR 20h • ESPETÁCULO 21h

Uma vez homologado o acordo por Toffoli, o cronograma de pagamentos deverá começar com o primeiro lote em 24 de julho, beneficiando 1,5 milhão de pessoas. Quem processou o INSS poderá optar pelo ressarcimento integral, por via administrativa, dos valores descontados. Para isso, terá que desistir da ação judicial movida contra o instituto.

O acordo prevê que o ressarcimento será feito por meio de crédito extraordinário, que fica fora do limite de gastos do novo arcabouço fiscal. Para isso, o Executivo editará uma medida provisória. A AGU também pediu que o valor extra fique fora do cômputo da meta de resultado primário de 2025 e 2026. O INSS estima que será necessário um crédito de ao menos R$ 2,1 bilhões.

O documento prevê a devolução integral dos valores descontados ilegalmente dos contracheques dos aposentados e pensionistas, dos descontos feitos entre março de 2020 e março de 2025. Os valores serão corrigidos pela inflação, medida pelo IPCA.

O ressarcimento de pessoas idosas com 80 anos ou mais, bem como de indígenas e quilombolas, será feito de forma automática, sem a necessidade de a pessoa entrar com pedido de contestação. Já os demais segurados precisam fazer a solicitação via aplicativo do INSS, central telefônica 135 ou por meio dos Correios.

A União vai arcar com os custos dos ressarcimentos nos casos em que entidades associativas não responderam às contestações de descontos feitas pelos segurados nos canais oficiais abertos pelo INSS.

O instituto recebeu até o momento 3,6 milhões de contestações. Cerca de 2,16 milhões delas ficaram sem respostas das entidades. Esse é o número de segurados que pode aderir ao acordo de ressarcimento na via administrativa. O pagamento será por meio de parcela única.

Paralelamente às medidas para devolução dos valores aos segurados, a AGU pretende adotar medidas para garantir o ressarcimento aos cofres públicos. Parte do valor virá dos R$ 2,8 bilhões em bloqueio de bens de 12 empresas e seus sócios investigados por participação nos descontos associativos irregulares.

Além da AGU, assinam o acordo interinstitucional o Ministério da Previdência Social, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O acordo foi proposto no âmbito da ação em que a AGU pediu ao STF a suspensão de todos os processos judiciais contra o INSS por descontos associativos irregulares. Toffoli decidiu não paralisar o andamento das ações, mas convocou uma audiência de conciliação sobre o tema. Ela foi realizada na semana passada.

Entre 1º de janeiro de 2024 e 13 de junho deste ano, foram ajuizadas contra o INSS mais de 70 mil ações por descontos associativos indevidos, segundo apurou o **Valor**. O valor das causas, considerando todos os processos, é de R$ 1,07 bilhão.

A alta no número de processos preocupa o governo. Isso porque o pagamento por via administrativa prevê apenas a devolução dos valores acordados. Com isso, a União evita eventuais condenações na Justiça, que geraram um impacto financeiro maior.

CONTEÚDO PATROCINADO POR 

Petrobras já reduziu emissões de metano em 70%, além de 40% dos gases de efeito estufa

A liderança da empresa na transição energética justa foi tema de debate em evento que reuniu especialistas do setor



Da esquerda para a direita: William Nozaki (Petrobras), Ana Zettel (BNDES), a mediadora Leila Sterenberg, Maria Netto (Instituto Clima e Sociedade) e Viviana Coelho (Petrobras)

A Petrobras já opera alguns dos campos mais eficientes em carbono do mundo, entre os 25% mais descarbonizados do planeta. Dentre as tecnologias utilizadas, o CCUS — sigla em inglês para captura, uso e armazenamento de carbono — permite fazer a extração de óleo e gás natural sem liberar para a atmosfera o gás carbônico associado. Outro destaque relevante é a redução de 70% das emissões de metano e de 40% dos gases de efeito estufa.

O tema foi um dos destaques do evento Diálogos e Caminhos para uma Transição Energética Justa, que aconteceu na sede da Editora Globo — o primeiro encontro da iniciativa ENERGIA EM TRANSIÇÃO, que tem patrocínio da Petrobras.

"Essa tecnologia em 2024 permitiu evitar a emissão de 14 milhões de toneladas de CO_2, reduzindo expressivamente a emissão de gases de efeito estufa na atividade de produção de petróleo e contribuindo para que os campos do pré-sal estejam no primeiro quartil dos campos mais eficientes no mundo", pontua Viviana Coelho, gerente executiva de Mudanças Climáticas e Descarbonização da Petrobras.

"Hoje temos o maior programa de CCUS do mundo. Desde 2008, quando começou, ele já capturou mais de 80 milhões de toneladas de CO_2", afirmou o gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras, William Nozaki, durante o evento.

Atualmente, as 22 plataformas que produzem e armazenam petróleo no pré-sal da Bacia de Santos são equipadas com sistemas para captura e reinjeção do CO_2. A aplicação dessa tecnologia no ambiente de águas ultraprofundas é pioneira no mundo. Ao mesmo tempo em que reduz as emissões de CO_2, a iniciativa otimiza a recuperação de óleo, pois o gás carbônico promove mais pressão no reservatório e facilita a extração.

A tecnologia pode avançar para outros segmentos da indústria, com a sinalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiá-la. A ideia é que outros setores intensivos em CO_2, com dificuldade de descarbonização, possam capturar e armazenar o gás carbônico a partir de estruturas e conhecimento da Petrobras, que estuda fornecer esses serviços.

"No BNDES, o Fundo Clima é o nosso carro-chefe para projetos com pegada ambiental positiva. A ideia dele é oferecer um custo mais baixo de capital para adaptabilidade urbana, reflorestamento e descarbonização da indústria", disse a assessora do gabinete da presidência do BNDES Ana Zettel.

EMISSÃO DE GÁS METANO EM QUEDA

Presente também no evento, Viviana Coelho explicou que a companhia vem trabalhando em duas dimensões para a transição energética.

"Uma delas é reduzir as nossas emissões. A outra é criar inovação tecnológica: fornecimento de soluções para a sociedade e para nossos clientes, sejam de fontes renováveis, sejam de moléculas de baixo carbono, para que possamos fazer adição de energia sempre o mais renovável possível", ressaltou.

Viviana lembrou como a Petrobras avançou também na redução da emissão de gás metano. Segundo ela, na maioria dos países que produzem óleo e gás, o setor é responsável por metade das emissões de metano. No Brasil, a fatia fica hoje abaixo de 1%. O feito, ressalta ela, "realmente representa competitividade para o nosso setor".

Nozaki lembrou que a Petrobras ampliou seu conjunto de investimentos tanto para descarbonização das operações internas quanto para iniciativas relacionadas às energias renováveis.

"Estamos na montagem do novo plano de investimentos da Petrobras em energias renováveis e em transição energética. Estamos olhando para os segmentos que têm sinergia com as operações da Petrobras, para os segmentos que estão avançando a partir das mudanças na regulação e para os segmentos em que podemos entrar de maneira imediata, promovendo descarbonização e energia renovável o mais rápido possível", afirmou, citando segmentos como etanol, biodiesel, biometano, energia eólica, solar e hidrogênio.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA PASSA POR DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com 90% da sua matriz energética elétrica baseada em fontes limpas e um potencial enorme para continuar desbravando energias renováveis, o Brasil desponta como o país do G20 mais próximo das metas globais de descarbonização. Mas precisa enfrentar desafios socioeconômicos para realizar uma transição energética que seja de fato justa, promovendo desenvolvimento regional, avaliaram os especialistas reunidos no primeiro evento do projeto ENERGIA EM TRANSIÇÃO.

"A expansão que fizemos foi muito importante. No caso do Brasil, foi fenomenal; passamos a produzir também energias eólica e solar em tempo recorde, mas precisamos avançar, e a expansão energética tem que estar associada ao desenvolvimento regional", ressaltou a diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Maria Netto.

Na mesma linha, Viviana Coelho defendeu no evento uma transição energética com inclusão social, geração de emprego e desenvolvimento regional. Ela destacou a importância de se considerar a diferença de consumo energético e desenvolvimento econômico das nações. Países já desenvolvidos vão adicionar menos energia a seu consumo, diferentemente daqueles em desenvolvimento — e isso implica produzir também energias mais renováveis sem deixar de fora desse processo a parcela mais vulnerável da sociedade.

Ana Zettel reforçou também a necessidade de uma transição justa, ordenada e equitativa, com cuidado para que camadas menos favorecidas da população não paguem um maior custo. O deslocamento de empregos de segmentos consolidados para novas cadeias produtivas de energias renováveis também foi um ponto destacado no evento.

"Estamos falando de transição. Só que, quando mudamos isso, vamos deslocar empregos e oferta. Há um efeito sobre preço", resumiu Zettel.

O mesmo ponto foi levantado pela especialista do ICS:

"Quando falamos de transição energética, a palavra "justa" é muito importante. Temos que pensar na transição econômica associada à transição energética", disse Maria Netto.

A segurança energética, com a continuidade plena da oferta de energia, também esteve entre as questões abordadas.

"Temos que ter cuidado para que a transição energética seja justa, coordenada, sem rupturas. Se houver ruptura de oferta, isso afeta o pilar da justiça e a equidade", afirmou a representante do BNDES.

Pressionada ainda mais pelas tecnologias digitais, sobretudo a inteligência artificial, a demanda por energia tende a crescer. William Nozaki definiu a segurança energética como um "bem comum que deve estar disponível idealmente para todas as pessoas a custo acessível e condições estáveis".

"O desafio atual é promover transição energética sem desguarnecer a segurança energética propriamente dita", concluiu.



"Hoje temos o maior programa de CCUS do mundo. Desde 2008, quando começou, ele já capturou mais de 80 milhões de toneladas de CO_2"
WILLIAM NOZAKI, gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras



"Estamos trabalhando para reduzir emissões e oferecer soluções de baixo carbono para a sociedade"
VIVIANA COELHO, gerente-executiva de Mudanças Climáticas e Descarbonização da Petrobras



"A transição energética precisa ser acompanhada por uma transição econômica para ser justa"
MARIA NETTO, diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS)



"Estamos saindo de uma matriz que é essencialmente fóssil para uma matriz cada vez mais limpa"
ANA ZETTEL, assessora do gabinete da presidência do BNDES



Assista na íntegra: Diálogos e Caminhos para uma Transição Energética Justa

PRODUZIDO POR G.lab

Eufrázio

Política

Poderes Em entrevista na Bahia, Lula disse que pretende se reunir com Alcolumbre e Motta, depois da reunião dos Brics no Rio de Janeiro, para 'voltar à normalidade'

Governo tenta reabrir diálogo para buscar trégua com Congresso

Caetano Tonet, Andrea Jubé, Gabriela Guido, Sofia Aguiar, Tiago Angelo e Claudia Violante
De Brasília e São Paulo



Alcolumbre colocou-se à disposição para atuar como interlocutor junto ao Congresso, mas condicionou isso ao Planalto amenizar o discurso de "nós contra eles"

Em uma tentativa de conter a amplificação da crise entre os Poderes, o governo escalou interlocutores para buscar a cúpula do Congresso e tentar uma trégua. Nos últimos dias, foram colocados em prática movimentos para reabrir o diálogo, especialmente com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ao mesmo tempo, o PT e o governo endossam vídeos que reforçam a estratégia de "nós contra eles", que tem provocado tensão com o Legislativo (ver abaixo).

A percepção é de que o clima piorou depois de a Advocacia-Geral da União (AGU) entrar com um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a decisão dos parlamentares, que derrubaram o decreto que aumentou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na quarta-feira (2), durante uma entrevista na Bahia, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que pretende se reunir tanto com Alcolumbre quanto com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), após retornar da cúpula do Brics no Rio de Janeiro, que começa no domingo (6) e termina na segunda-feira (7). Segundo ele, é preciso "voltar à normalidade".

Após o revés imposto pelo Congresso na semana passada, Lula tinha optado por esperar a "poeira baixar" para procurá-los. O presidente tampouco foi procurado para uma conversa. Apesar disso, interlocutores de Alcolumbre afirmam que as portas continuam abertas, mas alertam que o Palácio do Planalto tem de agir rápido para melhorar a relação com o Legislativo.

Em um desses gestos, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, procurou o presidente do Senado e teve um encontro com ele na quarta-feira. No dia anterior, Alcolumbre já tinha aberto as portas do seu gabinete para o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), e para o senador Renan Calheiros (MDB-AL), antigo aliado de Lula.

Nessas conversas, o senador colocou-se à disposição do governo para atuar como interlocutor do Executivo junto ao Congresso na retomada do diálogo, mas condicionou isso ao Planalto amenizar o discurso de "nós contra eles".

O presidente do Senado reforçou que o comportamento de apoiadores de Lula nas redes sociais tem incomodado. Ele chegou a mostrar postagens de perfis criticando o Congresso e com ataques a ele e a Motta.

Por isso, a assessoria de Alcolumbre teria optado por fechar os comentários em sua conta no Instagram, algo que não ocorria desde 2019, quando as redes do presidente do Senado foram inundadas por bolsonaristas que pressionavam pela criação da "CPI da Lava-Toga", para investigar ministros do STF.

As postagens afirmam que o Congresso se preocupa apenas com emendas, impede o governo de taxar os mais ricos e responsabilizam os parlamentares por um futuro aumento na conta de luz, causado pela derrubada de vetos de Lula no marco legal das eólicas offshore.

Ao integrante da equipe econômica, Alcolumbre lembrou que o Senado tem sido parceiro do governo para a aprovação de projetos relevantes, como a reforma tributária, mas alertou que essa "guerra virtual" com o Congresso pode atrapalhar a tramitação de outras propostas, como a que eleva para R$ 5 mil o limite de isenção do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF).

Outro personagem que entrou em cena foi o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele foi escalado para atuar como interlocutor da Casa durante o Fórum de Lisboa, que reúne autoridades da República na capital portuguesa esta semana.

O senador recebeu a missão de conversar, durante o encontro além-mar, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, e com o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso do IOF no Supremo. Advogado, Pacheco tem bom trânsito no Judiciário e por isso foi escolhido para tentar construir uma solução política sobre o tema.

Apesar de a AGU ter acionado o Supremo, Messias reconhece que um acordo para solucionar o impasse pode ser o melhor caminho. Ele mesmo alertou Lula dos riscos de judicializar a decisão do Congresso.

Ministros da Corte não descartam a possibilidade de intermediar uma conciliação sobre o assunto. A avaliação é que iniciativas recentes evitaram tensões maiores e geraram bons frutos. No início do ano, por exemplo, Executivo e Legislativo chegaram a um acordo e elaboraram um plano de trabalho para dar maior transparência à execução das emendas parlamentares. O mesmo aconteceu agora com os problemas no INSS.

> "Se eu não entrar com um recurso no Judiciário, eu não governo mais o país"
> *Presidente Lula*

Como mostrou o **Valor**, se o STF optasse por seguir as próprias decisões recentes, sem levar em conta a temperatura política, a tendência seria a de que a Corte restabelecesse o decreto do governo que aumentou o IOF. Isso porque a jurisprudência dominante do Supremo é a de que o governo pode elevar alíquotas.

Apesar de mostrar disposição de retomar o diálogo, Lula defendeu, também na quarta-feira, a decisão de ter acionado o Supremo e disse que não havia outra "saída senão a judicialização". "Se eu não entrar com um recurso no Poder Judiciário, se eu não for à Suprema Corte, eu não governo mais o país. Cada macaco no seu galho. Ele legisla, e eu governo", afirmou o petista em entrevista à TV Bahia.

De acordo com ele, a decisão do Congresso em relação ao IOF foi um "descumprimento" de um acordo firmado entre os dois Poderes, mas isso não vai levar a um "rompimento" com o Legislativo. "O presidente da República não rompe com o Congresso. O presidente da República reconhece o papel que o Congresso tem, eles têm os seus direitos, eu tenho os meus direitos. Nem eu me meto no direito deles nem eles se metem no meu direito. E, quando os dois não se entenderem, a Justiça resolve", afirmou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também tentou minimizar a ida ao STF. "Tratou-se de uma consulta normal, é tudo parte da democracia. Não tem nada que esteja ferindo o ritual da política", disse em Buenos Aires, onde participou da Cúpula do Mercosul.

Segundo ele, "a AGU está apenas perguntando ao STF se o presidente cometeu alguma ilegalidade ao fazer o decreto". "Se o decreto for constitucional, vida que segue", defendeu.

Haddad disse ainda que não acredita em retaliação do Congresso com a possibilidade de o STF julgar a favor do Executivo nessa questão. "Essa coisa de bastidor não chega aos meus ouvidos. Não recebi de líder nenhuma manifestação de que vai ameaçar a pauta do governo."

Quem também se pronunciou sobre o assunto na quarta-feira foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa. De acordo com ele, "o presidente está buscando restabelecer a governabilidade e o que interessa é justiça tributária, justiça social e justiça fiscal".

Secom e PT reforçam campanha que amplia tensão

Cristiane Agostine, Renan Truffi e Sofia Aguiar
De São Paulo e Brasília

Em meio à tensão com o Congresso e tentativas de diálogo com o Legislativo, o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o PT dobraram a aposta em campanhas que reforçam a disputa entre ricos e pobres como estratégia para defender a taxação de contribuintes de alta renda e isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha mais de R$ 5 mil. Em uma frente, o perfil oficial do Palácio do Planalto intensificou postagens nesse sentido. Já o partido do presidente realizou uma reunião com influenciadores na quarta-feira (2) para traçar estratégias para essa bandeira.

O caminho adotado pela gestão petista tende a intensificar os atritos com o Congresso, que vem criticando a aposta no discurso de "nós contra eles". O mal-estar se tornou evidente após adoção do discurso durante a negociação em defesa do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), tributo que atinge toda a economia, e não apenas contribuintes de alta renda.

Em uma das postagens que reforçam essa retórica, a Secretaria de Comunicação Social (Secom), comandada pelo ministro Sidônio Palmeira, descreve a relação entre diferentes faixas de renda como um "cabo de guerra". Segundo o texto publicado, o governo estaria de um lado: o da "classe média" e o do "povo trabalhador".

Em outra publicação, com o mesmo viés, o texto da Secom diz que o governo busca que os milionários brasileiros paguem proporcionalmente menos impostos do que as pessoas de baixa renda, como forma de equilibrar o sistema.

As postagens seguem linha que já vinha sendo adotada pelo PT. No início da semana, a sigla publicou vídeo, gerado por meio de inteligência artificial, em que personagens representando diferentes classes sociais comem e bebem em uma mesa de bar. Na peça, na hora de pagar a conta, um homem questiona outro, que estaria pagando menos, apesar de ter consumido produtos caros, como lagosta e caviar — em uma alegoria para a desigualdade do sistema tributário.

Na semana passada, o partido já havia publicado peça com o mesmo teor, em que ricos e pobres carregavam sacos de areia de pesos desproporcionais, representando as diferenças de carga tributária. O vídeo foi alvo de críticas de opositores.

As duas publicações se inserem no contexto da estratégia reforçada na reunião virtual realizada nessa quarta-feira (2) entre integrantes da sigla e um grupo de cerca de 270 militantes. O encontro virtual foi conduzido pelo atual presidente do PT, Humberto Costa, o secretário de Comunicação do partido, Jilmar Tatto, o marqueteiro Otávio Antunes e o advogado Marco Aurélio Carvalho, do grupo Prerrogativas.

No encontro, os dirigentes avaliaram que o resultado da campanha divulgada pelo partido na semana passada para pregar a "taxação BBB", dos bilionários, bancos e bets, foi positivo e uma "reação" e "resposta" depois da derrota no decreto do IOF. A estratégia contrasta com os acenos de integrantes do governo ao Congresso, que ontem buscaram reabrir diálogo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A defesa da chamada taxação "BBB" já causou reação negativa entre parlamentares da oposição e de parte da base. Na segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o partido estaria promovendo a "polarização social". "Quem alimenta o 'nós contra eles' acaba governando contra todos", afirmou Motta, pelas redes sociais. "A polarização política no Brasil tem cansado muita gente e agora querem criar a polarização social."

Na reunião dessa quarta-feira promovida pelo PT, o dirigente e deputado Jilmar Tatto disse que o partido está "no modo pré-campanha" e que a "guerra" a ser enfrentada é a "justiça social". "Foi para isso que Lula foi eleito, para diminuir a desigualdade social. Esses bilionários têm muito dinheiro", disse.

Responsável pela comunicação do PT, Tatto disse que o partido e o governo Lula estão com "bastante coesão" no reforço do discurso da "justiça tributária". "Lula está puxando a fila. O PT, a bancada federal estão bastante coesos de fazermos a política de comunicação de que quem tem que pagar a conta são os super ricos", disse Tatto, defendendo que os parlamentares do PT, movimentos sociais, influenciadores e militantes divulguem essa ideia e "façam a disputa política".

Para o dirigente, a reação de Hugo Motta e a derrota enfrentada no Congresso fizeram com que o PT e o governo Lula voltassem a fazer a "disputa política".

Marina é atacada novamente na Câmara

Beatriz Roscoe
De Brasília

Após sofrer ataques no Senado, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi novamente hostilizada por parlamentares durante audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Câmara dos Deputados na quarta-feira (2). Marina foi acusada de fazer "adestramento de esquerda", comparada às Farc, Hamas e Hezbollah e de ter sido "jogada na cova dos leões" pelo governo. Durante a audiência, a ministra afirmou que fez uma oração e pediu muita calma antes de ir à Casa.

No fim de maio, Marina deixou uma audiência no Senado depois de ouvir que não merecia respeito como ministra. A chefe da pasta do Meio Ambiente retornou ao Congresso após ter sido convocada e foi alvo de novas falas hostis.

O deputado Evair de Melo (PP-ES) voltou a dizer que Marina faz "adestramento de esquerda" ao defender o discurso ambientalista. O parlamentar já havia feito afirmação semelhante durante outra audiência na Câmara, em outubro do ano passado.

Após a fala, o deputado Túlio Gadêlha (Rede-PE) defendeu a ministra, disse que a palavra "adestramento" não é adequada pois se refere a animais e apelou para que o parlamentar pedisse desculpas à Marina.

Em seguida, Evair de Melo (PP-ES) afirmou que o "modus operandi" da ministra não é algo isolado: "Isso não é dela, isso não é de um pequeno grupo, isso é uma conspiração global. Esse modo da ministra, a estratégia dela é a mesma que as Farc colombianas usam. É a mesma que o movimento revolucionário da América Central usa. É a mesma tática, a mesma estrutura que o Hamas e o Hezbollah usam."

> "O presidente Lula não tem apreço pela senhora"
> *Zé Trovão*

Ele também disse que Marina "nunca trabalhou" e "nunca produziu". Em outro momento, o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) sugeriu que a ministra pedisse demissão: "Eu sei que lá atrás a senhora já pediu demissão do governo, acho que a senhora deveria pedir novamente". Já o deputado Zé Trovão (PL-SC) disse que a ministra "foi jogada na cova dos leões" pelo governo. "O presidente Lula não tem apreço pela senhora", afirmou.

A ministra disse que "é melhor receber injustiças do que praticar injustiças". Após ser desrespeitada, afirmou que rezou antes de ir à Câmara. "Eu fiz uma longa oração. E eu pedi a Deus que me desse muita calma, muita tranquilidade, porque eu sabia que, depois do que aconteceu no Senado, aqueles que gostam de abrir a porteira para o negacionismo, para a destruição do meio ambiente, para o machismo, para o racismo, iam achar muito normal fazer o que está acontecendo aqui, num nível piorado. Mas acho que Deus me ouviu e eu estou em paz", afirmou.

Marina usou o microfone durante suas falas para combater o negacionismo climático, reforçar ações de sua pasta e rebater as críticas. Ela defendeu a responsabilidade compartilhada entre o seu ministério e o da Agricultura em relação a autorizações para novos defensivos agrícolas. Também apresentou dados sobre clima e desmatamento, e atribuiu os incêndios florestais de 2024 a práticas criminosas aliadas a eventos climáticos extremos no mundo inteiro.

Após o fim da audiência, a ministra afirmou que não se intimidou com os ataques: "Todo esse trabalho é um trabalho de quem entende da agenda, tem compromisso e que não vai ceder, em hipótese alguma, a qualquer tentativa de intimidação", disse.

A FORÇA DO CAMPO

CONTEÚDO PATROCINADO POR



SINDICATOS RURAIS



Com um público de mais de 16 mil pessoas, o São Paulo Coffee Festival recebeu pequenos produtores de cafés especiais, que dividiram espaço com grandes marcas e conquistaram novos consumidores

Uma nova safra de cafeicultores paulistas ganha espaço no mercado de grãos especiais

Profissionais de outras áreas se transformam em produtores de pequeno porte e se destacam em evento do setor, com apoio da Faesp/Senar

Entre as 150 marcas expositoras do São Paulo Coffee Festival — um dos principais eventos dedicados ao universo do café, reunindo experiências sensoriais, cultura, turismo e valorização das origens produtoras — lá estavam eles. Na disputa com grandes marcas, pequenos agricultores paulistas apostam na qualidade dos seus cafés especiais e em boas histórias para vender seus produtos e conquistar novos clientes.

Com suporte da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Faesp/Senar), cafeicultores ocuparam um estande, fizeram negócios e dividiram experiências com vários dos 16 mil visitantes do evento na capital paulista.

Em comum, todos têm histórias de mudanças de vida e empenho para agregar valor com suas próprias marcas. É o caso de Manassés Sampaio Dias. Até 2001, a profissão do agora cafeicultor de Divinolândia (SP) era a de músico. Saxofonista, trabalhou como professor durante oito anos no Projeto Guri, de ensino musical a crianças no estado de São Paulo, e lecionava em outras instituições de ensino. Tocava em bandas e em orquestras. Até que Dias iniciou o plantio de café em uma propriedade de 21 hectares, onde o avô, esse sim agricultor, cultivou batata no passado. Até 2014, a produção em 12 hectares da propriedade era de café commodity, vendida para torrefação e beneficiamento e escoada no mercado externo, ou exportada.

"Na cidade tinha bastante gente produzindo café especial, e a gente achava que não tinha potencial. Aí, em 2014, ficamos em terceiro lugar no concurso municipal e, depois, em segundo lugar no concurso estadual de São Paulo", lembrou Dias. "A partir disso, a gente começou a se dedicar mais ao café especial."

No ano seguinte, Dias levou seu instrumento de trabalho para o novo negócio e nasceu a Sax Cafés Especiais. Apenas 15 sacas por safra — cerca de 5% da produção de sua lavoura — são destinadas a esse grão de qualidade superior.

De acordo com o produtor, com os preços recordes atuais, a diferença para o produto vendido para as processadoras é pequena, mas em épocas de queda nos valores a margem com a venda dos grãos especiais é 150% superior.

Sem condições de processar seu café, Dias buscou no associativismo a saída e é um dos 63 membros da Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia (Aprod). A entidade tem estrutura de benefício, processamento e seleção dos cafés especiais aos associados.

"É inviável para um produtor pequeno ter essa estrutura, mas com associativismo a gente conseguiu agregar valor", afirmou.

O café tirou Dias das salas de aula, mas ainda é possível encontrá-lo em bailes e casamentos. "Ainda faço uns cachês, mas é pouca coisa, pois música precisa de muito estudo e não dá mais tempo", explicou.

Da divisa com Minas Gerais para a Cuesta Paulista, no centro do estado. Beatriz Burckas deixou São Paulo, foi estudar Biologia em Botucatu, mas sempre trabalhou na área de educação. Até que nove anos atrás assumiu a propriedade da família, a fazenda Águas de Janeiro, em Pardinho (SP).

"Tinha pés de café com 70 anos, e as opções eram arrancar ou investir. Escolhi a segunda", afirmou.

Foi em um curso de formação sobre colheita do café, no Senar, cuja parte prática foi na sua propriedade, que Beatriz diz ter aprendido como não produzir. Mas, ali, também nascia o embrião da marca de cafés especiais que leva o nome da fazenda.

"O professor levou um saco e depois de seis meses voltou para a cidade para ministrar um curso de prova de café. E o que ele usou como prova de qualidade foi o nosso", explicou a produtora, cujas variedades são catuaí amarelo e bourbon amarelo e vermelho.

Beatriz melhorou a estrutura da propriedade, um novo terreiro de secagem foi construído, e 40 hectares são cultivados atualmente. Dos primeiros concursos e prêmios até a torrefação e embalagem, ela participou, pela primeira vez, do São Paulo Coffee Festival.

Das 800 sacas produzidas por safra, Beatriz consegue 40% de alta qualidade, escolhe os melhores cafés. "Na feira, a gente só apresentou o que é premiado. Mas o importante é conhecer outras pessoas e setores de café especial", disse. "Estou no café há nove anos e sempre aprendo mais", concluiu.

De volta à beira da Serra da Mantiqueira, no solo vulcânico da divisa com Minas Gerais, está o Sítio Três Barras da Mantiqueira, em São Sebastião da Grama (SP). De lá sai o café Villa di Grama. Com 40 hectares dos 59 hectares cultivados com café, a produção anual média é de mil sacas, e apenas 10 sacas são selecionadas para o café especial.

Até 2017, tudo isso era inimaginável para a bancária, advogada e mãe Patrícia Guerra. Formada em Administração, ela trabalhava em banco quando, no ano 2000, nasceu a primeira dos três filhos.

"Assumi a profissão de mãe, mas depois fiz Direito e tentei a carreira. Aí, meu marido comprou o sítio sem eu saber. Sim, sem eu saber. Em 2019, assumi a operação apenas com a experiência de gestão que já tinha", explicou Patrícia.

Os prêmios vieram, em 2020 começaram as exportações e, em 2022, a profissionalização veio com a consultoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em 2024, a Villa di Grama participou da primeira de várias feiras em diversos países.

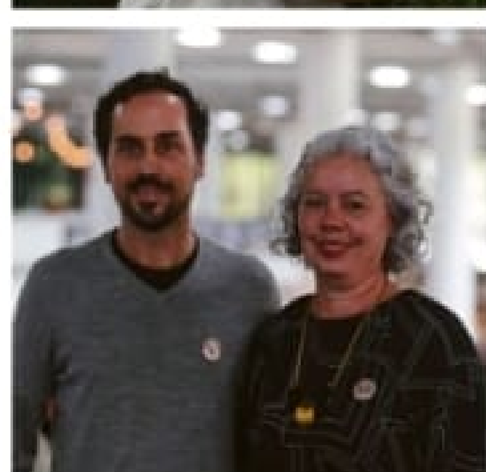
Mas, para Patrícia, o São Paulo Coffee Festival é o evento mais desafiador "porque tem de mostrar os melhores cafés para o público que é conhecedor, busca café especial e, para isso, tem de apresentar o melhor produto", disse. "Fiquei muito feliz com o convite do sistema Faesp/Senar para ter espaço numa feira tão concorrida."

São Paulo é o terceiro maior produtor de café do Brasil, o segundo se considerada apenas a espécie arábica utilizada na produção do grão especial das marcas Sax, Águas de Janeiro e Villa di Grama. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a oferta paulista na safra 2025 é estimada em 5,516 milhões de sacas no período, ou quase 10% da oferta total do Brasil, de 57,5 milhões de sacas no período.


Da Berrini para a roça: Juliana Pacheco Limonta apresentou seus produtos naturais com a Frescor da Mantiqueira


Manassés Sampaio Dias levou sua paixão pela música para os grãos de café


Beatriz Burckas transformou uma lavoura antiga em referência em cafés especiais


Do mundo jurídico ao campo: Patrícia Guerra exporta café especial

DO CORPORATIVO PARA A ROÇA

Em comum com os três cafeicultores, Juliana Pacheco Limonta tem o fato de mudar completamente sua vida pela produção agrícola. Gestora ambiental e executiva da área de telecomunicação, após ter a primeira filha ela e o marido resolveram sair da região da Berrini — um dos principais polos corporativos de São Paulo — e empreender na área de agricultura.

Na pequena propriedade de apenas dois hectares em São Bento do Sapucaí (SP), plantaram hortaliças, raízes e tubérculos. Foram vários cursos do sistema Faesp/Senar, desde o de agricultura orgânica até o de frutas em conserva. Foi assim que Juliana encontrou seu negócio e se tornou a "intrusa" na turma de cafeicultores que participou do São Paulo Coffee Festival.

Junto com o sócio, ela criou e administra a empresa Frescor da Mantiqueira, com uma linha de produtos naturais, entre eles frutas desidratadas, geleias, farinhas e um antepasto salgado produzido a partir do coração da bananeira. Aquela parte que fica na ponta do cacho e normalmente é descartada vira uma compota e acompanha pães, saladas e carnes.

A maior parte dos produtos é vendida pela internet e, segundo Juliana, estar no São Paulo Coffee Festival foi uma superexposição para a empresa "exótica" no local, mas com produtos de qualidade como os de todos os expositores.

Para o presidente da Faesp, Tirso Meirelles, o São Paulo Coffee Festival foi a oportunidade de a entidade levar produtores rurais que trabalham com a especificação de sustentabilidade, agricultura regenerativa e produtos de alta qualidade para o contato direto com os consumidores.

"Dar visibilidade a esses produtores é parte do nosso compromisso. A Federação atua para que eles evoluam em toda a cadeia — da produtividade à qualidade — e estejam mais preparados para competir com eficiência", concluiu.



"Dar visibilidade a esses produtores é parte do nosso compromisso"
TIRSO MEIRELLES, presidente da Faesp/Senar

PRODUZIDO POR G.lab

Eufrázio

Sem recuo à vista no #congresso damamata



Maria Cristina Fernandes

A estética do confronto chegou para ficar como condição necessária, ainda que insuficiente, para o governo chegar ao armistício com o Congresso. O primeiro sinal de que o bombardeio #congressodamamata incomodou foram os recibos passados pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ("Quem alimenta o nós contra eles acaba governando contra todos") e pelo presidente do União, Antônio Rueda, ("Não consegue resolver o problema fiscal e joga a culpa no Congresso").

Esta percepção, de um ministro que é conselheiro de colegas petistas sem nunca ter sido do PT, e tem linha direta com os presidentes da Câmara e do Senado, não se restringe a aplaudir a reação governista até aqui. Advoga que o próprio presidente da República vá pra cima nas redes sociais dizendo que o Congresso não quer votar a isenção do IR ou o aumento de imposto para rico e pretende congelar o salário-mínimo.

A discussão do dito "gasto estrutural" ficará para 2027. A saída, por ora, é se enquadrar no arcabouço fiscal com corte gasto tributário, como propõe o ministro Fernando Haddad, e recorrer ao Supremo Tribunal Federal em busca de uma paridade de armas sem a qual, assim como acreditam as potências nucleares, não se previnem ataques.

O exercício do poder dissuasório da reação governista já abriu espaço para a ministra Gleisi Hoffmann e o deputado José Guimarães (PT-CE) irem a público se contrapor aos ataques nas redes que miram Hugo Motta — estimulados, por um lado, pela ofensiva virtual governista e, por outro, pelo dilema existencial da Câmara. Pesquisa Genial/Quaest mostrou que 88% dos deputados querem a elevação da faixa de isenção do IR, mas não sabem como financiá-la: 46% são contra a elevação do IR para super-ricos e 53% são contra o PL dos supersalários.

O sarrafo da negociação se eleva nas emendas. A pedida não é apenas de liberação mas para que o governo contenha Flávio Dino. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não passa a mão no telefone e liga para o ministro quando quer apertar o Congresso mas é isso que se quer que ele faça — por óbvio, para desapertar. Não há um único real de emenda bloqueado hoje por determinação de Dino, mas é a ampliação do consenso contrário à execução do modelo vigente, como fez o ministro na semana passada, que os incomoda.

Tanto nas emendas, quanto na disputa de espaços no governo, o que corrobora para obstruir a relação com o Executivo é a dificuldade de as lideranças partidárias explicitarem suas demandas. Tome-se aquela do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que se move pela cabeça do ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira. Colegas já lhe fizeram chegar a norma do gabinete presidencial. Terá que parar de mandar recados e verbalizar diretamente suas demandas a Lula. Explicitar demandas do gênero e, principalmente, as razões que as motivam, não é um passeio quando se está diante do presidente da República, mas se é com ele o confronto não haveria como evitá-lo.

Quando a crise do IOF atravessou a Praça dos Três Poderes e foi parar no STF, o enredo ganhou previsibilidade. O envio da ação do governo pela constitucionalidade do decreto do IOF para Alexandre de Moraes pouco tem a ver com a "prevenção" do ministro e, menos ainda, com seus atributos. O decano, a quem foi inicialmente atribuída a relatoria, busca preservar sua capacidade de interlocução como resolvedor-geral de crises.

Como um confronto a mais ou a menos entre Moraes e o Congresso não faz diferença no patamar de animosidade que os aparta, o ministro Gilmar Mendes pôde simbolizar o exercício desta autodelegação na manhã de quarta-feira com a foto em que divide o palco com Hugo Motta em Lisboa, que, anualmente, volta a ser a capital da conciliação das elites — por um preço que permanece desconhecido.

Alcolumbre não foi mas, como é de seu feitio, mandou recados. Se ele não for reeleito para o comando da mesa, não tem como barrar impeachment de ministro na próxima legislatura. Sabe-se que o bolsonarismo não terá facilidade de alcançar este quórum porque quase todos os governadores em fim de mandato disputarão o Senado. Não é um perfil que avalize a tese. A assombração propagada por Alcolumbre é que, mesmo que não seja pautado, um pedido de impeachment pode ser aceito por outro presidente do Senado, o que tornaria a Corte refém.

Nesta conjuntura, não passa despercebido que Gilmar Mendes tenha ressuscitado o semipresidencialismo, tese que formulou junto com o ex-presidente Michel Temer. Um dos eventos do encontro de Lisboa é o lançamento do livro do jurista Vitalino Canas, "Presidentes governantes", que foi resenhado pelo ministro na imprensa portuguesa.

No capítulo dedicado ao Brasil, o autor discorre sobre o desequilíbrio de um sistema cuja existência de dois impeachments presidenciais em 24 anos é demonstração da força adquirida pelo Legislativo sem que o chefe de Estado tenha adquirido poder semelhante de dissolução do Congresso.

Visto que o semipresidencialismo se tornou fato sem que tivesse havido uma mudança formal no sistema de governo, a tese parece voltar nesse momento para, paradoxalmente, para reforçar o presidente. O que resta por ser explicado é como o Congresso aprovaria, de bom grado, uma automutilação.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Texto modificado pelo Congresso inclui motoristas e entregadores por aplicativo entre os trabalhadores na modalidade

Senado aprova MP do consignado para o setor privado

Gabriela Guido e Caetano Tonet
De Brasília


Rogério Carvalho: segundo parecer do relator, regras para empréstimos serão detalhadas em ato do Executivo

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (2) o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que cria o crédito consignado para trabalhadores do setor privado e a realização dessas operações por meio de plataformas digitais. Os parlamentares incluíram motoristas e entregadores por aplicativo entre as categorias que podem solicitar esse tipo de empréstimo, mediante convênio entre a plataforma para qual trabalham e as instituições de crédito. O texto vai à sanção presidencial.

O desconto para a quitação dos empréstimos entre os trabalhadores formais será feito em folha de pagamento e será limitado a 35% da remuneração bruta do trabalhador. Até 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou a totalidade da multa rescisória poderão ser utilizados como garantia para o pagamento do empréstimo se o trabalhador for demitido por justa causa.

Mais de 47 milhões de trabalhadores com carteira assinada poderão ser abarcados por este tipo de empréstimo.

No caso do consignado para motoristas e entregadores que trabalham por meio de aplicativos, as empresas deverão fazer convênios com as instituições de crédito que oferecem o consignado e, assim, os descontos serão feitos diretamente nos repasses que essas empresas mandam aos colaboradores autônomos.

Os descontos para a quitação do empréstimo contratado pelos autônomos, de acordo com o relatório aprovado, não poderão ser maiores do que 30% dos repasses que o aplicativo faz ao motorista ou ao entregador. As regras serão detalhadas em ato do Executivo, segundo o parecer do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Ainda de acordo com a proposta, as operações poderão prever cláusulas de substituição da fonte pagadora ou de repactuação das condições financeiras estabelecidas no empréstimo caso o trabalhador encerre o cadastro na plataforma.

Durante a sessão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anulou um trecho do projeto que previa a mudança do órgão competente a definir o mínimo e o teto de juros de empréstimos consignados. Essa atribuição, hoje do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passaria a ser do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A decisão foi tomada após requerimento apresentado pelo líder do PDT no Senado, Weverton Rocha (MA), que argumentou que o dispositivo era "estranho" à matéria e ao texto da MP enviado pelo governo ao Congresso. Alcolumbre concordou com a avaliação e acrescentou que o trecho seria ainda inconstitucional, por violar iniciativa reservada ao Executivo.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) celebrou a aprovação da MP e afirmou que, de 21 de março até esta quarta-feira, mais de 2,7 milhões de trabalhadores já contrataram R$ 17,2 bilhões por meio do consignado. Segundo a pasta, com taxa de juros média de 3,55%.

Na quarta-feira, o Senado também aprovou o Acredita Exportação, que prevê incentivo às exportações feitas por micro e pequenas empresas através da obtenção de crédito tributário. O benefício vale apenas pelos próximos dois anos, porque em 2027 entra em vigor a reforma tributária sobre consumo.

Tarcísio amplia na LDO previsão de isenções em 2026

Lilian Venturini e Cristiane Agostine
De São Paulo


Tarcísio: no ano eleitoral, governador de São Paulo terá receita de R$ 388,4 bilhões e despesa de R$ 387,7 bilhões

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aprovou na Assembleia Legislativa do Estado a previsão de ampliar as renúncias fiscais em 2026 e deve deixar de arrecadar R$ 85,6 bilhões, o equivalente a 22% do que o governo estima como receita.

Segundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado pelos deputados na noite de terça-feira (1), a maior parte da renúncia, de R$ 78,7 bilhões, é proveniente de isenções ou reduções de ICMS. A gestão deve abrir mão de arrecadar R$ 6,6 bilhões no IPVA; e R$ 257 milhões no Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

A LDO foi aprovada com facilidade pelo governo, por 46 votos a 18, e foi à sanção do governador.

No ano passado, a LDO estimava R$ 80,2 bilhões o benefício fiscal em 2026 — com valores corrigidos pela inflação. Só de ICMS a renúncia prevista era de R$ 74,3 bilhões.

No ano eleitoral, Tarcísio terá receita e despesa 4% maiores em relação à LDO de 2025. O Orçamento do governo de São Paulo para 2026 prevê receita de R$ 388,4 bilhões e despesa de R$ 387,7 bilhões.

Cotado como um possível candidato à Presidência em 2026, o governador costuma exaltar a política fiscal da sua gestão para se contrapor ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em São José do Rio Preto (SP), na semana passada, Tarcísio citou como exemplo a redução de custeio e revisão de benefícios tributários.

Durante a sessão de votação, a oposição criticou o valor de renúncia aprovado e a falta de informações. "Um dos pontos que trabalhamos há alguns anos é para reduzir, eliminar ou garantir, no mínimo, a transparência do que temos hoje de isenção fiscal", disse o deputado Luiz Claudio Marcolino (PT), que cobra a divulgação não apenas dos setores, mas também das empresas beneficiadas.

A política de isenção fiscal em vigor no Estado tem origem em gestões anteriores e é alvo frequente de questionamentos e ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). Há dois anos no cargo, Tarcísio recebeu observações semelhantes nos dois relatórios já aprovados pelo órgão sobre os exercícios de 2023 e 2024.

A análise mais recente, aprovada pelo TCE-SP, fez uma série de ressalvas, determinações e recomendações ao governo sobre o tema.

Em sua defesa, o governo menciona o plano São Paulo na Direção Certa, lançado em maio de 2024, para, entre outras medidas, revisar renúncias fiscais. Desde então, segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, dos 263 benefícios vigentes, 84 incentivos foram extintos e outros 17 foram ajustados. O impacto estimado com as revisões é de R$ 10 bilhões. "A reformulação priorizou a manutenção de incentivos com retorno verificado em emprego, investimento e desenvolvimento de setores estratégicos, encerrando benefícios sem eficácia econômica ou social", diz a secretaria, em nota. Sem os ajustes, de acordo com a pasta, as renúncias chegariam a R$ 88 bilhões em 2026. A nota afirma ainda que é impreciso comparar as estimativas de renúncia entre um ano e outro porque o dado desconsidera variáveis, como receita efetiva e valor dos benefícios, suscetíveis a fatores externos.

O TCE menciona as medidas do governo, mas pondera que há "concentração significativa" dos benefícios em grupo restrito de setores e que persiste a ausência de informações que atestem a eficácia desse tipo de política. "Não há esclarecimento quanto à real necessidade pública atendida por cada incentivo, tampouco se identificam provas concretas de retorno econômico ou social, como geração de empregos, estímulo a investimentos regionais ou fomento à inovação", diz o conselheiro Dimas Ramalho, relator do parecer.

Ramalho também voltou a cobrar mais transparência do governo na divulgação dos setores e das empresas contempladas.

A Secretaria da Fazenda diz que analisará as recomendações do TCE-SP, e afirma que os efeitos da revisão fiscal iniciada em 2024 serão percebidos nas próximas prestações de contas, de 2025 e 2026.

CONTEÚDO PATROCINADO POR GrupoFleury

Com novas tecnologias, Grupo Fleury avança no cuidado individualizado dos pacientes

Em palestra realizada na Jornada Valor Econômico de Jornalismo em Saúde, a CEO Jeane Tsutsui avalia a importância da inovação no setor e dá exemplos de aplicação prática da companhia



Em apresentação, a executiva destacou que a companhia já emprega 50 tipos de ferramentas baseadas em IA com resultados práticos

O futuro da saúde está sendo moldado pelas novas tecnologias. Foi a partir dessa perspectiva que a CEO do Grupo Fleury, Jeane Tsutsui, falou sobre inteligência artificial e sua aplicabilidade na saúde, além da genômica e de como a medicina personalizada tem contribuído para o surgimento de um novo olhar sobre o cuidado individualizade do paciente, na sua palestra na Jornada Valor Econômico de Jornalismo em Saúde. O curso foi realizado na sede da Editora Globo, em São Paulo, para uma turma de jornalistas interessados na cobertura de temas complexos do segmento.

A executiva começou a apresentação trazendo números do Grupo Fleury, que é um dos principais players no país, com 315 milhões de exames processados por ano. A companhia já soma 561 unidades de atendimento de medicina diagnóstica em 14 estados e no Distrito Federal, que responderam por 68% da receita de R$ 2,2 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Já o segmento B2B foi responsável por 23%, provenientes do atendimento a 8 mil laboratórios em mais de 2,2 mil municípios brasileiros. Os demais 9% vieram de novos elos, como telemedicina e especialidades.

Como parte do planejamento estratégico do Grupo, a empresa aposta no crescimento orgânico e inorgânico, por meio de fusões e aquisições. De 2017 para cá, já foram realizadas 20 aquisições e, desde que Tsutsui assumiu o comando, a companhia praticamente dobrou o faturamento, de R$ 4,2 bilhões para R$ 8,3 bilhões, em 2024.

> **"Somos a evolução de uma empresa que nasceu há 99 anos como laboratório e foi agregando serviços. Hoje temos uma atuação que vai muito além da medicina diagnóstica, promovendo uma jornada de saúde e bem-estar completa para o paciente"**
>
> **Jeane Tsutsui,** CEO do Grupo Fleury



O VALOR DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

De acordo com dados da consultoria internacional Precedence Research, o mercado de inteligência artificial na saúde é estimado em US$ 36,96 bilhões em 2025, com previsão de chegar a US$ 613,81 bilhões até 2034. "O uso dessa ferramenta vai transformar a relação de consumo em saúde", frisou Tsutsui.

Em linha com a tendência global, a tecnologia faz parte da estratégia do Grupo Fleury. A companhia já emprega 50 tipos de ferramentas baseadas em IA com resultados práticos. As aplicações vão desde a análise de dados que contribuem para melhorar a jornada do cliente até o alcance da eficiência operacional e o impulsionamento da inteligência de dados para o desenvolvimento de soluções.

Exemplificando os usos, a CEO listou parcerias com startups e inovações, como os agendamentos e auxílio no pré-atendimento de pacientes; suporte na análise com pré-seleção da IA na triagem de exames de imagem que apresentam risco grave e precisam ser priorizados na fila do laudo médico; uso da plataforma Vuupt para fazer gestão de rotas no atendimento móvel; e aplicação de ferramentas de estratificação de risco (Huna) para ajudar na detecção de câncer de mama por meio de exame de sangue.

Tsutsui ainda ressaltou algumas soluções internas da tecnologia para melhoria de processos e resultados. A parceria com a GE Healthcare potencializou exames de ressonância magnética diminuindo em até 50% o tempo do procedimento, com imagens de melhor qualidade. Com foco no Lab to Lab , foi desenvolvida internamente uma solução de IA para otimizar o giro de estoque dos laboratórios, com o objetivo de evitar sobras e desperdícios, chegando a reduzir em 40% o custo de insumos enviados a esses clientes.

Outra frente de atuação citada por Tsutsui e voltada para a marca Vita - Ortopedia e Fisioterapia é uma solução de tecnologia alemã para análise biomecânica de corrida sem marcadores no corpo dos pacientes. "O rastreio de movimentos é feito com câmeras e sistemas de IA. Isso reduziu o tempo de preparação do exame e de análise, que levava uma semana e hoje é feita em 30 minutos", destacou.

GENÔMICA, UMA NOVA ABORDAGEM

Modificando o caminho da medicina tradicional, que se baseia em sintomas, diagnósticos e tratamentos padrão, a genômica chega para trazer uma visão cada vez mais personalizada do cuidado. "Entendendo a base genética de cada situação e de cada indivíduo, é possível trazer uma abordagem preventiva e preditiva, evitando doenças graves e direcionando o paciente para o melhor tratamento individual", avaliou Tsutsui.

A executiva ainda observou que a evolução da inovação vem ajudando a reduzir custos e a tornar a genômica cada vez mais acessível, exemplificando com a popularização do Sequenciamento de Próxima Geração (NGS). Com novas técnicas, equipamentos e muito mais expertise, o sequenciamento genético já é realizado de forma rotineira.

Atualmente, a genômica representa 4% da receita de medicina diagnóstica de análises clínicas do Grupo Fleury, mas há um grande potencial de crescimento. Espera-se que, globalmente, esse mercado salte dos atuais US$ 44,21 bilhões para US$ 175,18 bilhões até 2034, acelerando a uma Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) de 16,53%, segundo a Precedence Research.

Nessa jornada, a joint venture do Grupo Fleury com o Albert Einstein possibilitou a criação do maior laboratório de genômica da América Latina. O Genesis Genomics é um ecossistema que se relaciona com mais de 20 mil médicos e tem um portfólio com mais de 300 tipos de testes disponíveis para atender pacientes de todas as idades, em diferentes momentos.

Ao final do bate-papo, a CEO respondeu às perguntas dos jornalistas e falou um pouco mais sobre a importância da educação digital dentro das organizações e o balanceamento dos custos para incorporação da inovação com responsabilidade. "A medicina preventiva é fundamental para o equilíbrio dos gastos se pensarmos no longo prazo, mas, no médio e no curto, é preciso avaliar como incorporar as melhores tecnologias que tragam benefícios imediatos tanto para os pacientes quanto para o setor", afirmou Tsutsui.

Atuação do Grupo Fleury:

8 mil laboratórios apoiados 

28 mil colaboradores e médicos 

2,2 mil cidades atendidas pelo Lab to Lab 

315 milhões de amostras processadas 

77 milhões de atendimentos ao ano 

561 unidades de atendimentos 



Participantes do curso também visitaram o Núcleo Técnico Operacional do Grupo Fleury, no Morumbi, que é a maior área técnica da América Latina para exames especializados, com linha automatizada e áreas como biologia molecular e P&D, entre outras

PRODUZIDO POR G.lab

Eufrázio

Poderes Para 57%, chance de avanço de agenda do Planalto é baixa, segundo Genial/Quaest

Maioria dos deputados vê relação negativa com governo

Joelmir Tavares
De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem baixas chances de conseguir aprovar sua agenda no Congresso Nacional na opinião de 57% dos deputados federais, mostra uma pesquisa Genial/Quaest feita com os parlamentares e divulgada na quarta-feira (2). As chances são consideradas altas por uma fatia menor, de 36%, o que ilustra o cenário difícil para o governo no parlamento, com sucessivas derrotas em razão da base de sustentação frágil e da oposição fortalecida.

A Quaest fez 203 entrevistas (40% do total de deputados), em uma amostra representativa que levou em conta a proporção por região do país e a ideologia partidária. A margem de erro da pesquisa é de 4,5 pontos percentuais. Segundo o instituto, os dados foram coletados em entrevistas presenciais e virtuais, entre 7 de maio e 30 de junho. No período, a crise entre Congresso e governo se acentuou, com a derrubada do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A comparação com a rodada anterior do levantamento, de maio de 2024, mostra elevação do descrédito do governo entre os deputados. Naquela altura, os que consideravam alta a chance de Lula avançar com sua agenda eram 47%, mesmo percentual dos que viam chance baixa.

Segundo o novo levantamento, 32% dos deputados se consideram "de governo" e 32%, "de oposição", enquanto 27% se veem como independentes, e 9% não souberam ou não responderam. No espectro ideológico, 45% se dizem de direita, 25% de centro e 21% de esquerda. No recorte religioso, a maioria (53%) se declara católica, 27% são evangélicos e 8% não têm religião.

Entre os deputados, o governo tem avaliação negativa de 46%, positiva de 27% e regular de 24%. De acordo com a mais recente pesquisa Genial/Quaest que entrevistou eleitores, do início deste mês, os percentuais na população geral são de 43% que consideram o governo negativo, 28% que o avaliam como regular e 26% que o descrevem como positivo.

A relação do governo com o Congresso é avaliada por 51% dos deputados como negativa, enquanto 30% consideram regular e 18%, positiva. Questionados sobre a razão para que poucas votações importantes estejam acontecendo no parlamento, 45% respondem que é a desarticulação política do governo. O impasse sobre a anistia foi citado por 33%, a não liberação de emendas foi apontada por 15%, e a falta de funcionamento das comissões internas foi mencionada por 6%.

A maioria dos deputados (84%) confirmou já ter sido recebida por algum ministro de Lula, sendo que 43% tiveram seus pedidos atendidos e 30%, não. Para 69%, o governo dá menos atenção aos parlamentares do que deveria. A nomeação da petista Gleisi Hoffmann para a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política, é avaliada como um acerto de Lula por 45% dos deputados, e como um erro por 44%.

A gestão de Hugo Motta (Republicanos-PB) na presidência da Câmara é avaliada como positiva por 68%, regular por 25% e negativa por 6%. Para 50%, a Mesa Diretora da Casa é mais alinhada com o bloco de independentes. Uma parcela de 35% considera que o alinhamento se dá mais com o governo, e uma minoria de 10% acha que é com a oposição.

Indagados sobre a possibilidade de Motta colocar em votação o projeto que anistia condenados pelos ataques de 8 de janeiro, 59% respondem que ele não levará o tema para apreciação, enquanto 30% avaliam que sim.

Após a pesquisa, Motta disse em redes sociais que "é gratificante ter um forte respaldo" dos pares e associou sua gestão a "diálogo, equilíbrio e responsabilidade". "Agradeço a confiança dos que concordam e caminham comigo, e também dos que discordam — mas respeitam", afirmou o presidente da Câmara.

Sobre o volume de emendas orçamentárias, 57% acreditam que nos próximos anos ele tende a ficar nos níveis atuais. Já para 18%, deve aumentar, e 12% acham que vai diminuir. A maioria (57%) diz que o impasse da distribuição de emendas irá continuar, enquanto 14% acham que o Congresso irá ceder, e 13% afirmam que é o STF que irá ceder.

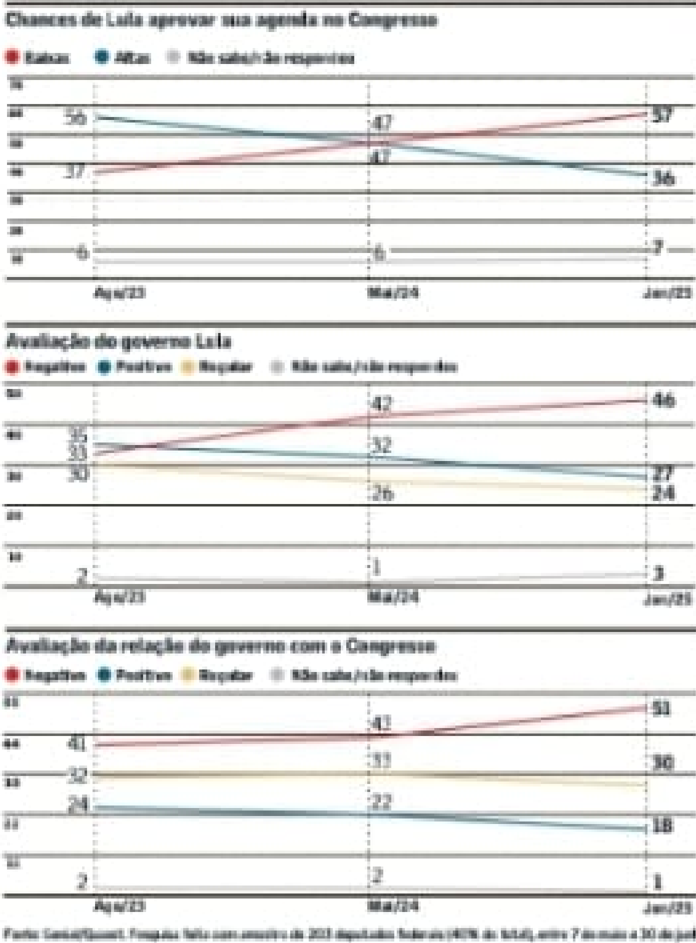
A Quaest também perguntou aos parlamentares o posicionamento deles sobre 14 temas em discussão no Congresso. O maior percentual de deputados favoráveis é em relação à elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda, com 88% deles se dizendo simpáticos à medida — aposta da gestão Lula 3 para reverter a queda de popularidade. Por outro lado, 70% são contrários à exclusão das verbas do Judiciário do limite de gastos. Também chega a 70% a rejeição ao fim da escala 6x1.

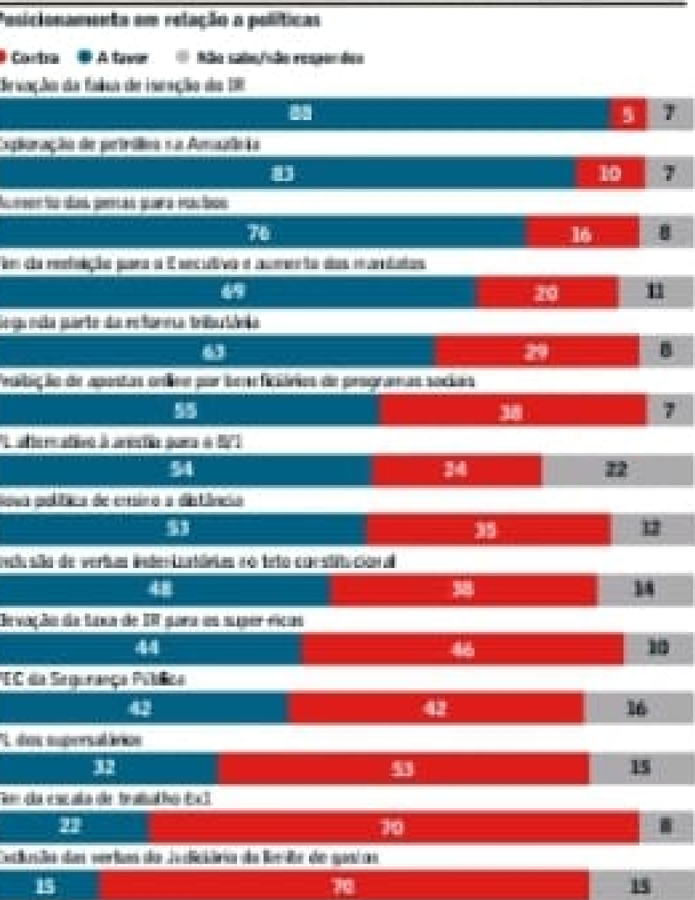
A política econômica do país está indo na direção errada para 64% dos deputados, ao passo que 28% acham que está no rumo certo. Sobre o principal problema que o país enfrenta, 31% respondem que é a economia. Na sequência, aparecem violência (23%) e corrupção (16%).

O trabalho do Supremo Tribunal Federal (STF) é avaliado como negativo por 48% dos deputados, como positivo por 27% e como regular por 18%. Em pergunta sobre a frequência com que a corte invade competências do Congresso, 49% dizem que é "sempre", 28% que "às vezes", 12% que "raramente" e 5% que "nunca". Apesar do atrito entre Poderes, 65% afirmam não acreditar que o Congresso vai aprovar, nos próximos anos, o impeachment de algum ministro do STF.

Sobre a expectativa para as eleições de 2026, 68% dos deputados dizem que, na opinião deles, Lula vai tentar a reeleição. Para 21%, não. O favorito para vencer a corrida ao Planalto, na visão de 50%, é um candidato da oposição. O nome mais citado para esse posto, com 49%, é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Para 13%, o principal candidato da oposição será o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que está inelegível até 2030. Para 51%, Bolsonaro deveria abrir mão da candidatura. Para 23%, deveria manter.

O que pensam os deputados federais
Como parlamentares avaliam governo e temas em discussão





Fonte: Genial/Quaest. Pesquisa feita com amostra de 203 deputados federais (40% do total), entre 7 de maio a 30 de junho (presencial e online). Margem de erro de 4,5 pontos percentuais

Pesquisa confirma crise e agrava quadro pré-reeleição

Análise

Andrea Jubé
Brasília

A pesquisa Genial/Quaest divulgada na quarta-feira (2) jogou luz sobre a crise de relacionamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Congresso. Na prática, o levantamento confirmou o que já havia revelado o placar da votação que revogou os decretos relativos ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): a base fiel ao petista tem cerca de 100 deputados.

Lembre-se que no dia 25 de junho, 383 deputados votaram para anular o texto que alterou as alíquotas do IOF, ante apenas 98 que ficaram do lado do governo. Na mesma noite, o projeto foi sacramentado pelo Senado em votação simbólica. Uma derrota que expôs a fragilidade política do presidente da República.

Nesse cenário, o resultado da pesquisa Quaest — que se restringiu ao universo dos deputados federais — é um diagnóstico alarmante para um mandatário disposto a buscar a reeleição em menos de um ano e meio. Demonstra que corre risco a votação da matéria mais cara ao Executivo na Câmara, e uma das apostas eleitorais: a reforma do Imposto de Renda (IR) para isentar os brasileiros que ganham até R$ 5 mil, e reduzir o tributo para a faixa salarial de até R$ 7 mil.

A pesquisa confirmou que mais da metade da Câmara está insatisfeita com o Executivo. Dois dados são especialmente preocupantes. Em primeiro lugar, 51% dos deputados consideram negativa a relação do governo com o Congresso, e 18% acham que é positiva. Na sondagem anterior, em maio de 2024, 43% estavam descontentes ante 22% satisfeitos. Ao mesmo tempo, 46% dos deputados avaliam negativamente o governo, ante 27% que dão nota positiva à gestão lulista. Há um ano, 42% desaprovavam o governo, enquanto 32% avaliavam a atual administração.

As reclamações variam desde o ritmo de pagamento das emendas parlamentares, passando pela articulação política, até chegar às críticas ao distanciamento de Lula do mundo político. A baixa aprovação do governo, somada à impositividade das emendas — característica que enterrou o antigo modelo do "pires na mão" dos deputados —, igualmente estimulam a infidelidade da base.

Nessa conjuntura, a Quaest demonstrou que a aparente guinada à oposição do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi positiva para o político. Nos bastidores, acenos de Motta ao governo incomodaram o baixo clero e alas do Centrão.

O índice dele de ótimo e bom alcançou 68% dos deputados, ante 25% que classificam sua atuação como regular, e 6% a consideram negativa. Motta foi às redes sociais comemorar o resultado: "É gratificante ter um forte respaldo dos deputados governistas e os de oposição, ter o apoio dos colegas de direita, de centro e de esquerda. Isso diz muito do trabalho que todos nós estamos realizando na Câmara", escreveu.

Nesse ambiente político, Lula está cercado por dois grupos distintos de conselheiros. Um deles, formado de incendiários, defende que o presidente redobre a aposta na crise, rompa o diálogo com as duas Casas legislativas, e invista na relação direta com a população. Argumentam que na crise do mensalão, Lula adotou essa estratégia, e acabou reeleito em 2006.

O presidente já enveredou por esse caminho. Nos discursos, ele estimula os brasileiros a cobrarem dos deputados e senadores a aprovação de propostas para que super ricos paguem mais impostos, e assalariados arquem com menos. Uma campanha nesse sentido está circulando nas plataformas e irritou os parlamentares, sobretudo com a "hashtag" "Congresso inimigo do povo".

Os mesmos incendiários defendem que Lula vá além e vete o aumento do número de deputados aprovado pelas duas Casas, de 513 para 531 parlamentares. A percepção é de que o gesto turbinaria a popularidade de Lula, mas queimaria as pontes, talvez definitivamente, como Parlamento. O prazo para o veto é 16 de julho.

Na contramão, um grupo de conselheiros cobra serenidade e retomada do diálogo por não considerar prudente que um presidente, que busca a reeleição, marche para a campanha eleitoral rompido com o Congresso.

Na quarta-feira, Lula mostrou que escolheu o caminho do diálogo, inclusive, condizente com seu conhecido estilo conciliador de fazer política. Em entrevista à TV Bahia, afiliada da Globo, ele adiantou que na semana que vem, vai conversar "tranquilamente" com Motta e Alcolumbre, e defendeu o entendimento. "Vamos voltar à normalidade política desse país", instou.

A Quaest ouviu apenas os deputados federais, em uma amostra de 203, que segundo o instituto, representa a distribuição regional e ideológica do plenário da Câmara. A margem de erro é de 4,5 pontos percentuais.

Urgência para incentivos fiscais passa na Câmara

Beatriz Roscoe
De Brasília

Depois da derrubada do decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (2) o requerimento de urgência para o projeto que trata da revisão de incentivos fiscais.

O pedido foi assinado pelo líder do PP, Doutor Luizinho (RJ), um dos deputados mais próximos do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e representava um desejo dos líderes de demonstrar esforços no sentido do ajuste fiscal. Motta tem dito que os parlamentares precisam apresentar soluções para a crise econômica e não apenas apontar os erros do governo na política fiscal.

O texto, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), trata de critérios, objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação de benefícios tributários, financeiros e creditícios. O projeto estabelece que propostas legislativas que criem ou ampliem incentivos tributários devem seguir critérios mínimos, como ter duração máxima de cinco anos, que poderão ser renovados, metas de desempenho econômico, social e ambiental, estimativa de impacto sobre desigualdades regionais e a determinação de monitoramento e avaliação periódica.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que o governo apresentará um projeto próprio de revisão de incentivos fiscais após o recesso parlamentar. O secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, afirmou na quarta-feira que o governo pretende arrecadar R$ 20 bilhões em 2026 com a proposta.

A votação do requerimento de urgência para o projeto que trata dos incentivos fiscais estava prevista para terça, mas foi adiada após um pedido do deputado Mauro Benevides (PDT-CE). O deputado é autor de outro projeto com o mesmo objeto e defendia que a urgência de seu texto fosse votada em vez da proposta relatada por Amin. Benevides conseguiu reunir assinaturas para o requerimento de urgência para o seu texto, que estaria mais alinhado ao intuito da Fazenda.

O projeto que teve a urgência aprovada não representa um corte efetivo dos benefícios fiscais, mas apenas determina os critérios para incentivos tributários. Benevides articulou para que uma urgência fosse votada apenas no retorno de Motta, que está no exterior, mas o requerimento para o texto preferido pelos partidos de centro prevaleceu na votação de quarta-feira.

Pela proposta do deputado pedetista, será necessário cortar benefícios. O governo poderá escolher quais setores econômicos terão redução e quais percentuais, desde que o total some, no mínimo, 5% de corte neste ano e mais 5% no ano que vem. Também proíbe a concessão de novos benefícios tributários, financeiros e creditícios e a prorrogação de benefícios existentes, se a medida não for acompanhada da redução simultânea de outros benefícios de mesma natureza, em valor equivalente.

Com a urgência do projeto que veio do Senado já aprovada, o texto poderá ser votado diretamente no plenário, e ganha mais chance de ser usado como "carona" e ter outros projetos que tratem do tema apensados.

O presidente da Câmara chegou a ventilar a criação de um grupo de trabalho para discutir os incentivos fiscais e o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) era cotado para ser relator. A ideia, no entanto, foi adiada enquanto o texto do governo não chega ao Congresso.

Para além dos projetos da Fazenda e de Esperidião Amim, a Câmara abriu uma terceira frente de discussão que também trata da revisão de incentivos fiscais. A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) instalou nessa quarta a Subcomissão Especial das Isenções Fiscais. O grupo tem como objetivo dar mais transparência ao uso dos recursos públicos e verificar se as isenções fiscais estão de fato cumprindo sua função social e econômica. A nova instância terá como missão analisar, fiscalizar e propor melhorias no atual sistema de isenções, subsídios e renúncias tributárias concedidas pela União — diante da iniciativa capitaneada pelo Centrão.

"O Brasil não pode continuar abrindo mão de quase R$ 800 bilhões ao ano sem que a sociedade saiba quem se beneficia com isso e o que está sendo perdido em políticas públicas. Vamos passar esse sistema a limpo. É hora de garantir que o dinheiro público sirva à maioria, e não a uma minoria com lobby forte", defendeu o presidente da comissão, deputado Rogério Correia (PT-MG).

A subcomissão será presidida pelo deputado Ricardo Abrão (União-RJ), relatada por Benevides e terá Fausto Santos Jr. (União-AM), Florentino Neto (PT-PI), Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), Merlong Solano (PT-PI), Pauderney Avelino (União-AM) e Sidney Leite (PSD-AM) como membros.

Guerra comercial Pacto foi finalizado a uma semana do prazo dado por Trump para que parceiros de Washington concluam negociações

EUA acertam tarifas com Vietnã e buscam novos acordos até o dia 9

Bloomberg

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem ter chegado a um acordo comercial com o Vietnã, após semanas de intensa diplomacia e às vésperas de um prazo que resultaria na aplicação de tarifas mais altas sobre as importações vietnamitas.

Uma tarifa de 20% será aplicada às exportações do Vietnã para os EUA, com um imposto de 40% sobre quaisquer produtos considerados como reexportados por meio do país. Trump afirmou ainda que o Vietnã concordou em eliminar todas as tarifas sobre importações americanas.

"Em outras palavras, eles 'ABRIRÃO SEU MERCADO AOS EUA', o que significa que poderemos vender nossos produtos para o Vietnã com tarifa ZERO", escreveu ele.

Trump disse que fechou o acordo após discussões com o líder do Partido Comunista, To Lam. O Ministério das Relações Exteriores do Vietnã disse em um comunicado que Trump prometeu continuar cooperando "na resolução de problemas que afetam as relações comerciais bilaterais". To Lam propôs que os EUA reconheçam o Vietnã como "uma economia de mercado e retirem as restrições à exportação de determinados produtos de alta tecnologia".

O acordo com o Vietnã é apenas o primeiro anunciado até agora, após entendimentos com Reino Unido e China, num contexto em que parceiros comerciais tentam firmar acordos com os EUA antes do prazo imposto por Washington, em 9 de julho. Trump impôs uma tarifa de 46% ao Vietnã como parte de suas "tarifas recíprocas" no começo de abril, mas depois reduzidas para 10% para dar margem às negociações.

Trump e sua equipe planejavam conduzir negociações simultâneas com dezenas de parceiros comerciais, mas seus assessores indicaram que vão se concentrar nas principais economias, impondo tarifas de forma unilateral a países menores ou aqueles que não chegarem a um acordo.

Autoridades americanas vêm reiterando que mais acordos serão anunciados até a próxima quarta-feira, fim do prazo dado por Trump, que segue pressionando para arrancar concessões. O alvo da vez é o Japão, a quem presidente americano ameaçou com tarifas de 35%.

O teor das declarações assustou o governo de Shigeru Ishiba, que vinha adotando uma postura amigável, mas firme, nas negociações. Ontem, o premiê disse estar determinado a proteger os interesses do país e, ao mesmo tempo, a reduzir o déficit dos EUA com o Japão.

O Vietnã representava um desafio particular para o governo Trump. Alguns dos principais assessores do presidente veem o país como um parceiro estratégico nos esforços para conter a China. Ao mesmo tempo, suas exportações se tornaram essenciais para os consumidores americanos.

A nação do Sudeste Asiático viu suas vendas para os EUA aumentarem nos últimos anos, em parte porque fabricantes transferiram para o país produção que antes estava na China. Ele é um importante fornecedor de têxteis e artigos esportivos, abrigando fábricas de empresas como Nike, Gap e Lululemon Athletica.

O Vietnã foi o sexto maior fornecedor de importações dos EUA no ano passado, enviando mercadorias no valor de quase US$ 137 bilhões, segundo dados do Censo americano. Seu superávit comercial com os EUA foi o terceiro maior do mundo entre países, atrás apenas da China e do México. Em maio, os embarques aumentaram 35%, com as empresas tentando acelerar o envio de produtos antes do prazo final.

Autoridades americanas queriam calibrar as tarifas para os países do Sudeste Asiático, para que elas ficassem significativamente abaixo das impostas à China, encorajando a migração da produção chinesa para esses mercados.

A tarifa mais alta de 40% será aplicada a produtos considerados como casos de triangulação comercial — em que componentes da China e de outros países são encaminhados pelo Vietnã ou submetidos a apenas uma montagem final mínima, antes de serem exportados para os EUA.

Essa tem sido uma grande preocupação dos principais assessores de Trump, incluindo Peter Navarro, que em uma entrevista à Fox News em abril descreveu o Vietnã como "basicamente uma colônia da China comunista".

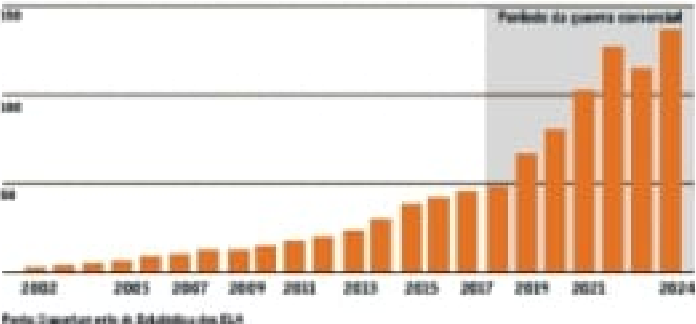
Os detalhes sobre quais produtos estarão sujeitos a essa taxa maior não foram divulgados.

As exportações dos EUA para o Vietnã foram avaliadas em apenas US$ 15 bilhões no ano passado. Trump alardeou a possibilidade de um aumento das vendas de automóveis como resultado do acordo, mas a meta é vista como ambiciosa devido aos baixos preços de veículos de outros países e limitações do mercado interno vietnamita.

O acordo foi fechado após semanas de discussões, durante as quais os EUA pressionaram o Vietnã a endurecer o combate às fraudes, garantir uma fiscalização rigorosa contra a triangulação comercial de produtos chineses, e também pressionaram pela remoção de barreiras não tarifárias.

Parceria EUA-Vietnã é alternativa à China

Importações americanas dispararam depois da guerra comercial



Hesitação de Starmer em apoio a ministra derruba mercado no Reino Unido

George Parker, David Sheppard, Ian Smith e Jim Pickard
Financial Times, de Londres

Os títulos do governo do Reino Unido e a libra tiveram forte queda ontem depois que o primeiro-ministro Keir Starmer demorou a declarar apoio à ministra das Finanças Rachel Reeves, que chorou na Câmara dos Comuns após o governo desfigurar dramaticamente seu projeto de lei que altera benefícios de assistência social.

Durante uma troca de farpas ontem com a líder conservadora Kemi Badenoch, Starmer evitou afirmar imediatamente que Reeves permaneceria no cargo, após o governo abandonar o plano de cortar 5 bilhões de libras (cerca de US$ 6,35 bilhões) em benefícios para pessoas com deficiência.

O Tesouro divulgou às pressas um comunicado afirmando que Reeves estava abalada por causa de uma "questão pessoal" não especificada, e a secretária de imprensa de Starmer garantiu que a ministra conta com a plena confiança do primeiro-ministro.

Mike Riddell, um gestor de fundos da Fidelity International, disse que os investidores temem que, caso Reeves seja substituída, haja um risco de que as regras fiscais sejam "alteradas ou abandonadas, o que implicaria em déficits ainda maiores e mais emissão de dívida".

Um aliado de Reeves disse que a reação do mercado às lágrimas da ministra, uma indicação de que ela poderia renunciar, foi um "sinal claro" de que os investidores em títulos britânicos a veem como um pilar contra o endividamento excessivo do governo.

Aliados da ministra já alertam que o recuo na questão dos benefícios sociais significa que ela não poderá abrir mão do teto para o benefício do segundo filho, uma regra bastante criticada por muitos parlamentares. Starmer disse no mês passado que iria "avaliar" a possibilidade de eliminar o teto, o que custaria cerca de 3,5 bilhões de libras (cerca de US$ 4,45 bilhões).

Reeves, que estava sentada ao lado de Starmer durante a sessão de perguntas ao primeiro-ministro ontem e entrou no plenário visivelmente abalada, pareceu derramar uma lágrima depois que o premiê evitou lhe oferecer apoio explícito ao ser questionado sobre o futuro dela por Badenoch.

Um parlamentar conservador disse que foi "uma das lágrimas mais caras da história". Mais tarde, a secretária de imprensa do premiê declarou que Reeves conta com o "apoio total" de Starmer.

Na Câmara dos Comuns, Starmer disse estar "agradecido" à ministra das Finanças, mas a ausência de um apoio mais enfático aumentou as especulações de que sua permanência no cargo pode estar ameaçada.

Apenas horas depois, Starmer declarou de viva-voz à emissora BBC que "Reeves será ministra das Finanças por muito tempo".

Reeves tornou-se alvo da ira da oposição pela forma como o governo trabalhista conduziu as reformas dos benefícios fiscais. Badenoch disse que a ministra está sendo usada por Starmer como "um escudo humano para sua [dele] incompetência".

Ao fim da sessão de perguntas ao primeiro-ministro, Reeves foi conduzida para fora do plenário por sua irmã e também parlamentar, Ellie Reeves, presidente do Partido Trabalhista. Ela pareceu apertar a mão da ministra enquanto a guiava para fora da câmara.

A secretária de imprensa do premiê foi indagada sobre se Reeves ofereceu sua renúncia e negou categoricamente a especulação.

Republicanos mergulham em articulações para aprovar projeto de Trump



Líderes republicanos na Câmara dos EUA ampliaram ontem seus esforços para convencer membros do partido a votar em favor do projeto de corte de gastos sociais e impostos, promovido por Donald Trump. A proposta voltou à Casa após ter sido aprovada no Senado por um voto. A sessão de ontem na Câmara foi marcada por um adiamento de horas de uma votação regimental — que poderia permitir à oposição democrata atrasar a aprovação do projeto. Para a oposição, a lei favorece os mais ricos em prejuízo dos mais pobres. O avanço na Câmara é o último passo da tramitação antes de virar lei pela sanção de Trump. O presidente tem como meta assinar a lei amanhã, feriado nacional de 4 de Julho. Ontem, Trump se envolveu diretamente nas negociações, organizando uma reunião na Casa Branca com republicanos moderados e membros do grupo Freedom Caucus, que se opõem ao projeto apoiado pelo presidente. Na foto, o presidente da Câmara, Mike Johnson, fala ao telefone em busca viabilizar o pacote.

Hamas e Israel falam em diálogo, mas se afastam de cessar-fogo

Agências internacionais

Hamas e Israel enviaram ontem sinais contraditórios sobre a possibilidade de um cessar-fogo em Gaza, apesar da crescente pressão sobre o governo de Benjamin Netanyahu para encerrar o conflito que já se arrasta há dois anos.

O grupo terrorista palestino sugeriu estar aberto a um acordo que leve ao "fim completo da guerra", após Donald Trump ter anunciado que Israel havia aceitado aos termos para trégua de 60 dias. No entanto, reiterou demandas que travaram negociações anteriores.

Pelo lado israelense, Netanyahu, voltou a pregar a eliminação do Hamas, mas seu chanceler, Gideon Saar, indicou que o conflito poderia acabar se os 50 reféns mantidos pelo grupo fossem libertados.

As negociações continuarão nos próximos dias. Representantes do Hamas se reunirão com integrantes dos governos de Catar e Egito, que mediam os diálogos ao lado dos EUA. Já Netanyahu será recebido por Trump na segunda-feira.

Um acordo parece distante porque os dois lados têm propostas incompatíveis e inegociáveis para o fim do conflito. Enquanto o Hamas exige a retirada total das tropas israelenses, Tel Aviv só aceita a paz se o grupo concordar em se render, entregar suas armas e enviar seus líderes para o exílio.

Uma autoridade israelense disse à AP que a proposta de Trump inclui a retirada parcial das tropas e um aumento da ajuda à Gaza. Os EUA, Catar e Egito forneceriam garantias sobre a sequência das negociações, mas, segundo a fonte, Tel Aviv não teria se comprometido a aceitar este item do acordo.

EUA vigiam aliados de plano nuclear da Coreia do Norte

Agências internacionais

As autoridades dos EUA estão apertando o cerco contra uma rede criminosa em expansão acusada de usar criptomoedas roubadas para financiar o programa nuclear da Coreia do Norte, informou ontem o jornal britânico "Financial Times".

Um grupo sob sanções americanas ligado à Coreia do Norte supostamente roubou cerca de US$ 620 milhões em um ataque cibernético a criptomoedas em 2022, segundo promotores americanos. O Departamento do Tesouro dos EUA disse recentemente que incluirá em uma lista de sanções um conglomerado financeiro do Camboja acusado de lavar criptomoedas roubadas para o grupo.

As medidas fazem parte dos esforços mais recentes voltados às atividades do Lazarus Group, que autoridades suspeitam ter desviado bilhões de dólares ao longo de quase 20 anos para financiar o programa nuclear norte-coreano.

Promotores e advogados de defesa estão em disputa sobre quais evidências no caso da lavagem de dinheiro — que envolve o serviço de criptomoedas Tornado Cash — poderá ser apresentado ao júri. A defesa está tentando barrar menções ao Lazarus Group no julgamento, que se realizará em breve.

O Lazarus Group tem sido associado aos assaltos digitais mais notórios dos últimos anos, incluindo o roubo de US$ 81 milhões da conta de Bangladesh no Federal Reserve Bank de Nova York, o ataque global com o ransomware "WannaCry" e o ataque hacker à Sony Pictures em retaliação pela produção do filme "A Entrevista". Os EUA impuseram sanções ao grupo em 2019.

EUA interrompem envio de armas para a Ucrânia

Agências internacionais

Os Estados Unidos anunciaram ontem que suspenderão o envio de alguns mísseis de defesa aérea e outras munições de precisão para a Ucrânia devido ao baixo nível de estoques para as Forças Armadas americanas, uma decisão contestada por Kiev, que alegou que a decisão encorajará a Rússia.

"Qualquer atraso ou hesitação em apoiar as capacidades de defesa da Ucrânia apenas encorajará o agressor a continuar com a guerra e o terror, e não a buscar a paz", disse o Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia em nota.

O Ministério da Defesa da Ucrânia afirmou em comunicado que não recebeu nenhuma notificação oficial dos Estados Unidos sobre uma suspensão ou revisão dos cronogramas de entrega previamente acordados. Autoridades ucranianas solicitaram uma ligação com representantes americanos para verificar o status de itens específicos em andamento.

A redução no ritmo de envios de armas prometidas a Kiev pelo governo americano começou nos últimos dias. Entre os itens que começaram a ficar em falta para a Ucrânia estão mísseis interceptadores para derrubar drones e projéteis, essenciais para a defesa aérea ucraniana, que vem sofrendo com uma onda de ataques de drones russos.

Há também a escassez de munição de 155 mm usada para artilharia nas linhas de frente, segundo uma fonte da defesa ucraniana, classificando a escassez e as notícias de atrasos nos suprimentos dos EUA como "muito tristes".

O Pentágono afirmou que está oferecendo a Trump opções para continuar a ajuda militar à Ucrânia visando o fim da guerra.

"Ao mesmo tempo, o Departamento está examinando e adaptando rigorosamente sua abordagem para atingir esse objetivo, preservando também a prontidão das forças americanas para as prioridades de defesa do governo", disse Elbridge Colby, subsecretário de Defesa dos EUA.

Os envios de armas americanas foram brevemente suspensos em fevereiro, com uma segunda pausa, mais longa, em março. O governo Trump retomou o envio da última parte da ajuda aprovada por Biden. Nenhum novo pacote de ajuda foi anunciado desde então.

Desde que retornou à presidência, Trump assumiu postura mais branda em relação à Rússia e buscou uma solução diplomática para o conflito, sem sucesso. No entanto, na semana passada, Trump disse que consideraria vender mais mísseis de defesa aérea Patriot à Ucrânia após reunião com o presidente Volodymyr Zelensky.

Curtas

Calor mata 8 na Europa

Quatro pessoas morreram na Espanha, duas na França e duas na Itália em meio à forte onda de calor que atinge a Europa, provocando incêndios e o cancelamento de atividades ao ar livre. Autoridades emitiram alertas vermelhos em vários países, com a previsão de que as temperaturas sigam batendo recordes.

Irã aprova veto à AIEA

O Irã sancionou ontem uma lei para suspender a cooperação do país com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), um dos temores ocidentais após os ataques de Israel. Teerã também reconheceu que o bombardeio dos EUA causou danos significativos à instalação nuclear de Fordow, a principal do país.

Eufrázio

Valor ECONÔMICO

Caráter anti-Ocidental do Brics vira armadilha ao Brasil

O Brasil sedia neste fim de semana a cúpula do Brics, num momento em que o grupo capitaneado pelos grandes emergentes vive o desafio de se mostrar relevante. Heterogêneo desde o seu início, o Brics passou por um processo de expansão que dificultou ainda mais a sua capacidade de definir uma identidade e uma agenda comuns. Com os novos membros, ganhou ainda um caráter político mais antidemocrático e anti-Ocidental. Isso é uma armadilha para o Brasil, que deve evitar se associar a posições que ameaçam reduzir, e não ampliar, a influência e a projeção global do país.

O Brics começou, no início do século, como um acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China (sem o "s"), num estudo do banco Goldman Sachs sobre países com grandes populações e economias e com potencial de crescimento acelerado, que poderiam trazer boas oportunidades de investimentos. Juntados assim, casualmente, os quatro países passaram a se reunir num fórum informal até a primeira cúpula, em 2009, na Rússia. Em 2011, a África do Sul participou da segunda cúpula, no Rio, o que já indicou uma intenção política do grupo de representar o mundo em desenvolvimento.

O Brics foi então se estruturando, com instituições como o Novo Banco de Desenvolvimento (chamado informalmente de banco do Brics), com sede na China, que colocou a maior parte do capital. Mas o grupo sempre sofreu para encontrar posições comuns e relevantes em temas globais, devido a interesses díspares e até divergentes dos países-membros. China e Rússia são ditaduras que mantêm relações tensas com o Ocidente, diferentemente de Brasil, Índia e África do Sul. A intensa rivalidade regional entre China e Índia também dificulta consensos. O resultado é que o grupo nunca funcionou como um bloco político ou econômico coerente. Esse problema de identidade se agravou com a expansão, defendida pela China, que levou à adesão de Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Indonésia.

A reunião deste fim de semana, no Rio, é uma demonstração dessa dificuldade. O Brics deveria poder contribuir para a resolução de conflitos globais. No entanto, as três guerras mais importantes em andamento hoje têm a participação direta ou indireta de membros do grupo. Na Ucrânia, a Rússia é o agressor. Em Gaza, o Irã apoia o Hamas, cujo ataque a Israel desencadeou o conflito. E o programa nuclear iraniano, que motivou o ataque de Israel e dos EUA ao país, é um dos mais importantes riscos à segurança global. Sobre essas guerras, o Brics terá pouco a dizer, pois Rússia e Irã vetarão qualquer posição que lhes desagrade.

Não bastasse a falta de protagonismo nesses graves conflitos, o grupo assiste ainda à atuação decisiva dos EUA, que conseguiu forçar um cessar-fogo no Irã após 12 dias de bombardeios. O presidente Donald Trump parece perto também de conseguir mediar uma trégua entre Israel e o Hamas em Gaza. E Washington buscou ativamente um acordo para paralisar os combates na Ucrânia, esbarrando, porém, na falta de interesse de Moscou.

Mesmo temas que vinham ganhando destaque na agenda do Brics nos últimos anos, como o financiamento ao desenvolvimento e a utilização de moedas dos países-membros para o comércio bilateral, o que poderia erodir o papel do dólar americano, ficaram escanteados nesta cúpula. Num momento de atrito com Trump, a China parece pouco disposta a criar mais problemas na sua relação com Washington. O presidente americano já ameaçou retaliar contra qualquer país que busque atuar contra o protagonismo do dólar.

Com a agenda esvaziada, restou à Presidência do Brasil no Brics tentar avançar em temas, sim, importantes, mas menos centrais. Um dos objetivos brasileiros é promover uma parceria em saúde pública, contra doenças da pobreza ou tropicais, como a malária e a dengue, que não são prioridade de pesquisa nos países ricos. Deverá haver ainda menções ao combate à pobreza e às mudanças climáticas, com a esperada cobrança para que os países ricos cumpram com seus compromissos de financiamento.

E não é apenas a agenda que ficou esvaziada. Haverá também um vazio de liderança. O russo Vladimir Putin não participará, possivelmente para não causar constrangimento ao Brasil, devido à ordem de prisão emitida contra ele pelo Tribunal Penal Internacional, que o acusa de crimes de guerra na Ucrânia. Mas a ausência mais sentida será a do presidente chinês, Xi Jinping. A China é de longe o membro mais importante do Brics, e esta será a primeira vez que Xi faltará a uma cúpula. Pequim não ofereceu uma justificativa convincente, o que levantou suspeitas de que o grupo possa estar perdendo espaço entre as prioridades chinesas.

O Brics foi muito importante para o Brasil, pois projetou o país ao associá-lo às potências China, Rússia e Índia. Mas a crescente percepção de um caráter mais antidemocrático e anti-Ocidental no grupo, e uma associação maior aos interesses chineses, ameaça trazer mais problemas do que benefícios ao país. É possível, por exemplo, que a necessidade de manter as boas relações com os parceiros esteja turvando as avaliações e o posicionamento da diplomacia brasileira sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil condenou com veemência o ataque dos EUA que visou exclusivamente a instalações do programa nuclear iraniano, dissociando-se, como observou a revista "The Economist", da maioria das demais democracias, que apoiaram a ação americana ou apenas se disseram preocupadas com a escalada do conflito. O governo Lula, no entanto, nunca condenou com igual veemência os regulares ataques russos contra a população civil na Ucrânia, nem a ambição explícita de Moscou de ocupar uma parte ou talvez todo o território ucraniano.

Essa ambivalência e a falta de clareza não ajudarão a diplomacia brasileira a recuperar a estatura perdida durante o governo de Jair Bolsonaro, e que continua diminuída neste terceiro governo Lula.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho
Valor
É uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html

Editor-executivo de Opinião: José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos: Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br); Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br); Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br); Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br); Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursais: Brasília: Fernanda Zeman (fernanda.zeman@valor.com.br); Rio: Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editores de Núcleo: Empresas: Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br); Finanças: Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editores: Agronegócios: Patrick Cruz (patrick.cruz@valor.com.br); Brasil: Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br); Carreira: Stela Campos (stela.campos@valor.com.br); Cultura: Hiltor Mela (hiltor.mela@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas (roberto.lameirinhas@valor.com.br); Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br); Política: Marcello Corrêa (marcello.correa@valor.com.br); Projetos Especiais: Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br); S.A.: Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br); Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br); Valor Online: Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br); Valor PRO: Roberta Costa (roberta.costa@valor.com.br); Visual Multiplataformas: Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Repórteres Especiais: Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br); Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br); César Felício (cesar.felicio@valor.com.br); Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br); Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br); Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br); João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br); Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br); Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br); Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br); Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional: Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais: Gilvan Boução (Belo Horizonte) (gilvan.boucao@valor.com.br); Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)
Valor Data: Coordenador: William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Valor Investe: Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)
Pipeline: Editora: Maria Luiza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)
Valor International: Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)
Nova Globo Rural: Editor-executivo: Cassiano Ribeiro (cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais: Tarcísio J. Bezerra Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, RJ 0 xx 21 3521 1414, DF 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marquês de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP Interior e litoral - MVardiegas: Marcelo Vardiegas, Cel (19) 99153-7817; Ribeirão Preto - SP - FHCampos: Fernando Campos e Valéria Campos, Cel (16) 99787-8379 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chotto, Cel (71) 99617-6800; ES/MG - Sal Propaganda: Luiz Otávio, Cel (31) 99914-6884
GO - Realize Comunicação, Idalia Lobo e Alessandro Marinho, Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6290; PR - SEC Soluções Estratégicas, Luiz Carvalho e Viana Araújo, Cel (41) 99974-7316 / (41) 99113-5866
SC - Marcazzi & Gontar Associados: Milton Marcazzi, Cel (48) 99982-0100 / (48) 99994-2274 / (48) 99982-2313; RS - HMR Representações: Hermann Thadeu, Cel (51) 99987-3361
Revistas Setoriais Financeiro e Especiais - Atendimento nacional - Transforma Negócios: Marina de Assis Stephano, Cel (11) 99316-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: 0800 7018888, whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporativo@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço da nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 7018888. Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

O sistema político no Brasil hoje opera em permanente tensão institucional. Por **Wallace Corbo**

IOF, erosão executiva e separação de poderes

A sustação dos efeitos do decreto presidencial que aumentava a alíquota do IOF inaugurou mais um capítulo do processo de enfraquecimento do poder Executivo no Brasil. Este é um fenômeno que foi acelerado na última década e colocou para o país um dilema que contrasta com outras democracias das Américas: enquanto países como Estados Unidos, México e Argentina tentam refrear um Executivo hipertrofiado; o Brasil vive um processo de erosão executiva diante de um Congresso Nacional que expandiu seu campo de atuação. Sem uma mudança de cultura política, contudo, esse fortalecimento do Poder Legislativo no país não deve causar inveja aos nossos vizinhos de continente.

Diferentemente do que ocorreu em outros países, a Constituição de 1988 não estabeleceu uma prevalência necessária do poder Executivo sobre o Legislativo. Exceto pelas decisões que dizem respeito exclusivamente à esfera de funcionamento do Executivo, a Constituição submeteu as decisões do presidente da República ao controle ora prévio, ora posterior do Congresso Nacional. Basta ver que a edição de medidas provisórias, o veto a projetos de lei, a decretação de estado de defesa e de estado de sítio, a declaração de guerra, a elaboração do orçamento público — todas estas decisões só podem legitimamente se efetivar ou permanecer vigentes, nos termos da Constituição, com a anuência do Congresso Nacional.

A despeito disso, desde meados da década de 1990 até os anos 2010, o que se viu foi um sistemático protagonismo do poder Executivo no Brasil. Há diversas explicações de cunho político e mesmo sociológico para esta ascendência do presidente da República sobre o Legislativo. O fato é que a consolidação de um modelo de presidencialismo de coalizão no Brasil se beneficiou de um desenho constitucional que atribuía ao Executivo determinadas prerrogativas que lhe asseguravam assento preferencial na mesa de negociações da política. No plano legislativo, normas constitucionais que previam o trancamento de pauta em matéria de medidas provisórias e de apreciação de veto presidencial permitiram ao presidente exercer um relevante controle sobre a agenda do poder Legislativo. Do ponto de vista das verbas públicas, o controle sobre a execução do orçamento forneceu ao presidente elementos de barganha para formar suas coalizões (em especial a partir da composição também de seus Ministérios). Por fim, a própria previsão constitucional de esferas de delegação legislativa — em que a lei operava como quadro geral, dentro do qual o presidente (ou outros órgãos do poder Executivo, como agências reguladoras) contava com discricionariedade para agir — dava ao presidente a capacidade de, apesar do controle sempre possível do Legislativo, governar.

Todos estes aspectos foram incrementalmente modificados nos últimos 20 anos. O trancamento de pauta estabelecido na Constituição se viu restringido ao máximo — por interpretação legislativa, posteriormente sufragada pelo Supremo Tribunal Federal. O controle da execução do orçamento foi substancialmente retirado da esfera Executiva — que não só perdeu a capacidade de gerir recursos na consecução de políticas públicas, como também perdeu a atratividade perante parlamentares, sem incentivos para compor com o governo. Por fim, neste mais recente capítulo, o poder Executivo vê a erosão atingir até os espaços que lhe eram constitucionalmente reservados para agir.



O ensaio desta nova fase se deu ainda na crise instaurada no início do governo, quando o Congresso resistia a aprovar medida provisória que reestruturava os Ministérios. Naquele momento, o então ministro da Justiça Flávio Dino aventou a possibilidade constitucionalmente assegurada de tratar da questão via decreto. A política deu solução à disputa e o tema jurídico restou em suspenso. Ele retorna, agora, na controvérsia sobre a alteração das alíquotas do IOF pelo presidente.

A questão coloca frente a frente duas teses jurídicas — nenhuma insustentável. Para o Congresso, a competência constitucional de sustar decretos que extrapolam o poder regulamentar do Executivo deve ser extensiva. Isso parece significar que, para o poder Legislativo, a sustação poderia abarcar quaisquer atos normativos praticados a partir de um parâmetro legal. Para a Presidência, a competência para alterar alíquotas de impostos, como o IOF, situa-se em uma esfera constitucional de reserva do poder Executivo, que decide discricionariamente dentro dos limites estritamente previstos em lei. A sustação legislativa, portanto, invadiria a competência do poder Executivo, violando a separação dos poderes.

Independentemente do resultado final deste embate, o que se cristaliza é uma profunda alteração na dinâmica das relações entre os poderes. Uma alteração que, contudo, não se refletiu na cultura política brasileira. Em primeiro lugar, o poder Legislativo fortalecido não tem sido marcado por parâmetros republicanos mínimos. Basta ver que o orçamento de que se apropriou é destinado sem transparência, levando ao escândalo do orçamento secreto. Mesmo quando há transparência, as emendas parlamentares, longe de ampliarem a efetividade das políticas públicas, acabam por traduzir antigas lógicas clientelistas que pouco fazem para avançar políticas públicas nacionalmente estruturadas, essenciais em um país marcado pela extrema desigualdade. Além do déficit republicano no Legislativo, se evidencia ainda um déficit democrático: tendo retomado o controle da pauta legislativa, o Congresso ora aprova medidas legislativas a toque de caixa, sem participação social; ora deixa de avançar os projetos que contam com amplo apoio na sociedade — a exemplo das reformas que buscam limitar supersalários. Por fim, os grandes poderes que o Legislativo passou a concentrar e exercer não vieram acompanhados de equivalente responsabilidade — o sucesso do governo ainda é atribuído pela população ao presidente da República, despido dos principais instrumentos de pressão política que a Constituição lhe havia atribuído.

Para conter a erosão executiva, mais uma vez o presidente se volta ao Supremo Tribunal Federal — como tem feito em temas envolvendo o orçamento público e o teto fiscal. Uma vitória do governo, contudo, não alterará a dinâmica de fundo: um Executivo dependente do Judiciário para fazer valer suas prerrogativas constitucionais, um Legislativo que concentra poder sem assumir responsabilidade política e um sistema político que opera em permanente tensão institucional.

Wallace Corbo é Professor de Direito Constitucional da FGV Direito Rio. Doutor e mestre em Direito Público

Por um orçamento compreensível

Maria Clara R. M. do Prado



PPA, LDO, LOA. Quem consegue entender essas siglas? Pouca gente. Por certo, os especialistas em orçamento, os analistas fiscais e, talvez, alguns congressistas. Todas dizem respeito a procedimentos relacionados às contas públicas do governo federal, uma trata do planejamento com metas para quatro anos, outra aponta as orientações para o orçamento e a terceira define receitas e despesas para cada ano. Sem dúvida, são providências importantes nos trâmites do Orçamento Geral da União, mas nada dizem aos contribuintes brasileiros que sustentam as despesas públicas.

Despesas, diga-se, em boa parte arbitradas ao sabor de quem detém poder na cúpula de Brasília. Em nome do povo, tomam-se decisões nem sempre benéficas à uma sociedade seccionada por um fosso profundo, uma realidade conhecida há pelo menos dois séculos e que tende a se agravar com a polarização entre a direita e a esquerda.

Os menos esclarecidos são os mais vulneráveis não apenas do ponto de vista da renda, mas também político. Grande parcela da população brasileira não tem ideia do que seja orçamento público, não tem consciência de que paga imposto e muito menos de que contribui para custear os gastos do governo. Essa ignorância alija o cidadão da possibilidade de influenciar o conteúdo dos orçamentos públicos seja através de mobilizações nas ruas, de pressão sobre os parlamentares ou pela via do voto, principal instrumento de uma democracia.

O fato incontornável é que a situação convém à classe política. Enquanto a maior parcela da sociedade brasileira por espectro de renda, aquela que detém mais poder em número de votos, se mantiver na ignorância política, mais fácil será angariar eleitores com promessas inconsequentes. A questão que se coloca aqui é de como quebrar aquele círculo vicioso.

Via de regra, dizem os estudiosos, quanto maior a consciência política de uma sociedade, maiores as chances de os indivíduos influenciarem a confecção, a aprovação e a implementação dos orçamentos públicos. No entanto, a defasagem das condições necessárias à maturidade política no país — educação, habitação, saúde e saneamento — não nos deixa antever o cenário de uma evolução natural da consciência de cidadania na fatia mais ampla da sociedade. Pergunta-se, então, por que não começar de trás para frente?

Ou seja, ao invés de se esperar anos a fio para que a maturidade política dos brasileiros evolua naturalmente, sob o risco de se perder mais um século, quem sabe o caminho não possa ser encurtado através de um trabalho pedagógico de apresentação do orçamento público com as receitas e despesas das grandes contas, sua evolução temporal, objetivos dos gastos e fontes da arrecadação. Algo de fácil entendimento que cause impacto à primeira vista de modo a introduzir o conceito de contribuinte no cidadão comum.

Por exemplo, as principais contas da seguridade social — aposentadorias e pensões privados (das pessoas que trabalham para o setor privado) e aposentadorias e pensões do setor público — seriam desdobradas com a informação do valor médio gasto por aposentado/pensionista em cada uma e foco nas fontes de receita. Outro item importante, a conta de juros da dívida pública, deve ser apresentado sempre como despesa orçamentária, o que efetivamente é. No detalhe, seriam destacados alguns aspectos como a previsão desse gasto a cada ano, o peso no total do orçamento, a evolução temporal, o significado no aumento do endividamento e ou rolagem da dívida do governo e, ainda, quanto das demais despesas do orçamento se financiam com a emissão de novos títulos no mercado.

Outra conta, a dos gastos correntes, abordaria quanto o orçamento absorve com salário e benesses dos servidores e a distribuição entre os poderes da República, além do gasto médio com pessoal por poder, incluindo deputados e senadores, juízes e ministros dos tribunais superiores.

No campo dos benefícios fiscais, sugere-se listar as despesas pelos setores privilegiados, um a um, sua evolução, objetivos e participação no total do orçamento. A mesma transparência seria usada na apresentação das contas destinadas à saúde e à educação e das emendas parlamentares.

> **Grande parcela da população brasileira não tem ideia do que seja o orçamento público**

Em suma, os grandes números seriam apresentados à opinião pública de forma simples e objetiva um dia antes do projeto orçamentário ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, com a vantagem de as modificações introduzidas pelos parlamentares poderem ser facilmente comparadas com a proposta inicial.

O trabalho de simplificação da apresentação do orçamento à opinião pública caberia, claro, ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Tabelas didáticas e gráficos com comparações entre os gastos, os obrigatórios e os discricionários, facilitariam o entendimento dos números. Pode parecer complicado, mas não é impossível. Com bom senso e capacidade de resumir o todo sem perder de vista o fundamental daria até, talvez, para se criar um método de popularização do orçamento.

A data da divulgação das grandes contas do setor público federal seria marcada como o dia do orçamento, algo relevante, com muita divulgação. Passaria a fazer parte do calendário anual de grandes eventos do governo.

Com essa nova abordagem, espera-se que o cidadão comum comece a perceber que a parafernália de siglas e rubricas do orçamento resume-se, ao fim e ao cabo, a duas grandes informações: de um lado, o dinheiro que entra nos cofres do governo pela via dos impostos e/ou do endividamento tem o contribuinte como contraparte e, de outro, o dinheiro repassado pelo governo aos vários órgãos e entidades para as despesas sob a sua responsabilidade tem como contraparte o cidadão receptor dos serviços prestados pelo setor público.

Se esse aprendizado for capaz de despertar na população o senso de cidadania e um melhor discernimento a respeito do caráter e das intenções dos políticos, possivelmente a distribuição de dentaduras desapareça de vez do cenário eleitoral do país.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, formada pela PUC-Rio, é autora do livro "A Real História do Plano Real", em versão impressa e digital

---

G7 cede à pressão dos EUA de Trump. Por **Joseph E. Stiglitz, José A. Ocampo e Jayati Ghosh**

Vitória tributária das múltis sobre as pessoas

O Tesouro dos EUA acaba de fazer um acordo com os outros países do G7 para que os impostos mínimos globais já acordados não se apliquem às empresas americanas. Os governos do G7 cederam à intensa pressão do Presidente Donald Trump e ao lobby das multinacionais em Washington, Londres, Bruxelas e outros países — assim como a Índia e agora, infelizmente, o Canadá cederam em relação à tributação digital.



Anos atrás, a comunidade internacional reconheceu que as empresas globais não estavam pagando sua parcela justa de impostos, e algumas não estavam pagando impostos ao país onde a atividade econômica ocorre de fato. O complexo acordo que surgiu em 2021 na Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros era composto por dois pilares; só o segundo pilar, um imposto corporativo mínimo global, foi adotado. (O outro pilar alocava direitos de tributação entre os países e estimulava a oposição tanto dos países em desenvolvimento quanto dos EUA).

Apesar do consenso global sobre a necessidade desse mínimo, a versão que os EUA adotaram durante o primeiro mandato presidencial de Trump era diferente e mais fraca do que a do resto do mundo, permitindo que as multinacionais "compensassem" o que não pagaram em paraísos fiscais com o "extra" que pagaram nos EUA ou em outras jurisdições com altos impostos.

Longe de ser perfeito, o Pilar 2 foi uma primeira tentativa de garantir uma alíquota mínima de 15% sobre os lucros das múltis em todos os lugares — para acabar com a concorrência fiscal prejudicial entre os países.

Houve, é claro, algumas exceções e isenções, que reduziram a taxa efetiva um pouco abaixo de 15%. E a alíquota de 15% já era menor do que a alíquota imposta por muitos países em desenvolvimento; deveria ter sido maior, e as exceções, menores. Ainda assim, o acordo do Pilar 2 interrompeu a espiral na qual os países ofereciam alíquotas fiscais mais baixas para atrair empresas para suas jurisdições. Mas isso não gerou muitos investimentos novos nos países; os verdadeiros vencedores foram as empresas, que embolsaram a economia de quase não pagar impostos em alguns países.

Porém, mais uma vez, os governos do G7 decidiram colocar os interesses das multinacionais à frente dos interesses dos países em desenvolvimento, das empresas de pequeno e médio porte (que não podem se valer das artimanhas tão lucrativas das múltis) e de seus próprios cidadãos — que, como consequência, pagarão impostos mais altos. Ao isentar as multinacionais norte-americanas do Pilar 2, esse acordo permitirá que algumas continuem a se beneficiar de impostos zero ou quase zero sobre os lucros que registram em jurisdições de baixa tributação ou paraísos fiscais, como Porto Rico e Ilhas Cayman. Isso as tornará mais competitivas do que as multinacionais não americanas. Como as multinacionais modernas estão dispostas a mudar suas sedes nominais para onde quer que consigam o tratamento fiscal mais favorável (e outras vantagens), sendo que a atividade econômica real ocorre em outro lugar, dar às empresas dos EUA tratamento preferencial incentiva empresas a mudarem suas sedes oficiais para os EUA.

> **Ao isentar as múltis norte-americanas do imposto mínimo global, o acordo do G7 permitirá que algumas continuem a se beneficiar de impostos zero ou quase zero sobre os lucros que registram em jurisdições de baixa tributação ou paraísos fiscais**

Ao atender às exigências dos EUA, o acordo do G7 corre o risco de prejudicar a implementação mundial do imposto mínimo. Ele também ridiculariza a inclusão da chamada Estrutura Inclusiva da OCDE/G20. Havia a pretensão de que a nova estrutura global fosse elaborada por mais de 140 países trabalhando juntos. Muitos países em desenvolvimento reclamaram que esse era um acordo injusto para eles e que os países ricos não ouviam suas preocupações. Agora, essa fachada caiu por terra. Os países que não fazem parte do G7, incluindo dezenas de mercados emergentes e países em desenvolvimento, agora estão sendo solicitados a aprovar uma decisão imposta a eles por apenas um país.

O Pilar 2 deve ser fortalecido, não eliminado. Hoje, ele só se aplica a grandes múltis (com faturamento global igual ou superior a € 750 milhões) e a alíquota mínima global de 15% é muito baixa. A Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional sempre defendeu uma alíquota mínima de pelo menos 25%.

Segundo algumas estimativas, o imposto mínimo do Pilar 2 teria gerado entre US$ 155 e US$ 192 bilhões por ano em receita adicional de imposto de renda corporativo global. Embora esse seja um valor significativo, uma alíquota mínima de 25% poderia gerar mais de US$ 500 bilhões por ano em receita adicional. Num mundo que enfrenta crises convergentes de desigualdade, mudança climática e serviços públicos subfinanciados, deixar recursos tão substanciais sobre a mesa é fiscalmente irresponsável e moralmente indefensável.

O Pilar 2 representava um ponto de partida — um piso global para a tributação corporativa que poderia ter refreado uma guerra fiscal e restaurado algum grau de justiça tributária. A decisão do G7 de deixar as múltis americanas à vontade enfraquece até mesmo esse modesto piso e envia a mensagem errada para o resto do mundo.

Há duas semanas, na ONU, houve um consenso global sobre a necessidade de fortalecer a cooperação tributária internacional e de implementar sistemas tributários progressivos, e a grande maioria dos países votou e apoiou as negociações em curso para uma convenção-quadro sobre cooperação tributária internacional. Mas o governo dos EUA recentemente se afastou das negociações da ONU, declarando que os objetivos da convenção proposta pela ONU "são inconsistentes com a prioridade dos EUA e representam uma agenda indesejável".

Na adoção do "Compromisso de Sevilha", o documento final da Quarta Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), os EUA foram o único país importante que não esteve presente. Permitir que os EUA contornem a já modesta regra do Pilar 2 não só prejudica o multilateralismo, mas também vai contra os compromissos assumidos e aprofunda ainda mais a desigualdade na governança tributária global.

Os membros da Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 devem rejeitar o acordo feito no G7. Não se deve permitir que os EUA ditem a política econômica global. Os países reunidos em Sevilha para a FfD4 podem [illegible] que os EUA [illegible] os esforços para garantir que as multinacionais paguem sua parte justa ou redobrar os esforços para criar um novo sistema tributário internacional na ONU [illegible]. [illegible] (Tradução de Fabrício Calado Moreira)

Joseph E. Stiglitz é professor da Universidade Columbia, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca
José Antonio Ocampo é professor da Universidade Columbia, ex-subsecretário-geral da ONU e ex-ministro da Fazenda da Colômbia, membro do Comitê de Política de Desenvolvimento da ONU e da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional.
Jayati Ghosh é professora de economia da Universidade de Massachusetts Amherst, membro da Comissão de Economia Transformacional do Clube de Roma e copresidente da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional.
Direitos autorais: Project Syndicate, 2025. www.project-syndicate.org

Frase do dia

"O presidente da República tem de governar o país e o decreto é uma coisa do presidente da República".

Do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendendo o decreto de aumento do IOF, que foi derrubado pelo Congresso

Cartas de Leitores

Hackers
Infelizmente, mais um fato de estarrecer de ataque cibernético. Apesar de clientes que transacionam via Pix não terem sido impactados e menos ainda tiveram recursos acessados, se confirmada informações do jornal **Valor**, empresas que prestam serviços ao Banco Central para conectar clientes ao sistema financeiro via Pix, como a Credsystem, sofreram através de hackers desvios de R$ 400 milhões, atingindo as contas reservas destas empresas. Seis destas empresas ficaram sem acesso ao Pix, já que foram desconectadas pelo Bacen (Banco Central). Porém, para clientes que fazem transações via Pix, o serviço continua normal... mais importante é que esses criminosos não passem impunes...
Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

IOF
Em abril desse ano o endividamento das famílias brasileiras chegou a 77,6%, segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Em qualquer tratativa para pagamento dessas dívidas — caso o governo consiga retorno do aumento do IOF a ser julgado pelo ministro Alexandre de Moraes—, o endividado, normalmente de baixa renda sentirá na carne a alta desse imposto. Isso enquanto o presidente Lula da Silva mira seu palanque gritando proteger os "pobres contra os ricos". O que dirão esses endividados caso queiram renegociar suas dívidas e vejam o governo abocanhando com mais esse imposto?
Beatriz Campos
beatriz.campos@uol.com.br

Exemplo da Argentina
O Brasil, desesperado para cobrir o rombo quer, a todo custo, empurrar goela abaixo o aumento no IOF. Foi impedido pelo Congresso, quando a elevada carga tributária brasileira já é de 33% do PIB.

O presidente Lula, em Buenos Aires, na reunião do Mercosul e, ao invés de visitar a prisioneira e ex-presidente, Cristina Kirchner (condenada por roubos), deveria, humildemente, se reunir com Javier Milei para aprender a governar. Talvez, numa aula rápida, consiga assimilar o que Javier Milei fez para recuperar a Argentina em um ano e meio. Aí quem sabe, também em um ano e meio que lhe resta no mandato presidencial, consiga governar, colocar o Brasil nos trilhos. Nunca é tarde para aprender.
Humberto Schwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Cartabras
Se o governo for responder as críticas ao presidente através de carta, como fez o Itamarati com a crítica da revista "The Economist", vai ter que criar uma nova estatal para responder as críticas da imprensa ao governo. Poderia se chamar Cartabras.
Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para Rua Gervatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Demografia Capital da Paraíba cresce mais depressa que a média do Nordeste, tem boom imobiliário e atrai moradores com custo baixo e qualidade de vida

Nova 'queridinha' do Nordeste, João Pessoa puxa onda migratória

Marina Falcão
De Recife

Impulsionada pela recuperação do turismo doméstico após a pandemia, a economia de João Pessoa vive em céu de brigadeiro. O aquecimento dos serviços é acompanhado por um boom no setor imobiliário, que se movimenta para absorver uma onda de migração populacional da última década.

Considerada uma cidade tranquila e com baixo custo de vida no Nordeste, João Pessoa — que já foi pejorativamente conhecida como "quintal do Recife" — foi a capital da região que mais ampliou a sua população entre 2010 e 2024 (*ver quadro*). Na média, o número de habitantes das capitais cresceu 8% no período, enquanto em João Pessoa o avanço foi de 22,8%. Salvador, Fortaleza e Recife, maiores cidades da região, tiveram crescimento abaixo da média nacional. No caso da capital baiana, houve um recuo de 4%, de acordo com as estatísticas do IBGE.

João Pessoa sintetiza o bom momento econômico da Paraíba. Relatório regional do Banco do Brasil estimou que o PIB do Estado avançou de 6,6% em 2024 e projeta aumento de 3,4% este ano. O banco estima que o PIB do Nordeste subiu 3,7% no ano passado e prevê 2,6% para 2025.

O setor de serviços representa mais de 81% do PIB paraibano. Para impulsionar ainda mais o turismo, o governo do Estado destinou uma área de 654 hectares para construção de um complexo turístico planejado na praia de Cabo Branco, em João Pessoa. O local deve abrigar investimentos de mais de R$ 3 bilhões da iniciativa privada em resorts, spas, parques aquáticos e temáticos, dobrando a capacidade de hospedagem da cidade, quando finalizado.

Outros investimentos em andamento na cidade são R$ 250 milhões na expansão do data center da HostDime e mais de R$ 200 milhões no ramo de call center, com geração de mais de 100 mil empregos. Há ainda um investimento da Rio Alto Renováveis, de R$ 1,4 bilhão, em um complexo fotovoltaico.

Natural de Goiânia, a jornalista Flávia Soares, 38 anos, mudou para João Pessoa em fevereiro deste ano, juntamente com o marido, nascido em Santa Catarina. O casal estava morando em São Paulo havia cinco anos, mas buscava melhor qualidade de vida para formar uma família com filhos. "A gente vivia dentro de um apartamento. Terminávamos nosso trabalho, ficávamos em casa assistindo série", conta Flávia. "Em João Pessoa, a gente vive mais a cidade", diz.

Durante a semana, Flávia anda com o marido pela orla. Acorda às 6h para malhar e fazer yoga na praia. A água de coco custa entre R$ 3 e R$ 5 — em São Paulo, conta, chegava a pagar R$ 15 pelo produto.

Histórias como a do casal — que decidiu comprar um apartamento de três quartos a cinco minutos da praia — são comuns em João Pessoa. O mercado imobiliário vive um momento singular. Segundo levantamento da Brain Inteligência Estratégica, no ano passado houve um aumento de 41% no volume de unidades lançadas em relação em 2023 na capital paraibana.

O valor geral de vendas (VGV) lançado no ano passado aumentou 108%, de R$ 2,3 bilhões para R$ 4,9 bilhões. "O que vende mais rápido são os apartamentos de R$ 4 milhões e de R$ 2 milhões a R$ 4 milhões. Isso é algo único no Brasil, os segmentos mais caros da cidade serem os mais procurados", diz o consultor Fábio Tadeu Araújo, CEO da Brain.

Segundo o Araújo, apesar do alto volume de lançamentos "o mercado ainda está saudável", considerando o indicador de estoque sobre a oferta — ou seja, quanto falta vender em relação a tudo que foi lançado. "Qualquer valor abaixo de 25% é bom, acima de 30% é preocupante. Abaixo de 20%, o mercado está implorando por lançamentos. Atualmente é 18,6% em João Pessoa", afirma.

No ramo residencial, o mercado na cidade é ainda dominado por incorporadoras locais, como o grupo Setai, tradicional na construção civil há 60 anos. Cerca de 3% da população da região metropolitana de João Pessoa mora em um imóvel construído pela incorporadora, que fechou o ano passado com um VGV de R$ 2,8 bilhões.

A partir de 2022, as incorporadoras locais passaram a competir também com a Moura Dubeux, do Recife, listada em bolsa e com perfil regional. O primeiro empreendimento da Moura Dubeux em João Pessoa foi um projeto de alto padrão em uma das principais avenidas da cidade.

Este ano, a Moura Dubeux estreou em João Pessoa a marca Mood, seu braço imobiliário com foco no médio padrão. Juntamente à faixa premium, o setor movimenta R$ 900 milhões, com uma cobertura de cerca de 10 meses, de acordo com a Moura Dubeux. Nos últimos três anos, a companhia lançou R$ 330 milhões na cidade. Segundo a empresa, o mercado de João Pessoa é caracterizado pelo arrojo arquitetônico dos projetos, que possuem arquitetura vanguardista, pouco comum nas demais praças no Nordeste.



Flavia Soares: busca por qualidade de vida para criar os futuros filhos

Ranking da violência

Taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes nas capitais

Salvador	66,4	Boa Vista	39,2	Rio de Janeiro	21,3
Macapá	55,8	Natal	36,9	Curitiba	21
Manaus	55,7	Palmas	32	Campo Grande	19,8
Porto Velho	47,6	Porto Alegre	29	Belo Horizonte	17,6
Fortaleza	45,3	Vitória	28,5	Goiânia	16,1
Recife	44,7	São Luís	27,2	São Paulo	15,4
Aracaju	43,8	Belém	26,5	Cuiabá	15,2
Maceió	41,5	Rio Branco	25,8	Brasília	13
Teresina	40,4	**João Pessoa**	**23,5**	Florianópolis	8,9

Fonte: Ipea

Crescimento chinês

Estimativa de PIB dos Estados do Nordeste

	2024	2025
Maranhão	4,1	2,1
Piauí	3,2	3,1
Ceará	4,2	2
Rio Grande do Norte	4,4	1,7
Paraíba	6,8	2,5
Pernambuco	2,8	0,9
Alagoas	1,8	1,8
Sergipe	2,6	1,1
Bahia	2,5	1,4
Nordeste	3,4	1,7
Brasil	3	1,8

Fonte: Cenários Regionais BB

Migração em alta

Evolução populacional nas capitais nordestinas

	2000	2010	2022	2024	2000/2024 (%)	2010/2024 (%)
São Luís (MA)	868.047	1.014.837	1.037.775	1.088.057	25	7
Teresina (PI)	714.583	814.230	866.300	902.644	26	11
Fortaleza (CE)	2.138.234	2.452.185	2.428.678	2.574.412	20	5
Natal (RN)	709.536	803.739	751.300	785.368	11	-2
João Pessoa (PB)	595.429	723.515	833.932	888.679	49	23
Recife (PE)	1.421.993	1.537.704	1.488.920	1.587.707	12	3
Maceió (AL)	796.842	932.748	957.916	994.464	25	7
Aracaju (SE)	461.083	571.149	602.757	628.849	36	10
Salvador (BA)	2.440.882	2.675.656	2.418.005	2.568.928	5	-4
Total Brasil	169.799.170	190.755.798	203.080.756	212.583.750	25	11
Total capitais	40.388.490	45.466.045	46.484.567	49.175.649	22	8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Projeções Populacionais

Atrativos de hoje são preocupações no futuro

O que hoje são os principais atrativos em João Pessoa — baixa violência e menor custo de vida em relação a outras capitais do Nordeste — são também as maiores preocupações em relação ao futuro da capital paraibana. "Em algum momento, o aquecimento da economia e rápido crescimento populacional podem trazer pressão sobre todas essas qualidades", afirma Écio Costa, economista vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para o especialista da UFPE, alguns alertas são evidentes, como no setor imobiliário. O preço médio do metro quadrado para compra já é o segundo mais alto no Nordeste, perdendo apenas para Maceió , apesar do volume grande de lançamentos nos últimos anos.

Além da demanda aquecida, uma lei estadual de 1989 que restringe a construção de edifícios acima de três pavimentos na faixa litorânea — área mais nobre da capital paraibana — pode estar ajudando a pressionar o preço dos imóveis. A regra foi estabelecida na época como a função de preservar a paisagem da praia da cidade.

"A ideia é que não se forme um paredão na orla, como existe no Recife e em Balneário Camboriú [SC], e prejudicar a construção de outros empreendimentos maiores com vista para o mar mais atrás", explica Érico Feitosa, presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado da Paraíba (Secovi-PB).

Para aluguel, os preços ainda são relativamente mais baixos. Após ser aprovada em um concurso para Polícia Civil do Estado da Paraíba, a designer recifense Juliana Feitosa, 38 anos, passa metade da semana no Recife e metade em João Pessoa desde o fim do ano passado. Em João Pessoa, mora no quarteirão da praia e paga R$ 2.800 de aluguel, valor que considera "bastante baixo" em comparação ao que seria o equivalente no Recife — o bairro de Boa Viagem. "A orla tem muita opção gastronômica como restaurantes, bares e foodparks, o que acaba dando muita vida à cidade, coisas que já não vemos na beira-mar do Recife", afirma.

No ranking de violência, João Pessoa destoa das demais capitais nordestinas, figurando entre as dez menos violentas do país (*ver quadro acima*). "Sei que as estatísticas de violência são menores em João Pessoa do que no Recife. No entanto, não há nada que me faça andar despreocupada nas ruas. Estou sempre atenta", afirma Juliana.

Morando na capital paraibana desde o início do ano, a jornalista Flávia Soares diz que a sensação de segurança na cidade é melhor do que em São Paulo, onde viveu com o marido por cinco anos.

No entanto, outros problemas urbanos começam a despontar. "Em alguns horários, o trânsito já está ficando bem caótico, e as vias já não estão suportando a quantidade de veículos", diz Flávia. "Também tem sido comum aparecerem notícias sobre esgoto irregular desaguando nos rios e mar e problemas de saneamento" , afirma.

A Paraíba foi o único Estado do Nordeste com saldo positivo de migração entre 2010 e 2022 , de acordo com o Censo. Tanto o governo da Paraíba quanto a prefeitura de João Pessoa apresentam caixa e contas organizadas, que podem ser bem utilizadas para planejamento, afirma o economista Ecio Costa. "É importante discutir com a sociedade e o meio empresarial as perspectivas futuras do município, região metropolitana e do Estado." *(MF)*

Finanças
Empresas aceleram captação no exterior apesar de volatilidade
C1

Ensino
Filha do fundador da TAM, Maria Claudia Amaro compra rede de colégios em SP B4



Infraestrutura
MP que eleva taxa de debêntures incentivadas traz preocupação ao setor B3

Tecnologia
Em nova rodada de demissões, Microsoft cortará cerca de 9 mil empregos B6

Agronegócios
Cooperativas de crédito preveem ampliar oferta a produtores na safra 2025/26 B8

Valor B
Quinta-feira, 3 de julho de 2025

Empresas

Siderurgia Produtores querem políticas mais restritivas ao material estrangeiro, enquanto consumidores defendem maior concorrência

Importações de aço expõem racha na indústria nacional

Ana Luiza Tieghi, Ma Leri e Robson Rodrigues
De São Paulo

A recente renovação do sistema de cotas de importação de produtos de aço pelo governo federal, prorrogado até maio de 2026, reacendeu o debate sobre os rumos da política comercial brasileira. De um lado, as siderúrgicas avaliam que as cotas são insuficientes para conter o avanço de importações a preços reduzidos, especialmente da China. De outro, consumidores de aço, como os setores de máquinas e equipamentos, construção, automotivo e de eletroeletrônicos, defendem o acesso a insumos mais baratos e são contra medidas que encareçam o material.

Em maio, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex), ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), renovou por 12 meses a vigência da alíquota de 25% sobre o aço importado da China que exceda a cota. Além disso, elevou de 19 para 23 o número de produtos alcançados pela medida.

Apesar de vista como um avanço técnico, a taxa é considerada insuficiente pelas siderúrgicas. No dia após o anúncio, os papéis de Usiminas, CSN e Gerdau tiveram forte queda. Além disso, haveria caminhos de desvio, já que o aço chinês entra pela Zona Franca de Manaus, que tem regime tributário especial, e por Santa Catarina, que o isenta de ICMS. Por isso, a indústria pede um modelo mais forte.

Rodrigo Scolaro, economista da plataforma de inteligência GEP Brasil, avalia que este cenário contraditório deixa o governo em posição delicada, forçado a equilibrar interesses de setores com demandas opostas. Ao mesmo tempo em que o Brasil negocia com os EUA para ser excluído de tarifas de importação, evita adotar medidas mais rígidas contra a China, seu principal parceiro comercial. Scolaro afirma que esse ambiente de tensão exige cautela, para equilibrar as frentes diplomáticas e o estímulo ao consumo interno.

"Temos um mercado nacional que vem apresentando melhora de consumo, mas existe essa rivalidade. As grandes siderúrgicas tiveram melhora nas vendas por conta do consumo interno, puxado principalmente pela construção civil, que tem menos rivalidade estrangeira e menos interesse de empresas chinesas", diz.

Essa falta de interesse chinês, no entanto, pode não durar para sempre, já lembrou Dionysio Klavdianos, presidente da Comissão de Materiais da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Há uma barreira de especificação técnica que pode ser vencida. Por ora, o aço importado pelo setor vem da Turquia e do Egito, e em pouca quantidade: as importações da Turquia representaram apenas 1% do material que chegou ao país nos cinco primeiros meses do ano, mostra relatório do Instituto Aço Brasil.

"Desde a pandemia, a construção descobriu que pode comprar aço de fora", afirma Klavdianos. Isso tem ajudado a segurar o preço do material, na sua avaliação. "O custo do aço nacional tem caído, eles [siderúrgicas] não têm conseguido emplacar aumentos."

A construção consome mais aços longos (vergalhão) e fio máquina, utilizado na malha que vai nas paredes de concreto usadas na habitação popular. É esse segmento que tem puxado os novos lançamentos de imóveis no país, que cresceram 22,5% nos últimos 12 meses até março, segundo a Cbic. É uma demanda já assegurada de aço para o futuro.

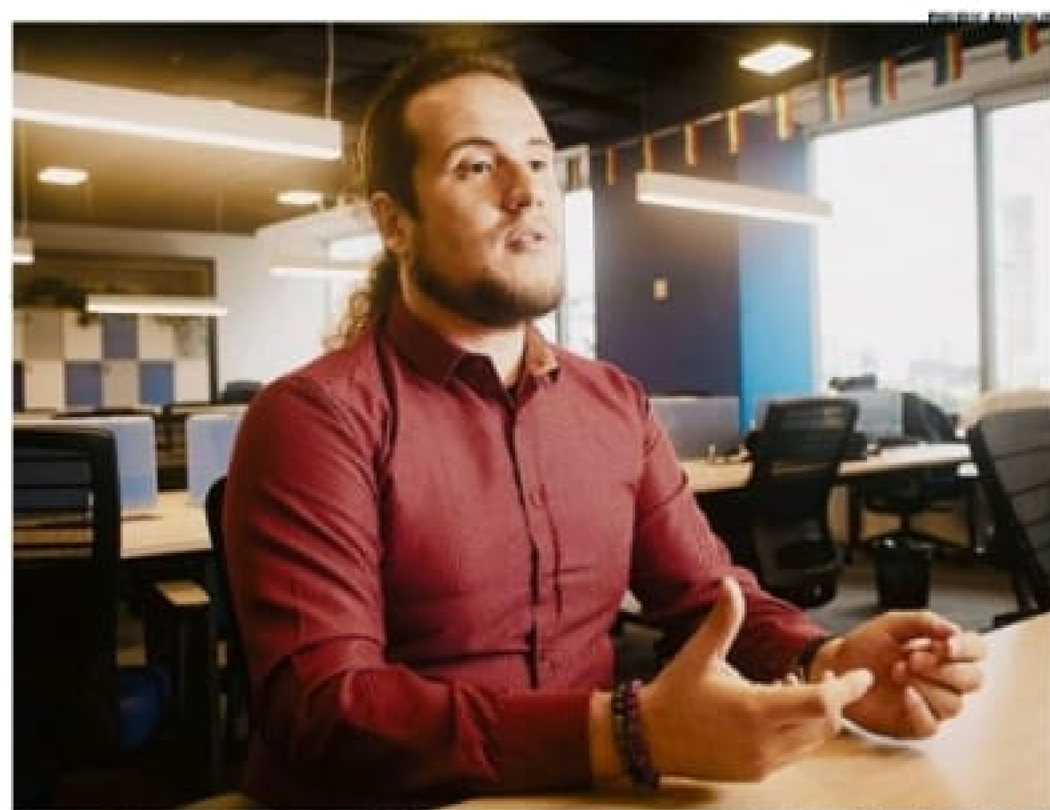
> "De um lado está o produtor, que precisa de retorno; de outro, a indústria, que depende de insumos acessíveis"
> *Diego Giangreco*

O ponto de atenção para a construção, lembra Klavdianos, é um pleito das siderúrgicas na Camex para elevar a taxa de importação do fio máquina, cuja entrada no país cresceu 47% até maio. O pedido ainda não foi julgado.

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) tem se manifestado contra o aumento das tarifas de importação, sob pena de prejudicar a competitividade dos produtos finais. A entidade afirma que boa parte das empresas não tem porte para comprar diretamente das usinas e se abastece nos distribuidores, onde os preços são mais elevados. "Os insumos, o aço, a borracha e os chips têm que chegar ao Brasil com o mesmo preço da China, que é competitiva, tem preços muito baixos", afirma Marcos Perez, superintendente de mercado interno da Abimaq. "Se não protegermos a indústria [nacional] de máquinas, vai entrar a máquina importada completa."

Ele destaca que o setor de bens de capital é altamente competitivo e estratégico para a economia nacional, especialmente por sua capacidade de exportar produtos de alto valor agregado. Equipamentos como implementos agrícolas e máquinas rodoviárias têm tecnologia embarcada e são destinados a mercados exigentes, como os Estados Unidos.

Já as siderúrgicas argumentam que a entrada maciça de produtos chineses com subsídios representa uma prática predatória e anticoncorrencial, que enfraquece a indústria nacional ao comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva, o que, na prática, afeta a geração de empregos, desestimula investimentos e ameaça a sobrevivência de setores industriais estratégicos.

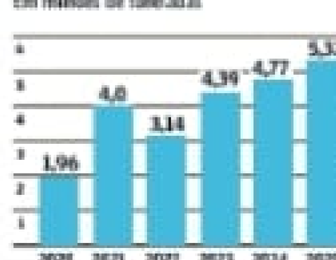


Governo precisa equilibrar setores que têm demandas opostas, afirma o economista Rodrigo Scolaro, da GEP Brasil

Volume aumenta

Entrada de aço no país cresce acima do previsto para o ano

Importação de aços laminados e projeção para 2025
Em milhões de toneladas



Preço de exportação de aço chinês
Em US$/tonelada



2,6 milhões de toneladas de aço laminado foram importadas de janeiro a maio deste ano

6,2 milhões de toneladas é o valor anualizado das importações de aço laminado, 16,6% maior do que o projetado para o ano

65,4% do aço importado do Brasil, de janeiro a maio, veio da China, ante 54,6% no mesmo período de 2024

61,7% do aço exportado pelo Brasil, de janeiro a maio, foi para os EUA, ante 52,7% no mesmo período de 2024

Fonte: Instituto Aço Brasil, Mdic e Platts. *Projeção

O presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, alertou para o forte aumento das importações de aço, especialmente da China. "Nós estamos sendo inundados pelas importações chinesas", disse.

Segundo o Aço Brasil, a previsão inicial era que 5,3 milhões de toneladas de aço laminado fossem importadas em 2025 — alta de 11,5% sobre 2024. No entanto, só nos cinco primeiros meses deste ano as importações já subiram 33,7%. Se o ritmo for mantido até dezembro, a estimativa é de 6,2 milhões de toneladas de aço entrando no país, o equivalente a 18% da produção nacional de aço bruto e 30% das vendas internas de laminados.

O executivo também rebateu a ideia de que o aço brasileiro é mais caro do que o praticado no mercado internacional.

O movimento de entrada de produtos chineses já se espraia para outros segmentos, como o automobilístico — um dos maiores consumidores de aço no país —, que agora também vê seu mercado ser atingido pela ascensão das montadoras asiáticas. Também preocupa a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) a imposição pelos Estados Unidos de tarifas de importação de aço e alumínio, que poderiam causar uma reconfiguração da produção das montadoras. Procurada, a entidade não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Artur Bontempo, analista de minério de ferro e aço da consultoria WoodMackenzie, diz que o setor siderúrgico é intensivo em capital, com investimentos de longo prazo. Nesse contexto, as medidas americanas de controle das importações podem gerar impacto imediato sobre o fluxo de mercadorias e os preços do aço. "Com base nos nossos dados, a exportação de placas representou 21,5% do total produzido em 2024. Por isso, é importante manter os laços comerciais com esse valioso parceiro que são os Estados Unidos", afirma.

Daí a importância do Brasil tentar reverter o tarifaço do presidente Donald Trump. Ao mesmo tempo, Scolaro lembra que endurecer demais a postura contra a China pode abrir precedentes para retaliações ou medidas de reciprocidade. "Com toda a discussão com os Estados Unidos, a China já demonstrou disposição para a reciprocidade, se necessário", diz o economista.

Segundo Diego Giangreco, analista sênior da empresa de inteligência de mercado da CRU, o aço segue uma dinâmica de preços regionais, e a América Latina mantém tarifas relativamente baixas — antes da adoção do sistema de cotas, o imposto médio de importação era de 10,8%. "As cotas oferecem alguma proteção ao mercado doméstico, mas de forma parcial", afirma.

Ele destaca que a China tem praticado preços altamente competitivos, com a bobina a quente sendo exportada a cerca de US$ 445 por tonelada, o que pressiona os mercados locais. "De um lado, está o produtor, que precisa de retorno sobre o capital investido; do outro, a indústria, que depende de insumos a preços acessíveis."

Nova controladora da Casas Bahia deve manter ações

Varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

No atual processo de reestruturação da Casas Bahia, a Mapa Capital, nova controladora da varejista, tem interesse em manter as ações da companhia no longo prazo, até a completa recuperação da empresa, apurou o **Valor** com fontes a par do assunto.

A expectativa é que uma retomada da empresa leve à valorização dos papéis, por isso a manutenção da posição na rede. A Mapa não se manifesta sobre o assunto.

Na segunda-feira (30), credores debenturistas da empresa, de um saldo de R$ 1,56 bilhão, aprovaram as tratativas do plano de reestruturação que passam pela conversão dos papéis e prazos de "lock-up" (restrição temporária para venda das ações de uma empresa).

Se esse movimento da gestora se confirmar, reduz a possibilidade de circulação de novas ações da varejista no mercado, e eventual movimentação de aumento da participação do empresário Michael Klein na companhia. Klein deve ser diluído de 11% para 2% da varejista após o processo de conversão de debêntures em ações que tornou a Mapa a maior acionista da Casas Bahia. O mesmo deve ocorrer com os demais integrantes da família Klein, com outros 11%.

Cerca de 78% das ONs da rede estão no mercado, que também terá diluição significativa. Há 281 mil acionistas na rede, sendo 1,1 mil pessoas jurídicas e 245 investidores institucionais. A ação acumula queda de 40% em 12 meses, e no ano sobe 6,5%.

Na segunda-feira, ocorreu a assembleia geral de debenturistas (AGD) que aprovou as medidas do plano de transformação da companhia, incluindo a conversão da dívida de R$ 1,56 bilhão a partir de junho — o prazo anterior era outubro, mas um acordo já anunciado levou à antecipação desse prazo.

Com isso aprovado, a AGD libera a possibilidade de antecipar a conversão de 100% das debêntures emitidas em novas ações por um cálculo de preço determinado no acordo com os debenturistas.

Passada essa fase nesta semana, é que vem o processo de conversão dos títulos em si, com a diluição dos acionistas. O capital da Casas Bahia é formado por 95 milhões de ações ordinárias.

Cálculos de investidores projetam diluição na faixa de 80%. Se isso ocorrer nesse patamar, os 78% de "free-float" cairão para 14%.

A partir daí, uma vez com os papéis em carteira, a Mapa decide se vende ou não apenas 10% no trimestre posterior à primeira conversão — e é aí que a tendência é que ela mantenha em carteira.

Pelo acordo, a acionista se comprometeu com "lock-ups" gradativos já pré-definidos e anunciados ao mercado, quando pode ou não se desfazer das ONs no mercado secundário, trimestre a trimestre, (em percentuais que variam de 10% a 30% das novas ONs) e isso se encerra em 16 meses.

A Mapa não era a detentora inicial da dívida, mas um acordo entre os bancos credores Bradesco e Banco do Brasil repassou a dívida à gestora.

Outro movimento imediato após a conversão é redução na alavancagem financeira da Casas Bahia. O atual plano, que envolve essa conversão em ações da 10ª emissão de debêntures da segunda série, deve cortar as despesas financeiras em R$ 230 milhões ao ano, segundo comunicado do grupo de junho.

Outra medida paralela, de melhora no cronograma de amortização e do período de carência de juros da primeira série da mesma emissão, deve levar a um fluxo de caixa adicional de R$ 400 milhões em dois anos.

Nesse processo, a empresa tende a ampliar linhas de crédito de bancos e de seguradoras, fundamental para buscar ser mais competitiva — a Casas Bahia pediu recuperação extrajudicial na metade de 2024 para renegociar dívidas de R$ 4,1 bilhões, inclusive esse lote com credores que foi alvo da AGD nesta semana.

Eufrázio

Mercado Razões passam por qualidade de vida, busca de propósito e experiência em novos setores

O que leva um executivo a aceitar cargo 'menor'

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Historicamente, em uma transição profissional, aceitar um cargo mais baixo na hierarquia corporativa ou com menos responsabilidades costuma ser associado a uma fase de menor tração na carreira. No entanto, especialistas em recursos humanos ouvidos pelo **Valor** garantem que esse tipo de movimentação está mais comum e não se restringe à falta de oportunidades ou perda de potencial no mercado de trabalho — muito pelo contrário.

"É uma opção viável e, em muitos casos, desejada pelas lideranças", analisa Alexandre Benedetti, diretor-geral da Talenses, de recrutamento de executivos. "Essa mudança de percepção reflete uma valorização crescente de fatores como propósito e qualidade de vida [por conta de uma rotina menos estressante], em detrimento de uma ascensão hierárquica a qualquer custo."

Benedetti diz que, do total de posições preenchidas pela consultoria em 2024, 16% envolveram o trânsito de gestores que estavam em postos hierarquicamente superiores para funções de nível mais baixo, levando em conta o título da posição, ante 11% em 2023. A tendência é que esse ritmo permaneça em 2025, estima. "A dinâmica deve se manter ou ganhar leve crescimento este ano, ante 2024, sublinhando uma mudança cultural e estratégica no planejamento de carreira dos executivos e nas expectativas das empresas."

Artur de Castro Frischenbruder, sócio e headhunter na Evermonte Executive Search, de recrutamento de profissionais, que conduz um estudo sobre o tema, conta que em uma avaliação preliminar com 120 lideranças no Brasil, quase metade (49,2%) realizou ao menos um "downgrade" (transição para um posto menor). O índice pode estar ligado também à grande quantidade de alterações nas funções, sugere. "Em média, os diretores analisados têm nove mudanças de cargo ao longo da carreira", compara.

Alguns executivos percebem que, nas posições do topo, a gestão se torna mais burocrática e menos "mão na massa", avalia Benedetti, da Talenses. "Aceitar um cargo de menor porte pode significar a oportunidade de trabalhar em um projeto inovador, desenvolver habilidades, liderar equipes enxutas com maior proximidade ou migrar para uma área 'de paixão'."

Foi isso que moveu Jaime Almeida, hoje vice-presidente de diversidade e inclusão da Fesa Group, quando disse sim a um posto de direção na consultoria de recrutamento executivo, em 2022. Antes, era diretor comercial para a América Latina, durante quase dez anos, em uma multinacional americana do ramo farmacêutico, onde ocupou cargos de liderança por duas décadas. "O que me motivou foi o propósito de trabalhar em benefício da carreira de grupos minorizados", explica. "Também passei a me dedicar a atividades que me traziam maior prazer pessoal."

Almeida garante que agora consegue conciliar a agenda profissional em três frentes: na Fesa Group, na vida acadêmica — é professor há 24 anos e leciona em MBAs de formação de lideranças — e como conselheiro de administração, atividade que iniciou há quatro anos.

> "Quando você entende o porquê de estar [na nova posição] e enxerga o potencial de transformação no longo prazo, o título [do cargo] deixa de ser o centro"
> *Nicholas Finck*

Antes de realizar o "downgrade" (passagem para um cargo menor), o executivo relata que pesou o que poderia gerar mais satisfação, depois de construir uma estabilidade financeira em 26 anos de trabalho executivo. "Para uma tomada de decisão assim, é importante analisar aspectos financeiros, com base no que fica para trás, como salário, bônus, ações e até benefícios como carro [da empresa]", ensina o gestor de 58 anos que, na época da transição, chegou a receber três convites, em um ano, para posições superiores em multinacionais. "É necessário se preparar 'material e psicologicamente' para que tudo fique no passado."

Na função "menor", o executivo conta que um dos primeiros desafios foi aprender a redimensionar métodos de produção. "Foi desafiador começar uma carreira nova [consultoria] em uma área [da empresa] em que eu era o único profissional, depois de anos liderando equipes com centenas de colegas", revela ele, que chefiou equipes de até 200 pessoas e hoje conta com o apoio de dois profissionais. "Depois de fazer gestão matricial de diretores em diferentes países e de times de gerentes seniores, agora eu que 'me orientava' e 'executava'", conta. "Mas tudo fica bem se você se planejou para estar nesse novo lugar."

Para driblar as dificuldades, Almeida diz que o primeiro passo foi estabelecer conexão com todos os funcionários da empresa, conhecer suas atribuições e zonas de convergência. Em paralelo, ao entender as demandas da organização, foi estratégico desenvolver parcerias com outras companhias para o fornecimento de serviços relacionados à agenda de trabalho, diz. "Hoje, o time foi ampliado para dar conta do crescimento dos negócios e da gestão dos projetos."

Sobre a experiência, ele diz que a melhor receita para aceitar e "se dar bem" em um cargo de menor alcance é confiar no autoconhecimento. "Não pode haver fragilidade diante das avaliações de outros profissionais e empresas em relação ao movimento que você está realizando", ensina. Isso foi a base para que a mudança funcionasse, argumenta. "A segurança de querer construir uma nova fase me manteve nos trilhos da decisão e hoje me sinto fortalecido, sem ceder ao ego."



> "O que me motivou foi o propósito de trabalhar em benefício da carreira de grupos minorizados"
> *Jaime Almeida*

A mesma análise é compartilhada por Nicholas Finck que, no início do ano, tornou-se head de negócios e tecnologia na Celeste AI, startup brasileira de inteligência artificial (IA) e análise de voz criada em 2023, onde conduz um time de dez especialistas. Antes, liderava mais de 50 profissionais como head de tecnologia na PicPay, fintech com mais 12 anos de mercado que atingiu um lucro líquido de R$ 252 milhões em 2024.

O segredo para partir para um cadeira que parece "menor" é trocar o ego pelo propósito, argumenta. "Quando você entende o porquê de estar [na nova posição] e enxerga o potencial de transformação no longo prazo, o título [do cargo] deixa de ser o centro", defende o executivo, que se dedica na empresa à estruturação de uma consultoria especializada em auxiliar organizações na adoção da IA. "Trago para a companhia a experiência de escalar times e transformar dados em produtos digitais."

Finck diz que topou a empreitada depois de analisar a maturidade da startup, a autonomia no posto e o espaço para inovação. "Também foi importante o desejo pessoal de expandir a atuação para além da área de TI, contribuindo em frentes como estratégia de produto e posicionamento de mercado", acrescenta.

Para quem vê de perto a possibilidade de acolher convites para cargos mais compactos, a dica do executivo, com mais de 20 anos de experiência em transformação digital, é não encarar a oportunidade como um retrocesso, mas como uma reinvenção estratégica. "Estou aprendendo como nunca", completa.

Adaptação a novas dinâmicas de trabalho é fundamental

De São Paulo

A presença de talentos seniores em cargos considerados "menores" pode influenciar positivamente o ambiente de trabalho e o desempenho das equipes nas empresas, segundo especialistas em seleção de lideranças ouvidos pelo **Valor**. Mas a situação também exige dos gestores em transição um "retrofit cultural" — eles terão de se adaptar a novas dinâmicas de produção e a um alcance reduzido sobre decisões estratégicas, mais presentes no emprego anterior.

"Executivos que ingressam em projetos menores, após experiências em posições mais amplas, tendem a agregar valor às operações desde o início da contratação", afirma Artur de Castro Frischenbruder, sócio e headhunter na Evermonte Executive Search, de recrutamento de profissionais. "Isso acontece porque eles já conhecem os caminhos para acelerar e entregar resultados", aponta.

Frischenbruder lembra que é comum um gestor, ao sair de uma empresa com alta maturidade organizacional, se deparar, em um cargo mais limitado, com times menos estruturados. "Tentar aplicar o ritmo de entrega e os modelos de gestão 'antigos' sem considerar as diferenças [entre as empresas e funções] pode gerar desalinhamentos e afetar a motivação do time", alerta.

Mas, continua o consultor, a oportunidade de "descer" no organograma pode oferecer maior motivação e até perspectivas de evolução. "Se antes, um diretor se reportava a um vice-presidente e tinha pouca previsão de crescimento profissional, a mudança para uma gerência em um ambiente mais promissor é capaz de acelerar a trajetória dele", explica. "Em um contexto com espaço para gerar visibilidade e resultados, o gestor poderá alcançar uma posição na vice-presidência, por exemplo, mais rápido do que se permanecesse no trabalho anterior."

> "Muitas vezes, o executivo vai ter de lidar com desafios mais operacionais e menos estratégicos"
> *André Freire*

André Freire, sócio-diretor da consultoria de seleção e desenvolvimento de executivos Exec, que registra até 15% do total de contratações anuais para cargos "menores", lembra que, apesar de ter um pacote de responsabilidades mais leve, a vida do gestor que passa a usar um crachá menos credenciado não será fácil.

"Muitas vezes, o executivo vai ter de lidar com desafios mais operacionais e menos estratégicos", diz. A experiência vale se o desafio for interessante para a carreira e o candidato tiver um colchão financeiro, pois os ganhos serão reduzidos, lembra. "Do lado do empregador, a presença de gente experiente em postos de poder limitado pode influenciar positivamente o ambiente de trabalho. O talento sênior consegue lidar melhor com temas de gestão mais complexos."

Alexandre Benedetti, diretor-geral da Talenses, de recrutamento de executivos, destaca que a mudança de patamar exige uma adaptação cultural. "O líder precisa se adequar a uma nova dinâmica de poder, em que as decisões são tomadas por outros colegas, além de atuar com uma influência reduzida", explica. "Isso exige humildade e capacidade de operar sem a estrutura que ele conhecia antes."

Para as empresas, contar com currículos potentes em situações de menor hierarquia pode ser um ativo estratégico, acrescenta. "Os profissionais podem atuar como mentores, compartilhando conhecimento, insights de mercado e experiências de gestão com as equipes." *(JS)*

Entre o hype e o colapso: o perigo da 'neomania'

Rumo certo



Rafael Souto

Vivemos tempos em que o novo parece ter valor por si só. Seja em decisões de carreira, escolhas organizacionais ou movimentos de liderança, há uma sedução generalizada pela novidade. Trocar de emprego rapidamente é sinal de dinamismo. Abandonar um modelo de gestão testado para adotar o modismo da vez é visto como ousadia. Implementar uma prática inovadora sem lastro vira prova de coragem.

O escritor Nassim Taleb chama essa obsessão pelo novo de 'neomania'. No livro "Antifrágil", Taleb define a neomania como o vício da modernidade em adotar ideias novas apenas por serem novas. Isso se aplica a teorias, métodos, carreiras e até pessoas.

Só que o culto à inovação pela inovação esvazia o discernimento. Ignora a complexidade. Despreza a sabedoria construída com o tempo.

Nas decisões de carreira, a neomania se expressa em mudanças impensadas. Movimentos feitos por impulso, embalados por narrativas sedutoras, mas sem análise profunda de contexto, coerência ou sentido. Trocas frequentes podem gerar ilusão de velocidade, mas também resultar em rotas frágeis, sem consistência nem raiz. Há uma diferença brutal entre ser dinâmico e ser errático. Carreiras consistentes se constroem através de ciclos sólidos e não de movimentos frenéticos.

Entre líderes, o efeito é ainda mais sensível. A ideia de que se deve sempre "reinventar a liderança" leva à adoção acrítica de modismos gerenciais. Ignora-se que muitas das práticas mais sólidas de gestão como conversas frequentes com o time, clareza de propósito e atenção genuína às pessoas são robustas justamente por resistirem ao tempo.

O "Efeito Lindy", também apresentado por Taleb, nos lembra que o tempo é um filtro natural: o que sobrevive, tende a continuar sobrevivendo. O que é efêmero, desaparece na próxima onda de tendência.

Outro desdobramento perigoso da neomania é o etarismo. A falsa associação entre juventude e inovação é uma consequência direta dessa mentalidade. Profissionais mais experientes, com décadas de entregas consistentes, passam a ser vistos como ultrapassados. Perdem espaço não por falta de capacidade, mas por uma ideia equivocada de que "velho não se atualiza". Ignora-se o valor da experiência, da memória organizacional e da capacidade de julgar com base em erros já vividos.

A velocidade das mudanças no mercado aceleradas pela transformação digital das ultimas décadas determinou a ditadura da inovação. Inovar passa a ser sinônimo de sobrevivência. E o risco está justamente na pressão avassaladora por mudanças que leva a simpatia exagerada a novidades com baixa profundidade de discussão. E àqueles que se colocam na posição crítica rapidamente são taxados de resistentes.

Essa visão distorcida prejudica a construção de times diversos e enfraquece a aprendizagem organizacional. O novo tem seu papel. A inovação é necessária. Mas ela precisa estar a serviço da consistência, não do modismo. Inovar com sabedoria significa fazer o novo dialogar com o que a história já validou. Descartar o antigo sem reflexão é desperdiçar o que já foi aprendido a duras penas. Para inovar é necessário realizar conflitos construtivos e evitar a harmonia artificial ao redor da nova ideia.

O ponto central está em buscar inovação com consistência. Aquilo que está no "hype" não é bom simplesmente por ser novo. A análise crítica e a discussão aprofundada precisam acompanhar a sede pela novidade.

Por isso, em vez de seguir o novo pelo novo, líderes e profissionais deveriam adotar uma postura mais antifrágil: aquela que se fortalece com a convivência entre o clássico e o emergente. Entre a tradição testada e a experimentação criteriosa. O que resiste ao tempo não é velho, mas valioso.

Rafael Souto é sócio-fundador e CEO da Produtive Carreira e Conexões com o Mercado

Vaivém

Stela Campos

Roche Farma Brasil

Paula Greter é a nova diretora de estratégia comercial da Roche Farma Brasil. Antes, ela foi chief of staff da Pharma International e consultora de gestão na Deloitte.

Neon

Ben Serridge assumiu o cargo de diretor executivo de produto — IA na fintech Neon. Ele tem passagens pelo Google, SupportComm e SpeechWorks, e formação pelo MIT.

Edenred Brasil

Juliana Malinowski foi anunciada como diretora de compliance e riscos da Edenred Brasil. Ela passou pelo HSBC, Bradesco, Getnet, Blue e Dock.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Eufrázio

Concessão MP que eleva tributação de títulos incentivados deve afetar mais contratos recentes; setor de rodovia prevê alta de 2 p.p. nas alíquotas

Taxação de debêntures alerta infraestrutura

Taís Hirata
De São Paulo

A Medida Provisória (MP) que elevou a tributação das debêntures incentivadas tem gerado forte preocupação no setor de infraestrutura, principalmente nas empresas que conquistaram concessões recentemente. A mudança deverá impactar novos leilões, mas a situação é pior para grupos que venceram licitações com uma expectativa de custo de capital e, agora, terão que enfrentar taxas mais altas, segundo fontes.

É o caso de diversos operadores de transportes, energia e saneamento, como o consórcio 4UM-Opportunity, que neste ano arrematou a concessão da Rota Agro Norte em Rondônia; a EPR, que desde 2022 conquistou seis operações de rodovias; a Aegea, que só no último ano conquistou três grandes contratos no Pará e um no Piauí; entre outros. Em ferrovias, a Rumo também é apontada como uma afetada, por sua obra de expansão no Mato Grosso.

A Motiva (ex-CCR) também é uma das potenciais grandes prejudicadas, segundo fontes. Além de ter conquistado projetos recentemente, o grupo fechou em 2024 um financiamento volumoso, de mais de R$ 9 bilhões em debêntures incentivadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas com liberação de recursos em fases, à medida que as obras avançam — a interpretação é que, pela redação atual da MP, as próximas tranches seriam tributadas com as novas regras.

No geral, a mudança frustra tanto grupos que precisam financiar a outorga dos leilões e os primeiros investimentos, quanto aqueles que já têm um empréstimo-ponte de curto prazo e estão negociando o contrato de longo prazo, dizem fontes do mercado, que pediram anonimato. Para estes últimos, a situação é ainda pior porque há também o efeito de alta dos juros, observa uma delas. Alguns grupos têm buscado antecipar as emissões para este ano, antes que a alteração entre em vigor, mas isso não é possível para todos, afirmam.

A MP, publicada em junho, alterou a tributação de debêntures incentivadas, além de outros títulos. Para pessoas físicas, que eram isentas, os ganhos ficarão sujeitos a de 5% de Imposto de Renda (IR) a partir de 2026.

Para pessoas jurídicas, o texto abriu diferentes interpretações, mas já há quase um consenso de que a alíquota passará de 15% para 25%. "Alguns entenderam que a tributação ficaria em 17,5%, mas não acho que seja uma leitura adequada", avalia Luiz Rosa, sócio tributarista do Machado Meyer.

> "A MP vai proteger todos os projetos já contratados, não existe risco de rediscutir termos já contratados"
> *Luciana Costa*

O setor de rodovias calcula que a taxa média das emissões subirá 2 pontos percentuais com a MP, segundo Marco Aurélio de Barcelos, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). A conta considera que o atual spread médio de 7,3% saltaria à faixa de 9,3%.

O texto da MP, porém, ainda passa por debate no Congresso Nacional e poderá mudar, destaca Luciana Costa, diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do BNDES. Ela avalia ser cedo para dimensionar o impacto sobre o spread.

Costa afirma que a lei deverá manter as condições dos contratos vigentes. "A MP vai proteger todos os projetos já contratados, não existe risco de rediscutir termos e condições já contratados", diz.

No setor de rodovias, já começa a se cogitar uma onda de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro caso concessionárias tenham suas projeções de custo financeiro frustradas, embora não se trate de uma discussão regulatória fácil. "Havia uma lei que previa o regime tributário, os grupos se prepararam para leilões pressupondo um arcabouço legal", diz Barcelos. "A MP deveria preservar operações e leilões anteriores à mudança."


Luciana Costa, diretora de infraestrutura do BNDES, diz que MP deve mudar e que não haverá insegurança jurídica

Já em relação a leilões futuros, Costa, do BNDES, afirma que as alterações não deverão inviabilizar o custo das debêntures. A diretora diz que, mesmo com a alta dos juros, os investimentos de infraestrutura seguem em alta. "Os investidores miram o longo prazo, e dados apontam a queda dos juros."

Fontes de bancos, que falaram sob condição de anonimato, avaliam que de fato projetos futuros têm vantagem, por já preverem o novo cenário. "Você coloca na conta e segue em frente", diz uma delas. Já outros avaliam que o cálculo tende a ficar mais apertado.

Para as fontes, o maior impacto virá do aumento da tributação para pessoa jurídica, dado que, na maior parte das emissões, os bancos não distribuem os papéis de uma vez e "carregam" parte dos títulos até que sejam alocados. O texto traz um desincentivo para isso, porque além da alta na alíquota, a MP também acaba com outro benefício que era dado às pessoas jurídicas: antes, o rendimento das debêntures não entrava na apuração de lucro sujeita a tributação de IR, mas agora passará a compor esse cálculo. Portanto, "carregar" os títulos ficará mais caro aos bancos.

Apesar das preocupações, Costa rechaça o temor de parte do setor de que a MP crie um desincentivo ao mercado de capitais e o financiamento da infraestrutura volte a se concentrar no BNDES. "Não queremos voltar ao passado. O banco prefere coexistir com o mercado porque não quer correr sozinho o risco de projetos grandes."

Em meio à discussão da MP no Congresso, há de fato expectativa de ajustes. "A MP recebeu mais de 600 emendas, há muitas sugestões. E há tempo para discussão", afirma Rosa, do Machado Meyer.

Procurada, a Motiva diz que "caso o texto atual da MP seja mantido, representará um desincentivo para a captação de recursos a custos competitivos, afetando a financiabilidade dos projetos". Procurados, a Rumo, o consórcio da 4UM, a Aegea e a EPR não comentam.

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo

ASSINAR O VALOR VALE CADA CENTAVO.
NÃO ASSINAR PODE CUSTAR CARO.

Com a assinatura corporativa do Valor Econômico, os colaboradores têm acesso à informação de qualidade do principal jornal de economia e negócios da América Latina, **ajudando a sua empresa a tomar as melhores decisões.**

Conteúdo multiplataforma que abastece times de alta performance:

- Cobertura especializada em cerca de 30 setores da economia, auxiliando na identificação de oportunidades de negócios e tendências do mercado;
- Notícias e análises aprofundadas, do Brasil e do mundo, permitindo que os leitores compreendam melhor o mercado e suas nuances;
- Leitura obrigatória de todos os CEOs, CFOs e executivos do país;
- Essencial para entender os movimentos de seus clientes e concorrentes;
- Fundamental para entender as novas tecnologias e startups que podem alavancar o seu negócio.

Consulte nossas condições especiais e adquira assinaturas do Valor Econômico como um benefício corporativo.

Saia na frente com um time mais bem preparado!


Acesse o QR code

Fale agora com nossa equipe comercial.
parcerias@edglobo.com.br
(11) 96655-7387
(11) 3767-7059



Ensino Maria Claudia Amaro decidiu investir no setor após insatisfação com colégio de elite da filha

Herdeira do fundador da TAM compra Escola Mais

Beth Koike
De São Paulo

Há dez anos longe do dia a dia da aviação, Maria Claudia Amaro, filha do comandante Rolim, fundador da companhia aérea TAM, fechou a aquisição da Escola Mais, que pertencia à Bioma (ex-Bahema). Trata-se de uma rede de colégios em São Paulo, voltada à classe C, com atributos normalmente encontrados em estabelecimentos premium como período integral, aprendizado de inglês e novas metodologias pedagógicas.

A compra da Escola Mais era um projeto antigo de Maria Claudia, que entrou no mercado de educação devido a uma insatisfação pessoal com o colégio de sua filha mais velha. "Ela estudava numa escola mais voltada à matemática, conteudista. Minha filha sempre foi das artes, do cinema, teatro. Ela começou a ter dificuldades, não era da turma das meninas populares, mas também nunca criei minhas filhas para isso. Mas não havia o acolhimento para [combater] o 'bullying', que naquela época [há cerca de dez anos] já estava presente, mas as escolas não estavam tão atentas a esse tema", contou.

Maria Cláudia Amaro, filha do comandante Rolim: Rede atende à classe C

Em meio a essa insatisfação, Maria Claudia conheceu a Casa do Zezinho, uma ONG instalada no Capão Redondo, tido como um dos bairros mais violentos do extremo da zona sul de São Paulo, fundada pela pedagoga Dagmar Rivieri. O acolhimento não encontrado no colégio do bairro nobre estava presente na Casa do Zezinho. Essa dualidade lhe despertou questionamentos e a vontade de ter uma escola com ensino de qualidade para o público de menor renda.

"Ao mesmo tempo em que eu vivia a situação de 'bullying' com a minha filha dentro de uma escola de elite, que não se manifestava, eu via o que uma ONG de periferia, numa região extremamente violenta, com crianças oriundas de histórias muito difíceis, conseguia fazer através do acolhimento, do afeto, de uma pedagogia que a Tia Dagri criou. Aquilo foi muito impactante", afirmou.

Na época, Maria Claudia estava deixando a TAM e pensando nos próximos passos de sua carreira, que, até então, havia sido toda trilhada na companhia aérea fundada por seu pai. Ela lembra que cresceu dentro da companhia aérea, que aprendeu a andar de bicicleta no pátio da TAM e teve uma longa trajetória na área de marketing. Com a morte repentina do pai, vítima de acidente de helicóptero em 2001, a família toda — mãe e três filhos — foi para o conselho.

Maria Claudia presidiu o conselho da TAM entre 2007 e 2014, acompanhou a abertura de capital, a quase fusão com a Varig e união de negócios com a chilena LAM. "Chegou um momento em que vi que já havia dado minha contribuição. Foi nessa época que conheci a ONG do Zezinho e vi que educação poderia ser um caminho, mas fui estudar esse mercado antes para não correr o risco de ser só um anseio pessoal."

Nos três anos seguintes à saída da companhia aérea, se dedicou a conhecer o mercado de educação no Brasil e em outros países. Em 2017, quando o empresário José Aliperti estava criando a Escola Mais, Maria Claudia recebeu um convite para ser sócia, mas declinou por não ter interesse numa fatia minoritária e decidiu criar a Rhyzos Educação. A empresa começou com um sistema de ensino bilíngue chamado Twice, que já é adotado por vários colégios, e agora também está sendo implementado na Escola Mais.

O fundador acabou negociando com a Bahema e o fundo Mint. Nos anos seguintes, a rede teve uma forte expansão, chegando a ter nove unidades e fila de espera de alunos. No entanto, com a pandemia e a crise econômica que atingiu mais fortemente a base da pirâmide, o negócio se tornou deficitário e encolheu de tamanho, para três unidades.

No ano passado, Aliperti voltou a procurá-la para vender sua fatia. Como ocorreu em 2017, Maria Claudia tinha interesse na operação toda e as negociações foram iniciadas com a Bahema, que, por sua vez, enfrentava alta alavancagem e, com isso, topou vender o negócio por cerca de R$ 6 milhões. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no fim de março.

Atualmente, a Escola Mais tem três unidades na capital paulista, que juntas somam 1,2 mil alunos. A meta é aumentar para 2,2 mil estudantes em três ou quatro anos nos endereços atuais. Futuramente, já se pensa na abertura de outros pontos. Neste ano, a receita deve fechar em R$ 25 milhões e a expectativa é alcançar R$ 35 milhões em 2026. No setor de educação básica, o faturamento já é praticamente definido no começo do ano, quando ocorrem as matrículas para o período letivo.

Maria Claudia reforça que seu objetivo não é ter um projeto social e, sim, uma escola com ensino de qualidade e custo acessível para o público de menor de renda. Hoje, a mensalidade média da Escola Mais é de R$ 1,9 mil. Em São Paulo, colégios de período integral têm custo na casa dos R$ 3 mil. Desde a pandemia, a Escola Mais é uma operação deficitária, com queima de caixa.

1,2 mil
é o número de alunos da Escola Mais

"Vamos ter de encontrar o equilíbrio. Mas, com certeza, é um negócio que precisa ter uma extrema eficiência operacional e de gestão. Não tem margem pra grandeza, não tem margem pra erro", disse Maria Claudia. Ela acredita que, com uma gestão totalmente focada no modelo 'slow cost', haverá melhora operacional entre 35% e 40% já no próximo ano, quando todo o período letivo estará sob sua gestão.

O planejamento para 2026 está em andamento. Ela conta que alunos e famílias estão sendo ouvidos a fim de criar menos atrito possível, uma vez que as mudanças envolvem o pedagógico e também algum ajuste de mensalidade para a conta fechar. "Temos consciência de que um aumento impacta as famílias. O que buscamos é entregar uma escola com um preço muito competitivo e que entrega mais do que aquilo que ela cobra."

Quando foi fundada, a Escola Mais era conhecida por ofertar um tablet para cada aluno, o que atraiu muita gente. No atual cenário de críticas sobre o excesso de telas, isso vai mudar. "Isso não é mais um diferencial. Prefiro que a criança tenha um letramento impecável do que uma tela. Porque o letramento de matemática, das letras, é algo que te acompanha pelo resto da vida", disse Maria Claudia.

Mudança deixa governança da Petrobras mais ágil, diz diretor

Gestão

Kariny Leal, Fábio Couto e Francisco Góes
Do Rio

A Petrobras está dando mais um passo para reforçar o sistema de governança da empresa. Na terça-feira (1), a estatal anunciou a criação de uma corregedoria-geral, que na estrutura de compliance vai substituir duas gerências: de responsabilização disciplinar e de integridade corporativa. O novo desenho (*ver quadro*) busca tornar a área mais ágil e permite redução de custos, na avaliação de Ricardo Wagner, diretor de governança e conformidade da companhia.

Com status de gerência, a corregedoria foi uma ideia trazida por Wagner, que assumiu o cargo há quase três meses. O executivo é funcionário de carreira da Controladoria-Geral da União (CGU), instância na qual ocupou o cargo de corregedor-geral da União, autoridade responsável pela supervisão de casos sensíveis no poder público. Wagner está cedido à Petrobras após ser aprovado em processo seletivo para o cargo por "headhunter", com mandato de dois anos.

Essa é a segunda mudança de estrutura na diretoria de governança e conformidade da Petrobras, instância criada em 2014 após a Lava-Jato. Na primeira reestruturação da área, em outubro de 2023, foram criadas as gerências de responsabilização disciplinar e de integridade corporativa, agora substituídas pela corregedoria.

"Não tenho vínculo ou submissão a autoridades em Brasília"
Ricardo Wagner

Em entrevista ao **Valor**, Wagner disse que a governança da companhia como um todo foi robustecida nos últimos 11 anos. "Saímos daquele cenário [depois da Lava-Jato] e fomos robustecendo. Não havia uma diretoria com essas atribuições. A companhia tinha um código de ética e atividades descentralizadas, e passamos a ter uma diretoria, com comitês técnicos e decisões colegiadas, dando limites às competências."

Em 2014, a Lava-Jato colocou a Petrobras no epicentro das investigações sobre o esquema de corrupção em estatais para pagamento de vantagens indevidas a políticos e operadores. A combinação de corrupção em contratos, erros em projetos e uma política deliberada de controle de preços dos combustíveis, com vendas de derivados abaixo dos custos de importação, fez a estatal atingir à época a maior dívida corporativa do mundo.

O trabalho de reconstrução da empresa, dos controles internos, das finanças e da reputação, levou tempo, exigiu negociações com investidores e autoridades no Brasil e no exterior, incluindo o pagamento de multas bilionárias, e resultou na reorganização da governança da companhia.

A corregedoria-geral, que entrou em funcionamento na terça-feira, será comandada pelo então gerente executivo de responsabilização disciplinar, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles. A estrutura também será responsável por atender todo o Sistema Petrobras, o que, segundo a companhia, trará ganho de eficiência e isonomia no processo correicional.

Do ponto de vista legal, a Petrobras tem como marco a lei anticorrupção, de 2013, e a Lei das Estatais, de 2016, além de resoluções e normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Internamente, desenvolveu-se uma cultura empresarial de promoção da integridade, diz Wagner. "Independente a qual lei você [a empresa] está submetido, nos nossos valores está a integridade. São valores públicos da companhia, que estão no nosso plano de negócio e envolvem cuidar das pessoas, de inovação, sustentabilidade e integridade."

Na gestão de Jean Paul Prates, antecessor de Magda Chambriard, as gerências criadas na área de compliance tiveram foco em cuidar de temas como discriminação e assédio moral e sexual. À época, o então diretor da área, Mário Spinelli, disse que a reorganização visava a aprimorar processos, e não era uma resposta a casos específicos. A mudança veio depois que a companhia recebeu denúncias de assédio a mulheres em plataformas marítimas e após questionamentos na escolha de candidatos para o conselho de administração.

Na visão de Ricardo Wagner, o formato atual de governança da Petrobras permite mitigar a possibilidade de que outros eventos, como os denunciados pela Lava-Jato, voltem a acontecer: "Temos limites de competência, a depender de cargos, de valores e da matéria. Há limite de alçada para determinados níveis hierárquicos e tudo é submetido a comitês técnicos especializados. Os comitês técnicos têm expertise para avaliar e concluir sobre a viabilidade, dizendo se há risco financeiro ou ambiental."

Pessoas com conhecimento da empresa dizem que a escolha de Wagner foi a melhor entre os candidatos disponíveis. O executivo tem longa carreira na administração pública via CGU. A dúvida é se ele teria independência para atuar em situações que, eventualmente, envolvam integrantes do governo. Wagner diz que, além de ter passado por todas as instâncias de aprovação da companhia, é independente. "Tenho um mandato independente, não tenho qualquer vínculo ou submissão a autoridades em Brasília ou privadas. É um grande desafio, mas não tenho dúvida de que minha carreira é uma construção. Há uma questão reputacional. Minha atuação, do primeiro ao último dia, será independente, como está previsto."

Diretoria de governança e conformidade
Nova estrutura

Governança e conformidade
Suporte à decisão
Integridade corporativa
Responsabilização disciplinar
Governança
Conformidade
Corregedoria
Privacidade
Informações estratégicas e monitoramento do sistema de integridade

Fonte: Petrobras

Curtas

Lucro da Magalu

Frederico Trajano, presidente-executivo do Maganize Luiza, estimou nesta quarta-feira (2) que a companhia deve faturar cerca de R$ 70 bilhões em 2025, com a maior parte desse resultado vindo de canais digitais, reportou a agência Reuters. "Acho que este ano devemos faturar em torno de R$ 70 bilhões, sendo R$ 50 bilhões do online", disse em evento na sede do BNDES, no Rio. Em 2024, as vendas totais da varejista, incluindo o marketplace, somaram R$ 65,3 bilhões. A estimativa corresponderia, então, a um aumento de 7%.

Papelão avança

As expedições de papelão ondulado avançaram 1,6% em maio, na comparação com o mesmo mês de 2024, para 160,6 pontos, segundo boletim mensal da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). Em termos de volume, foram expedidas 360.612 toneladas de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado no mês, maior volume já registrado para maio desde o início da série histórica, em janeiro de 2005. Por dia útil, o volume de expedição foi de 13.870 toneladas, queda de 2,3% na comparação interanual.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2025

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Empresas

Entretenimento Grupo Tom Brasil completa 30 anos, atraindo patrocínio de grandes empresas para a tradicional casa de shows

Como a música conduz os negócios da família Tedesco

Natália Flach
De São Paulo

A música sempre fez parte da história da família Tedesco. O patriarca, Lino Tedesco, compôs diversas canções que foram interpretadas por Ângela Maria e Demônios da Garoa e chegou a escrever o hino de Peruíbe, ainda que nunca tenha estado na cidade do litoral paulista. "Foi pura poesia e abstração", diz o filho, Gladson Tedesco, sobre o pai, já falecido, que foi dono de uma indústria de móveis.

Anos depois, enveredou pelo mesmo caminho do pai. Mas, em vez de ritmo, partituras e uma boa dose de criatividade, preferiu a harmonia das planilhas financeiras da Tom Brasil, empresa do ramo de entretenimento que ele fundou em 1995 em parceria com o empresário Paulo Gião Amorim.

"A frase que mais escutei na vida é que 'sou da noite'. Só que, assim o dono do hotel não fica lá à noite, eu também não. Eu não me lembro da última vez que eu assisti a um show aqui", diz o presidente da Tom Brasil, recordando-se logo em seguida de um episódio em 2023. "Ah, foi no do Chico [Buarque]. O empresário dele me disse que ele estava bravo, pois já era a terceira semana da turnê e eu não tinha ido cumprimentá-lo. Aí, por dever de ofício, eu fui."

Quem está sempre nos eventos — inclusive, no horário noturno — é seu filho Christian, que assumiu a vice-presidência da companhia em 2014 e é responsável pela programação e receita dos espetáculos no Tokio Marine Hall, nome adotado em 2020, após acordo de "naming rights" com a seguradora Tokio Marine.

Agora, o grupo planeja uma série de shows para comemorar as três décadas de existência com uma programação especial neste segundo semestre, com nomes como Maria Bethânia, Ivan Lins, Ney Matogrosso e Roberto Carlos. Além disso, a empresa — que desfez a sociedade com Gião Amorim há cerca de 10 anos — pretende lançar um livro contando os bastidores das 5 mil apresentações realizadas desde 1995 e que foram vistas por cerca de 16 milhões de espectadores. Também está nos planos fazer uma exposição com as fotos do acervo.

"Sabíamos que para a estreia da casa precisávamos de alguém nota 10, pois isso estabeleceria a régua para as demais apresentações. Inicialmente, a ideia era chamar o Tom Jobim, mas ele faleceu na época", diz Gladson, acrescentando que a empresa se chama Tom Brasil em homenagem ao compositor de "Garota de Ipanema" e "Águas de Março".

Foi então que pensaram em João Gilberto, ainda que o músico tivesse fama de ser de difícil trato. "Todo mundo falava que éramos malucos, pois o João não aparece, não canta ou simplesmente vai embora. Ele não só veio, como fez 17 apresentações no total. Em uma delas, cantou 'parabéns' para o Tom Brasil com um bolo no colo", lembra.

Só teve uma vez, ele recorda, que a empresa teve que mandar um jatinho a uma hora da manhã para buscá-lo no Rio de Janeiro. Nisso, o público já estava enraivecido e ensaiou uma vaia quando ele entrou em cena. O músico tocou uma música, pediu desculpas, e a plateia veio abaixo com aplausos.

O grupo Tom Brasil tem tido lucro ao longo de sua trajetória de 30 anos. As exceções são o primeiro ano da operação e os dois anos mais agudos da pandemia, quando a circulação de pessoas estava restrita no país. Ainda que a casa localizada na Vila Olímpia, bairro da Zona Sul de São Paulo, estivesse fechada por causa da crise sanitária, a seguradora Tokio Marine não suspendeu o pagamento do "naming rights", o que fez com que o grupo mantivesse o quadro de funcionários intacto.

Atualmente, a bilheteria dos shows responde por cerca de 50% da receita, enquanto os eventos corporativos são responsáveis por aproximadamente 35%. Os 15% restantes incluem a venda de alimentos e bebidas, o valor do estacionamento, a cota de patrocínios e o contrato de "naming rights".

Segundo Christian, quase 60% da verba dos espetáculos é direcionada aos artistas, pois o modelo que a companhia adota é o de parceria, não de cachê fixo. Já no rol de patrocinadores, a casa conta com apoio da companhia aérea Azul – que fornece passagens aéreas para os artistas –, o Banco Volkswagen, as fabricantes de bebidas Coca-Cola e Heineken, a indústria de alimentos Nestlé, a rede de cafeterias Starbucks, além do laboratório farmacêutico Cristália.

"O acordo de 'naming rights' é de cinco anos e estamos negociando a renovação. Mas há outros interessados em assinar conosco, uma marca de alimentos e uma outra seguradora", comenta Christian.

> "O acordo de 'naming rights' é de cinco anos e estamos negociando a renovação"
> *Christian Tedesco*

Com capacidade para mais de 4 mil pessoas, a casa não é a maior de São Paulo em número de assentos. Busca diferenciar-se oferecendo tratamento acústico de alta qualidade e um cardápio assinado por chefs de cozinha — algo cada vez mais valorizado pelos frequentadores de shows. Isso porque, segundo observa Christian, o consumo de alimentos e bebidas nos shows dobrou depois da pandemia. Ao longo de três décadas, a casa serviu 2,2 toneladas de comida e 2 milhões de litros de bebidas sem álcool, além de 63 mil litros de bebidas alcoólicas.

Os principais concorrentes em São Paulo são o Vibra, que tem capacidade para cerca de 7 mil pessoas, e o Unimed Hall, com espaço para 9 mil espectadores. "A relação com os concorrentes é sadia, pois trocamos informações sobre precificação e vendas", diz Christian.

"O mercado de grandes eventos está crescendo com a inauguração de novas arenas, mas me preocupo se há artistas suficientes para lotar tantos espaços", acrescenta. Esse fator, aliado aos gastos com outras formas de lazer, ajuda a explicar a leve retração nas vendas de ingressos neste ano. A casa paulistana faz uma média de 90 shows abertos ao público por ano, enquanto os eventos corporativos ficam em torno de 50 a 70.

O público é formado por pessoas majoritariamente das classes A e B, e a faixa etária é de 24 a 60 anos. "O público é amante de música, interessado nos detalhes técnicos e nos músicos que acompanham o artista principal", diz Gladson.

Ele e Gião Amorim — que se conheceram na década de 1990 na Eletropaulo — tiveram a ideia de montar um espaço de shows em São Paulo ao perceber que, muitas vezes, os grandes artistas brasileiros tocavam em palcos sem infraestrutura mínima. "Era uma falta de respeito com a música brasileira."

Uma das primeiras casas que eles montaram foi o Tom Jazz, que tinha capacidade para um público de 200 pessoas, e ficava na avenida Angélica, perto da esquina com a avenida Paulista. O problema é que o custo era alto para uma receita baixa, afinal, eram poucos pagantes por noite para ver nomes como Elza Soares e Mart'nália. Não houve outra saída a não ser fechar as portas.

Já o projeto de uma casa de espetáculos, inicialmente pensada como um "barzinho", evoluiu para uma espaço que foi projetado para entregar a melhor experiência de som. Na época da inauguração, São Paulo tinha 10 milhões de habitantes e contava com dois importantes espaços de eventos: o Palace, em Moema, e o Olympia, na Lapa, mas eles acabaram fechando as portas.

"Fomos pioneiros em várias coisas. Fomos a primeira casa a aceitar cartão de crédito, a primeira a implementar a venda de ingressos on-line e a responsável pelo primeiro vídeo de segurança exibido antes dos shows. A inspiração foram os vídeos de companhias aéreas", conta Christian. O desafio agora é se manter atual, atraindo o público, para garantir que a música continue a reger os passos da família.



Gladson Tedesco, com o violão, e seu filho Christian Tedesco comandam o grupo Tom Brasil: 30 anos de música

leiloaria smart

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

LUCAS ANDREATTA DE OLIVEIRA, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 1116, [illegible] ... IMÓVEL DA MATRÍCULA Nº 141.713 DO 8º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO-RJ ... DEVEDORA FIDUCIANTE: SELMA FARIAS DA FONSECA ... TERCEIRO GARANTIDOR: IVANILSON CUT DA FONSECA ... SEGUNDO LEILÃO ... [illegible]

EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE Nº 2025/076083
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

[illegible]

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

Marketing O uso da IA facilita a manipulação de imagens e áudios e dá uma nova dimensão a um problema antigo que afeta agências, anunciantes e festivais

Para combater publicidade antiética, setor debate novas regras de conduta

Andrea Assef e Luana Dandara
De São Paulo

Campanhas publicitárias antiéticas, que distorcem fatos e enganam quem as assiste, voltaram a ser alvo de debate no mercado brasileiro. A discussão não é nova. A criação de "cases fantasmas" — peças desenvolvidas unicamente para disputar prêmios — é prática conhecida no setor. O que mudou foi o contexto: a disseminação da inteligência artificial (IA), que facilita a manipulação de imagens e áudios, somada ao alcance das redes sociais, que expõem os bastidores com rapidez, deram uma nova dimensão ao problema.

Nesta semana, o **Valor** ouviu executivos e especialistas da publicidade e a conclusão é que é necessário adotar um novo código de conduta nas agências e nos festivais internacionais que premiam as campanhas.

O debate foi reaberto devido à desclassificação, por parte do comando do Cannes Lions, da campanha da DM9 para a Consul, marca da Whirpool, por manipulação de imagens, dados e áudios. A DM9 também retirou outras duas peças vencedoras do festival francês. E a LePub, do grupo Publicis, iniciou investigação interna de um anúncio apresentado em Cannes por suspeitas semelhantes.

São fragilidades persistentes em um mercado que premia suas ideias, mas nem sempre regula seus critérios.

"O que está em jogo não é apenas a ética, mas a credibilidade da publicidade brasileira no cenário global. Mais do que coibir, acreditamos em educar e responsabilizar. Precisamos de compromisso das lideranças das agências, dos anunciantes e dos próprios festivais", afirma Marcia Esteves, presidente da Abap, entidade brasileira que reúne agências de publicidade.

Na visão de Esteves, os episódios recentes reforçam a urgência de revisar não apenas códigos de conduta, mas também os processos internos das agências para o controle e validação das peças inscritas em festivais.

"A Abap está estudando propostas concretas para criar uma espécie de comitê de boas práticas em festivais, com diretrizes mais claras para o setor", diz Esteves. "Isso pode envolver desde a exigência de comprovação documental mais rigorosa, até uma revisão de como os cases são validados internamente pelas agências antes da inscrição. O objetivo é proteger a integridade da criatividade brasileira", acrescenta.

O presidente do Conar, Sergio Pompilio, defende que o órgão de autorregulação do mercado publicitário possa ser envolvido formalmente em premiações internacionais. Pompilio vê no International Council for Advertising Self-Regulation (Icas), entidade que reúne órgãos de autorregulação de diferentes países, o fórum adequado para liderar esse debate no mercado.

"Acho bem-vinda uma revisão ética que permita estabelecer os mesmos parâmetros que aplicamos no dia a dia das agências. O Icas, que é o responsável por essa liderança, ainda está tateando os próximos passos, mas garanto que vamos levar essa discussão adiante e trabalhar para ampliar esse foro", afirma Pompilio.



> "A Abap estuda propostas concretas para criar uma espécie de comitê de boas práticas em festivais"
> *Marcia Esteves*

O Conar não chegou a analisar os materiais apresentados no Cannes Lions por envolverem manipulações no material de inscrição — os "videocases" — e não em anúncios efetivamente veiculados ao público.

O videocase, como é chamada a peça publicitária inscrita em premiações, tornou-se um formato à parte dentro da publicidade contemporânea. Seu papel vai além de explicar uma campanha. É responsável por emocionar, contextualizar e convencer jurados em segundos. Em um festival que recebe mais de 25 mil inscrições por ano, como é o caso de Cannes , a chance de ocorrer erros não é desprezível.

"Já vi campanhas medianas vencerem por serem bem contadas — e grandes ideias ficarem de fora por falta de narrativa, na sala do júri do festival", diz Domenico Massareto, fundador da Rain, consultoria criativa em IA. Com 45 Leões conquistados em Cannes e três participações como jurado, ele conta que há equipes inteiras dedicadas à produção dos videocases, muitas vezes sem envolvimento da criação original.

A lógica de premiação se consolidou como um fator de distorção na dinâmica do setor. Executivos ouvidos sob condição de anonimato relatam que, em diversas agências, os bônus de profissionais de criação estão diretamente atrelados ao número de prêmios conquistados, prática comum até em contratos de executivos globais. "Ganhar Leão deixou de ser motivo de celebração e passou a ser obrigação — um alívio, não um orgulho", resume um deles.

E embora reconheça o valor do reconhecimento criativo para as agências, Esteves, da Abap, pondera que ele não pode ser a única métrica de sucesso. "Quando os bônus estão atrelados apenas ao volume de prêmios, cria-se um incentivo perigoso, que pode distorcer prioridades e fomentar comportamentos antiéticos".

No caso do Cannes Lions, após ser provocado pelo episódio com a DM9, o comando do evento informou que vai adotar um novo código de conduta, usar ferramentas para detectar conteúdo manipulado e a criar um comitê com especialistas em IA, ética e integridade, responsível por avaliar suspeitas nas inscrições.

Parte do mercado publicitário enxerga também uma postura permissiva por parte das premiações diante de práticas duvidosas. Entre as sugestões discutidas por executivos do setor, está a exigência de que as campanhas inscritas em premiações também tenham o aval e assinatura dos clientes, algo que hoje não é exigido em todos os regulamentos. Isso poderia aumentar o grau de responsabilidade sobre as peças apresentadas.

"Quem tem responsabilidade vai continuar tendo. Mas os fantasmas não vão sumir. O tom ético entre agência e cliente é responsabilidade de quem conduz essa relação", diz o publicitário Fernando Diniz, ex-CEO das agências DPZ e da Leo Burnett, ambas do Publicis Groupe.

Martin Sorrell, fundador da S4 Capital e ex-CEO da holding britânica WPP, afirma que "há uma pressão enorme para que as redes ganhem o maior número possível de prêmios. Isso vale para os CEOs, para os clientes e para os criativos das agências." Acrescenta que "ser nomeado 'rede do ano' ou 'holding do ano' é importante. Então, as agências vão fazer de tudo para colocar qualquer trabalho criativo na frente dos jurados."

Sobre o impacto do caso DM9 na publicidade, Sorrell é direto: "Definitivamente, não é um caso isolado. Há registros similares em outros países. Isso é resultado direto da pressão por prêmios. E vai acontecer de novo", diz.

Em sua avaliação, cabe aos organizadores e jurados reforçar os mecanismos de verificação das campanhas. "É um processo intenso, com muita coisa sendo julgada em pouco tempo. Mas a reputação do festival — e da indústria — está em jogo", conclui.

Vice-presidente executivo e diretor da WMcCann Rio de Janeiro e pesquisador do NetLab da UFRJ, Marcio Borges, enxerga o episódio da DM9 com um caso clássico de desinformação. "A IA vai facilitar ainda mais esse processo: ela não é a culpada, mas potencializa a capacidade de manipular e alterar a opinião pública".

Já para o presidente do Cenp (Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário), Luiz Lara, "preservar o legado da publicidade brasileira é responsabilidade de toda a cadeia."

D&AD anula dois prêmios da DM9

Luana Dandara e Daniela Braun
De São Paulo

Após perder 12 prêmios no Cannes Lions, principal festival global da indústria publicitária, a agência brasileira DM9 também teve troféus anulados pelo D&AD, premiação britânica de criatividade, realizada em maio. A organização do D&AD confirmou, nesta quarta-feira (2) ao **Valor**, a retirada de dois prêmios da campanha "Plastic Blood", criada para a OKA Biotecnologia, por uso de material considerado enganoso.

"Como o uso de IA [inteligência artificial] não foi declarado, os envios são considerados enganosos e violam os termos e condições do D&AD. Parte do material do filme do caso também é criado exclusivamente para o uso de prêmios de inscrição, o que viola ainda mais os termos e condições", diz o diretor de premiações da entidade, Donal Keenan, em nota. Foram anulados dois troféus Wood Pencil nas categorias "Press & Outdoor" e "Art Direction". Procurada pelo **Valor**, a DM9 informou que não foi comunicada sobre a retirada dos prêmios pelo D&AD.

A crise envolvendo a DM9 teve início no Cannes Lions deste ano, após a desclassificação de um trabalho da agência para a Consul, marca da Whirlpool, por manipulação de dados e imagens com o uso de IA. Em seguida, a própria agência optou por retirar outras duas campanhas do festival. Ao todo, 12 prêmios foram cancelados.

Procurada pelo **Valor**, a senadora estadunidense DeAndrea Salvador, que aparece na peça da DM9 para a Consul, respondeu que está ciente do caso de manipulação de informações envolvendo um vídeo de sua palestra no evento TED, em 2018. Disse que prefere se pronunciar "após entender exatamente o que ocorreu, a extensão e o caráter da disseminação [de informações sobre sua palestra] e suas implicações".

A peça da DM9 criada para a OKA Biotecnologia, retirada do Cannes Lions pela própria agência, alegava ter transformado microplásticos encontrados no sangue humano em canudos, copos e garrafas — para provocar reflexão sobre os impactos da poluição plástica no corpo humano. "Plastic Blood" foi a campanha brasileira mais premiada no Cannes Lions 2025. A DM9 também retirou a peça "Death=Gold", criada para a associação Urihi Yanomami.

O festival Clio Awards informou que avalia ajustar suas regras e critérios. Por ora, não pretende revisar os prêmios dados à DM9. A agência conquistou vários, além do Grand Clio com a campanha "Blood Aid", para a Dasa. "Dada a recente controvérsia em Cannes e as implicações mais amplas do uso de IA para o nosso setor e nossa comunidade, estamos avaliando os próximos passos para aprimorar nossos processos", afirmou a diretora executiva de comunicação do Clio Awards, Sheena Bermingham.

14
prêmios já foram anulados neste ano

Segundo o Clio Awards, não há, até o momento, indícios de irregularidades nas campanhas da DM9 submetidas à premiação. Contudo, o festival informou que poderá reavaliar sua posição caso surjam novas informações.

O presidente do Festival Internacional El Ojo del Iberoamérica, importante premiação entre países da América Latina, Espanha e Portugal, Santiago Keller Sarmiento, disse que a organização "reforçará suas medidas para prevenir o uso indevido de IA ou sua manipulação para evitar fraudes" na edição deste ano, em novembro. Os prêmios ganhos pela DM9 no El Ojo 2024 "são peças diferentes, que não tiveram reivindicações oito meses após a cerimônia de premiação e que, portanto, não há motivo para desqualificá-las".

Curtas

Netflix e Spotify

As ações da Netflix e do Spotify superaram amplamente o desempenho do mercado acionário em geral no acumulado deste ano, informou a Dow Jones, de Nova York. Analistas acreditam que essa tendência deve continuar, à medida que consumidores continuam gastando com plataformas de entretenimento por assinatura. As ações da Netflix sobem 44% neste ano. Embora investidores temessem os impactos das tarifas de importação mais altas, decretadas pelo governo Trump, sobre os gastos dos consumidores, a Netflix mostrou uma projeção robusta no relatório de resultados do primeiro trimestre, em abril. Segundo o instituto de pesquisa Nielsen, o "streaming" agora representa mais horas de visualização do que a transmissão tradicional e a TV a cabo combinadas. Entre os serviços de "streaming", o YouTube, da Alphabet, liderou o tempo de exibição em maio, seguido da Netflix.

Dimensa, da Totvs

A Dimensa, empresa de tecnologia voltada ao setor financeiro que é controlada pela Totvs, concluiu a compra da totalidade do capital da Agger por R$ 260 milhões, informou a Totvs. A Agger é uma das principais plataformas do mercado de software para o setor de seguros, oferecendo serviços como multicálculo e gestão de apólices, diz a Totvs, em nota. A Agger tem cerca de 150 colaboradores e registrou receita recorrente anualizada bruta de aproximadamente R$ 60 milhões no primeiro trimestre de 2025, após apresentar taxa anual de crescimento composta de 38% entre 2020 e 2024.

Microsoft tem nova rodada de demissões

Tecnologia

Rafe Uddin
Financial Times, de San Francisco

A Microsoft iniciou sua segunda grande rodada de cortes de vagas de emprego em toda a empresa este ano, como parte da iniciativa do grupo das "big techs" para reduzir custos.

A empresa, que tem sede em Redmond, Washington, anunciou que eliminará pouco menos de 4% de sua força de trabalho, o equivalente a cerca de 9 mil trabalhadores. As demissões ocorrerão em todas as áreas.

Antes do anúncio desta quarta-feira, a Microsoft já cortara cerca de 6 mil vagas em maio e 2 mil em janeiro, por motivos que classificou como "relacionados ao desempenho". A essas rodadas somam-se centenas de demissões feitas gradualmente ao longo deste ano.

A gigante do software está racionalizando suas operações em um momento em que as grandes empresas de tecnologia tentam lidar com a incerteza econômica sob o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e lutam com a sustentabilidade financeira de seus enormes investimentos em inteligência artificial.

"Continuamos a implementar as mudanças organizacionais necessárias para posicionar melhor a empresa e suas equipes para o sucesso em um mercado dinâmico", anunciou ela.

A empresa não atribuiu seus cortes mais recentes à inteligência artificial de maneira explícita, embora seu executivo-chefe, Satya Nadella, tenha afirmado em ocasiões anteriores que hoje até um terço de seu código é escrito por software. Informes regulatórios no Estado de Washington, onde fica sua sede, mostram que 40% das cerca de 2 mil vagas eliminadas em maio deste ano eram de engenheiros de software.

A Microsoft prometeu investir US$ 80 bilhões em infraestrutura de "data centers" no ano fiscal encerrado em 30 de junho. Ela tem se posicionado no centro de uma corrida para comercializar a tecnologia.

No fim de junho de 2024, a Microsoft tinha 228 mil funcionários, sendo que já eliminara cerca de 2.500 vagas em sua unidade de jogos Xbox e 1.000 em suas unidades dos óculos de realidade aumentada HoloLens e de computação em nuvem Azure.

Em 2023, a Microsoft anunciou que demitiria 10 mil funcionários, pois enfrentava uma desaceleração do crescimento da receita.

No total, desde o início do ano a Microsoft eliminou mais de 7% de sua força de trabalho mundial.

Andy Jassy, CEO do grupo de comércio eletrônico Amazon, já avisou funcionários de colarinho-branco que seus empregos estão em risco por causa da inteligência artificial – que, segundo ele, já trouxe melhorias de eficiência em toda a rede logística da empresa. "Precisaremos de menos pessoas para fazer algumas das tarefas que são realizadas hoje... [e] esperamos que isso reduza o total de nossa força de trabalho empresarial", escreveu ele em um memorando aos funcionários no mês passado.

A Amazon eliminou 27 mil vagas de emprego em duas rodadas de cortes em 2023, enquanto sua divisão de computação em nuvem, a Amazon Web Services, cortou centenas de vagas em 2024.

A Microsoft registrou lucros acima do esperado nos três meses até o fim de março, e elogiou o forte crescimento de sua divisão de computação em nuvem. Suas ações têm tido um desempenho superior às de empresas equivalentes desde o início deste ano.

Em abril, sua diretora financeira, Amy Hood, disse aos investidores que a Microsoft estava concentrada em "montar equipes com alto desempenho e aumentar a agilidade, com a redução de camadas com menos gerentes". *(Tradução de Lilian Carmona)*

Estratégia Empresa de insumos biológicos estreia nos mercados chileno, mexicano e canadense e prevê expansão de 35% em 2025

Biotrop avança no exterior e projeta receita bilionária

Isadora Camargo
De São Paulo

Nos últimos três anos, a Biotrop, que produz insumos biológicos, acelerou suas operações nas três frentes centrais de sua estratégia de expansão: pesquisa e inovação, mercado internacional e comercialização. Com o bom desempenho nessa tríade, a companhia deve fechar 2025 com sua primeira receita anual bilionária. Caso a empresa atinja a marca, ela representará um aumento de 35% em comparação com 2024, quando o faturamento chegou a R$ 762 milhões.

A expectativa é positiva, mesmo em um ano de juros mais altos e instabilidade climática, diz o presidente da empresa, Jonas Hipólito, que, em janeiro deste ano, assumiu o cargo de Antonio Carlos Zem, biólogo que criou a empresa e a comandou desde a fundação, em 2018. Entre os pontos fortes da companhia, Hipólito citou o aumento no número de clientes e a equipe de agrônomos em campo, que conta com 300 profissionais. "É mais do que muitas empresas de [insumos] químicos têm", afirmou ele ao **Valor**.

O executivo destacou também a estratégia da empresa para ganhar espaço no exterior. Neste ano, a Biotrop está abrindo os mercados chileno, mexicano e canadense para seus produtos e fortalecendo sua presença nos Estados Unidos e em parte da Europa (Portugal, Espanha, Itália, França e Grécia).

Segundo Hipólito, para avançar no mercado externo, a empresa projeta investir, até 2028, entre US$ 10 milhões e US$ 15 milhões nos processos de obtenção de registros no exterior de formulações que ela tem desenvolvido no Brasil. Os recursos também servirão para dar início a operações comerciais nos novos mercados.

R$ 762
milhões foi a receita da Biotrop em 2024

Desde setembro de 2023, a Biotrop pertence ao grupo belga Biofirst (ex-Biobest), que comprou a empresa brasileira do fundo Aqua Capital por R$ 2,8 bilhões. "Estamos em outro patamar. O nível em que a Biotrop está hoje é muito diferente do de três anos atrás", disse. Segundo Hipólito, o objetivo é construir "presença consistente e duradoura" fora do país.

Outro plano para 2025 é fortalecer a estrutura no Brasil, onde tem, hoje, oito unidades. A ideia da direção é ampliar unidades de pesquisa na Bahia e em Minas Gerais. A sede administrativa fica em Vinhedo (SP), há dois centros de multiplicação de micro-organismos, que receberam investimentos mais recentemente, em Jaguariúna (SP) e Curitiba, além de centros de pesquisa.

Combinadas, as iniciativas para expansão dentro e fora do Brasil ajudarão a companhia a posicionar seu país de origem como um "fabricante-exportador" de biológicos, afirma Hipólito. Segundo ele, isso subverte uma ideia corrente no mercado de que o país é importador de tecnologia.

Carlos Alberto Baptista, diretor comercial da empresa, destaca que os conhecimentos do país sobre os bioinsumos têm se fortalecido. "Estamos doutrinando o mercado em relação a biológicos", diz.

A Biotrop estima que o mercado de biológicos no Brasil cresça entre 6% e 8% ao ano, puxado por fatores macroeconômicos pela busca dos agricultores por soluções com deixam menos resíduos e têm pegada de carbono menor do que os insumos químicos.

A adoção de biológicos no Brasil acelerou-se nos últimos cinco anos, e, segundo os executivos, entre 40% e 50% dos produtores já utilizam ao menos uma tecnologia de base biológica. O objetivo da Biotrop é dobrar sua presença nas lavouras, com três ou quatro produtos da marca por cliente, incluindo inseticidas para percevejo da soja e bicudo do algodão, além de fungicidas.

Nos últimos três anos, a companhia investiu na diversificação de seus canais de venda. De acordo com os executivos, a aposta deu certo, e é graças a ela que a empresa agora tem trabalhado para executar sua expansão internacional.

"Avançamos em negociações com cooperativas e em ampliação da venda direta. Em três anos, as vendas diretas, que representavam 10% do faturamento, passaram para 45%", disse Baptista.

O projeto com cooperativas, que começou há um ano e meio, já tem 24 associadas na lista de clientes. No canal direto, a empresa cresceu com usinas de cana-de-açúcar do Centro-Sul e clientes de grande porte do Cerrado.

DIVULGAÇÃO

Jonas Hipólito, da Biotrop: presença 'consistente e duradoura' no exterior

valor.com.br

Insumos (1)

Agrotóxicos contrabandeados são apreendidos em terra indígena

Uma operação conjunta realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Força Nacional resultou na apreensão de 202 quilos de agrotóxicos contrabandeados do Paraguai na terça-feira. Os produtos estavam em depósitos clandestinos em uma fazenda em área declarada como Terra Indígena Guyraroka, no município de Caarapó (MS). A ação foi coordenada pelo Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS).

valor.com.br/agro/

Insumos (2)

Setor de defensivos critica exclusão na formulação do Pronara

A CropLife Brasil, representante do setor de defensivos químicos e biotecnologia, manifestou preocupação com a forma como foi instituído o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara). O programa prevê a redução gradual e contínua do uso de agrotóxicos. Para a CropLife, "políticas que limitem o acesso a tecnologias essenciais, sem uma avaliação e rigor técnico, podem gerar impactos negativos para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento" no setor.

valor.com.br/agro/

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alpha-Rental Aluguel de Equipamentos Ltda. Ou Alpha-Rental Aluguel e Comercialização de Máquinas e Equipamentos e Serviços Ltda., Nome Fantasia Alpha-Rental Aluguel de Equipamentos Ltda.** - CNPJ: 06.033.389/0001-58 - Endereço: Alameda Madeira, 258, Sala 1702 A, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Bairro Alphaville, Barueri/Sp - Requerente: Alpha-Rental Aluguel de Equipamentos Ltda. Ou Alpha-Rental Aluguel e Comercialização de Máquinas e Equipamentos e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Alphaprint Atec Serviços Ltda.** - CNPJ: 01.428.868/0001-50 - Endereço: Alameda Madeira, 258, Sala 1505 D, Bairro Alphaville, Barueri/Sp - Requerente: Alphaprint Atec Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Alphaprint Comércio, Importação e Exportação Ltda.** - CNPJ: 55.599.088/0001-00 - Endereço: Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira, 232, Bairro Água Branca - Requerente: Alphaprint Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Centro Integrado de Cargas, Logística E-commerce Ltda., Nome Fantasia Cinc** - CNPJ: 48.132.098/0001-67 - Endereço: Rua Coronel José Eusébio, 95, Casa 13, Bairro Higienópolis - Requerente: Cantieri Urbano Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Copy Bel Reproduções Gráficas Ltda. ME** - CNPJ: 46.802.442/0001-65 - Endereço: Av. Barão de Limeira, 1101, Bairro Campos Elíseos - Requerente: Nação Alasuarea - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Ricali Indústria e Comércio de Máquinas Industriais Ltda.** - CNPJ: 60.812.361/0001-03 - Endereço: Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira, 232, Térreo, Bairro Água Branca - Requerente: Ricali Indústria e Comércio de Máquinas Industriais Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Falências Decretadas

Empresa: **Atelos do Brasil Telecomunicações Ltda., Nome Fantasia Ateles Telecom** - CNPJ: 25.180.927/0001-81 - Endereço: Rua Quitandinha, 107, Anexo 111, Bairro Cosinguí - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Bruno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Lucas Pugo Comércio Varejista de Vestuário e Acessórios Ltda.** - CNPJ: 23.652.034/0001-66 - Endereço: Setor Scs, Quadra 05, Bloco A, Lojas 232C, 236C, 1C Subsolo Brasília Shopping, Asa Norte - Administrador Judicial: Rrc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Dellova de Campos - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Rhr Indústria e Comércio de Roupas Ltda.** - CNPJ: 20.956.876/0001-40 - Endereço: Av. Automóvel Clube, S/Nº, Lote 05 Ou Lote 09, Quadra 13, Bairro Jardim José Bonifácio - Administrador Judicial: Noronha Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Rafael Werneck Cotta - Vara/Comarca: 3a Vara de São João de Meriti/RJ

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Fort Solutions Comercial, Importadora e Exportadora Ltda.** - CNPJ: 08.416.313/0001-37 - Endereço: Rua Ceará, 84, 3º Andar, Bairro Consolação - Requerente: Premium Recebíveis I, Multissetorial Fundo em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Ipanema Empreendimentos S/A Ou Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - CNPJ: 09.073.039/0001-03 - Endereço: Rua Henri Dunant, 873, 6º Andar, Cjtos 6C1 a 605, Bairro Santo Amaro - Requerente: Alexandre Dantas Fronzaglia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Tulipa Incorporadora Ltda.** - CNPJ: 04.791.492/0001-31 - Endereço: Rua Henri Dunant, 873, 6º Andar, Cjtos 601 a 605, Bairro Santo Amaro - Requerente: Alexandre Dantas Fronzaglia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Dc Assessoria e Transportes Ltda. Ou Dc Soluções em Logística Ltda., Nome Fantasia Dc Transporte** - CNPJ: 27.058.984/0001-71 - Endereço: Rua Nailton Santos Moura, 69, Sala 06, Bairro Jardim América, Paulínia/Sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional e Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alan Kardec Martins Barbiero, Produtor Rural** - CNPJ: 54.201.099/0001-77 - Endereço: Loteamento São Silvestre, Parte Remanescente do Lote 01, S/Nº, Zona Rural, Aparecida do Rio Negro/To - Administrador Judicial: Dr. Jonas Saldiera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Barra Casa de Construção Ltda., Nome Fantasia Barra Forte Casa e Construção** - CNPJ: 05.660.952/0001-55 - Endereço: Rua Feliciano Bortolini, 1110, Bairro Barra do Rio Cerro - Administrador Judicial: Brandao Japur Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Paulo Dorneles Japur - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

Empresa: **Cheila Cristina Neves Barbiero, Produtora Rural** - CNPJ: 54.201.068/0001-68 - Endereço: Loteamento São Silvestre, Parte Remanescente do Lote 01, S/Nº, Zona Rural, Aparecida do Rio Negro/To - Administrador Judicial: Dr. Jonas Saldiera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Gislaine Kiefer Santos, Produtora Rural** - CNPJ: 54.201.040/0001-20 - Endereço: Loteamento São Silvestre, Parte Remanescente do Lote 01, S/Nº, Zona Rural, Aparecida do Rio Negro/To - Administrador Judicial: Dr. Jonas Saldiera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Inicie S/A Ou Inicie Integração de Inteligência Coletiva e Inovação Para Educação S/A** - CNPJ: 35.932.093/0001-77 - Endereço: Rua Eugênio Lalo, 621, Bairro de Pinheiros - Administrador Judicial: Costa Telles Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Christiane Chubarillery da Costa Telles - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Juliano Mendes Dos Santos, Produtor Rural** - CNPJ: 54.201.050/0001-66 - Endereço: Loteamento São Silvestre, Parte Remanescente do Lote 01, S/Nº, Zona Rural, Aparecida do Rio Negro/To - Administrador Judicial: Dr. Jonas Saldiera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Rivas Indústria e Comércio de Metais Ltda., nome Fantasia Rivas Metais** - CNPJ: 29.979.761/0001-23 - Endereço: Via C1, S/Nº, Lote Industrial, Polo Multifabril José Aprígio Vilela - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Empresa: **Marcos Paulo Chaves Ltda., Nome Fantasia Mac Transportes** - CNPJ: 07.713.103/0001-48 - Endereço: Rua Viana Moog, 21, Casa 02, Bairro São José, Canoas/Rs - Administrador Judicial: Guerreiro Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Taís Ester Bergmann Hellmann - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Mundaú Comércio de Materiais Recicláveis Ltda.** - CNPJ: 30.530.141/0001-70 - Endereço: Rua em Projeto A, Nº 6185, Residencial Monte Verde, Bairro Antares, Maceió/Al - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Empresa: **Nortesul Comercial Agrícola Ltda., Nome Fantasia Nortesul Agro** - CNPJ: 15.626.673/0001-29 - Endereço: Quadra 112 Sul, Rua Sr 9, Nº 51, Qlts. 14, Lote 25, Plano Diretor Sul, Palmas/To - Administrador Judicial: Dr. Jonas Saldiera Carneiro - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Palmas/TO

Empresa: **Recisla Comércio e Classificação de Resíduos Ltda.** - CNPJ: 34.890.454/0001-04 - Endereço: Rua Benedito Cabaca Lourenço, S/Nº, Cidade Universitária, Maceió/Al - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Empresa: **Reciclal Indústria e Comércio de Metais Ltda.** - CNPJ: 07.472.625/0001-03 - Endereço: Rua Benedito Cabaca Lourenço, 175, Quadra 05, Lotes 16, 17, 18, 19 e 20, Cidade Universitária, Maceió/Al - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Empresa: **Reciclal Serviços e Soluções em Mão de Obra Ltda.** - CNPJ: 39.282.073/0001-59 - Endereço: Rua Otacílio Holanda, 07, Loteamento Jardim Paulo Vi, Quadra 05, Lote 08, Cidade Universitária, Maceió/Al - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Empresa: **Transportadora Gravel & Companhia Ltda., Nome Fantasia Gravel Transportes** - CNPJ: 39.785.933/0001-60 - Endereço: Rua Otacílio Holanda, 07, Loteamento Jardim Paulo Vi, Quadra 05, Lote 08, Cidade Universitária, Maceió/Al - Administrador Judicial: Dr. Rafael Santos Dias - Vara/Comarca: 2a Vara de Marechal Deodoro/AL

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Arctest Serviços Técnicos de Inspeção e Manutenção Industrial Ltda.** - CNPJ: 01.899.093/0001-02 - Endereço: Av. Constante Pavan, 495, Bairro Betel - Vara/Comarca: 2a Vara de Paulínia/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Autofrance Comércio e Serviços Ltda.** - CNPJ: 70.176.536/0001-77 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Avenue Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 07.989.018/0001-07 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Bataska Equipamentos Industriais e Comércio Ltda.** - CNPJ: 01.502.899/0001-04 - Endereço: Estrada Água Chata, 3050, Bairro Água Chata, Guarulhos/Sp - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Bataska Equipe Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 65.555.146/0001-49 - Endereço: Rua Carindé, 558/562, Bairro Carindé - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Brg Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 12.536.852/0001-87 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Bro Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 11.569.914/0001-94 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Brz Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 11.306.720/0001-52 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cambiocar Rosa Comércio de Veículos e Serviços Ltda.** - CNPJ: 01.829.861/0001-40 - Endereço: Rua Jaguaré Mirim, 384, Sala 02, Bairro Vila Leopoldina - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Carfrance Ltda.** - CNPJ: 41.920.521/0001-44 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Corretora de Seguros Sfe Ltda.** - CNPJ: 04.046.958/0001-74 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Dorsivel Indústria Plástica Ltda.** - CNPJ: 60.643.988/0001-39 - Endereço: Rua Paulo Andrighetti, 290, Bairro Alto do Pari - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Direção Participações S/A** - CNPJ: 00.836.450/0001-57 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drew Indústria e Comércio de Malas Ltda.** - CNPJ: 09.078.580/0001-04 - Endereço: Rua Paulo Andrighetti, 290, 3º Andar, Bairro Alto do Pari - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Epc Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 06.888.977/0001-73 - Endereço: Av. Lauro Sodré, 150, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Etoile Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 03.843.720/0001-07 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Francecar Comércio de Veículos Ltda.** - CNPJ: 03.570.998/0001-25 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gb Cars Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 04.289.308/0001-50 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jc Brasil Automóveis Ltda.** - CNPJ: 15.238.000/0001-00 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Sala 405, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jc Comercial e Importadora Ltda.** - CNPJ: 71.811.384/0001-70 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ml Produtos Agropecuários Ltda., Nome Fantasia Plantsagro** - CNPJ: 12.773.112/0001-64 - Endereço: Av. Brasil Sul, 1221, Quadra G, Lote 15, Bairro Batista - Vara/Comarca: 1a Vara de Anápolis/GO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ngo Importadora Ltda.** - CNPJ: 11.453.341/0001-39 - Endereço: Rodovia Governador Mário Covas, S/Nº, Km 284 Norte, Sala 203, Porto Engenho, Cariacica/Es - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nbe Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 12.505.564/0001-65 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Operadora de Turismo T. T. Tours Ltda.** - CNPJ: 04.069.238/0001-24 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Pvn Veículos Ltda.** - CNPJ: 05.251.492/0001-01 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rog Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 12.530.173/0001-39 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rpn Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 09.285.956/0001-84 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Saint Germain Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 68.817.287/0001-80 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Saint Martin Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 03.761.346/0001-09 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Saint Michel Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 64.052.893/0001-80 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Saint Moritz Distribuidora de Veículos e Serviços Ltda.** - CNPJ: 06.839.488/0001-83 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Secar Participações S/A** - CNPJ: 08.987.114/0001-89 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sfe Locação de Bens Ltda.** - CNPJ: 12.795.203/0001-09 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sfe Participações S/A** - CNPJ: 12.764.772/0001-89 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sng C. Oeste Comércio de Veículos Ltda.** - CNPJ: 24.795.835/0001-72 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sng Nordeste Comércio de Veículos Ltda.** - CNPJ: 24.803.608/0001-90 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sng Rio Comércio de Veículos Ltda.** - CNPJ: 24.994.448/0001-40 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sng Sp Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 24.836.113/0001-28 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sng Sul Comércio de Veículos Ltda.** - CNPJ: 24.803.520/0001-79 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 313, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Sos Automóveis Ltda.** - CNPJ: 11.122.071/0001-83 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 311, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Spg Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 12.529.093/0001-25 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Spn Distribuidora de Veículos Ltda.** - CNPJ: 12.534.987/0001-41 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ssr Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - CNPJ: 03.474.172/0001-95 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ssr Participações S/A** - CNPJ: 05.742.308/0001-26 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Tab Participações S/A** - CNPJ: 05.769.100/0001-09 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Zsq Participações S/A** - CNPJ: 27.156.550/0001-50 - Endereço: Av. Das Américas, 1155, Edifício Barra Space Center, Sala 312, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/Rj - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Mecânica e Chapeação Top Car Ltda. Ou Mecânica e Chapeação Sauer Ltda.** - CNPJ: 28.998.695/0001-46 - Endereço: Av. Marcolino, 300C, Bairro Floresta, Maravilha/Sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Crédito Montante saiu de R$ 600 milhões para R$ 1,4 bilhão, aumentando as opções de funding

Bayer e Citi ampliam fundo para financiar distribuidor de insumo

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Bayer e o Citi ampliaram a carteira do fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) criado há dois anos para financiar distribuidores de insumos agrícolas. O montante saiu de R$ 600 milhões para R$ 1,4 bilhão, aumentando as alternativas de financiamento para o segmento, em um ambiente de juros altos e de restrição ao crédito após episódios de insolvência registrados recentemente.

Todos os recursos do fundo são integralizados pelo Citi, que também fica a cargo do trabalho operacional, mas a análise de crédito passa pelos critérios da Bayer, que oferece outras alternativas de financiamento às distribuidoras de insumos com as quais têm relacionamento.

"Toda a interface operacional, de manutenção do FIDC, fica no colo do Citi. Isso facilita para o foco da Bayer se relacionar com o distribuidor e não ficar preocupado com a infraestrutura", afirma ao **Valor** Adriano Milani, líder de tesouraria e soluções comerciais do Citi Brasil.

Hoje, praticamente todas as distribuidoras parceiras da Bayer já tiveram alguma parte das aquisições de insumos feitas junto à multinacional alemã financiada por meio do FIDC. Em 2023, quando o fundo foi lançado, 51 empresas acessaram os recursos do fundo.

As empresas não abrem detalhes como custo de financiamento nem taxa de inadimplência das operações, mas afirmam que o índice de descumprimento dos pagamentos nesses dois anos foi menor do que a média da indústria. "Principalmente em um contexto em que vemos um crescimento bastante grande de recuperações judiciais no último ano", afirma Marcos Arruda, diretor financeiro da Bayer CropScience no Brasil.

Segundo o executivo, a menor taxa de inadimplência reflete "decisões estratégicas da Bayer de busca fidelização dos canais de distribuição e relações de longo prazo, o que acaba se refletindo na carteira do FIDC".

Para as distribuidoras, a vantagem de acessar o recurso do FIDC em comparação com instrumentos de financiamento bancário, é que não incide IOF sobre a operação — como ocorre com uma antecipação de recebíveis junto a uma instituição financeira.

Além disso, o pagamento é feito em uma parcela somente após cada safra de verão e inverno, enquanto em contratações de linhas de capital de giro, o pagamento pode ser trimestral ou até mensal, o que pode provocar um descasamento no fluxo de caixa.

Já a opção do crédito rotativo, outra forma de financiamento tradicional, acaba sendo mais cara, observa Adriano Milani. Além disso, em todas as opções de financiamento bancário, as operações ainda tomam espaço no limite de crédito do tomador, enquanto a operação com o FIDC não ocupa esse espaço.

Mesmo em relação a outros instrumentos de mercado de capitais, a contratação do recurso junto ao FIDC é simplificada, afirma Arruda. Inicialmente, a Bayer chegou a trabalhar com Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), mas a emissão desses títulos tem um custo maior do que o custo da estruturação do FIDC, até por demandar uma oferta pública, e que ainda foi crescendo com o tempo.

"A complexidade [com o FIDC] diminui e fica mais ágil e mais simples para o produtor. Tudo é digitalizado, o aceite é um simples contrato", explica o executivo da multinacional alemã.

Apesar dos diferenciais, Milani ressalta que o FIDC é uma alternativa "complementar" para a estrutura de financiamento das distribuidoras de insumos.

"Na nossa concessão de crédito, tentamos convencer o distribuidor a não contar só com o crédito Bayer, e sim ter uma composição de ferramentas que inclui vendas à vista, credito Bayer ou FIDC, para podermos fazer uma negociação saudável para o distribuidor", afirma Arruda, da Bayer CropScience . "Não vamos aumentar o crédito na mesma intensidade da demanda do distribuidor, mas vamos dar alternativas que permitam a ele ter um plano sustentável", defende.


Milani: FIDC é opção "complementar" para a estrutura de financiamento

Cooperativas de crédito esperam emprestar mais

Safra 2025/26

Gabriella Weiss e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

As cooperativas de crédito esperam ampliar a oferta de recursos para financiar os produtores rurais na safra 2025/26, apesar do cenário de incertezas e de alta dos juros na nova temporada. O Sicredi, que tem mais de 9 milhões de associados pelo Brasil, anunciou ontem que deve disponibilizar R$ 68 bilhões, um aumento de 9,8% em relação ao ciclo anterior.

Já o Sicoob prevê ofertar cerca de R$ 60 bilhões em crédito rural, 8% acima do desempenho consolidado da temporada 2024/25, quando foram liberados R$ 55,4 bilhões em financiamentos ao setor agropecuário. Na Cresol, a expectativa é ultrapassar a marca de R$ 15 bilhões em operações de crédito rural, renovando o recorde do ciclo 2024/25, quando os financiamentos atingiram R$ 13 bilhões.

O Sicredi estimou que o montante de R$ 68 bilhões será distribuído da seguinte forma: 36% para custeio, 36% para operações com Cédula de Produto Rural (CPR), 18% para investimentos, 7% para linhas de crédito dolarizadas e 2,2% para comercialização e industrialização.

Para a agricultura familiar, a instituição deve oferecer R$ 13,5 bilhões via Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), 11% mais que na safra anterior. Para os produtores de médio porte, serão R$ 16,7 bilhões via Pronamp (Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural), 21% acima do ciclo anterior.

No Sicoob, a expectativa é que R$ 24,6 bilhões sejam destinados às operações de custeio, R$ 9 bilhões a investimentos e R$ 4,2 bilhões à comercialização. O restante, de R$ 22,2 bilhões, tem aplicação livre, sobretudo via Cédulas de Produto Rural Financeiras (CPRF).

Na divisão por porte, cerca de 30% dos recursos devem contemplar pequenos e médios produtores, sendo R$ 7,2 bilhões em operações do Programa Pronaf e R$ 10,8 bilhões via Pronamp.

Apesar da alta nos juros do crédito rural na safra 2025/26, o Sicoob vê espaço para crescer no financiamento a uma agropecuária "resiliente", mas admite que a concessão deve ser mais seletiva.


"Independentemente da taxa, o agro vai", diz Francisco Reposse, do Sicoob

10%
deve ser a alta de recursos no Sicredi

Por outro lado, a instituição projeta uma mudança de rota no caso de investimentos que não forem necessários na temporada, com possível adiamento na tomada desses recursos. "Independentemente da taxa, o agro vai", resumiu Francisco Reposse Júnior, diretor comercial do Sicoob.

Mesmo assim, ele concordou que, com os juros mais altos, o crédito fica mais seletivo. "Alguns investimentos precisam ser mais bem calculados, pois o projetado pode não se configurar, pode haver alguma frustração de safra ou mudança de preços", completou.

O cenário, disse ele, torna mais desafiador "carregar" juros de dois dígitos para operações de investimentos por um período de, no mínimo, cinco ou seis anos.

Para Gustavo Freitas, diretor executivo de Negócios, Crédito e Produtos do Sicredi, o nível de previsibilidade do Plano Safra 2025/26 é positivo. "Talvez seja um Plano Safra sobre o qual a gente tenha uma ideia mais clara de para onde vai", afirmou. "Na safra anterior era 10,5% com expectativa de que fosse cair. Nesta safra, a gente não tinha dúvida de que a taxa seria alta", completou.

Na avaliação do Sicredi, a demanda por crédito segue firme apesar da alta dos juros. Segundo Vitor Moraes, superintendente de agronegócio da instituição, a projeção de alta de quase 10% na oferta de recursos se baseia em uma expectativa de clima mais estável para a produção. "O setor continua forte, com bons fundamentos".

De acordo com Freitas, o endividamento do produtor rural cresceu, mas o problema mais grave para o setor hoje está no aumento das recuperações judiciais, que afetam toda a cadeia produtiva. O Sicredi viu o índice de inadimplência dobrar recentemente, mas Freitas ponderou que a base era baixa em relação ao mercado e atribui isso ao perfil dos clientes, 85% deles pequenos e médios produtores.

No Sicoob, a inadimplência ainda "não assusta", disse Francisco Reposse Júnior. Na instituição, o estoque de renegociações é de R$ 634 milhões em uma carteira de R$ 83,4 bilhões, menos de 0,8%. Mesmo assim, o saldo dos devedores aumentou 58% da safra 2023/24 para agora.

"A inadimplência aumentou, mas nada que nos assuste dado o volume e a pulverização que temos. Os valores travados em prorrogações são poucos e irrelevantes", afirmou Reposse.

Segundo ele, a alta na inadimplência não é concentrada no setor agropecuário e foi mais intensa em outros públicos no mercado em geral. "Está precificado", pontuou. O Sicoob tem 8,9 milhões de cooperados, dos quais mais de 600 mil são produtores rurais.

De acordo com o executivo, no Plano Safra 2025/26, o Sicoob deverá ter R$ 14,4 bilhões em recursos com equalização. O valor é 52% superior aos R$ 9,5 bilhões operacionalizados com subvenção do Tesouro Nacional no Plano Safra 2024/25, encerrado no dia 30.

Juro alto deverá afetar indústria de máquinas

Cenários

Cleyton Vilarino
De São Paulo

O aumento das taxas de juros do Plano Safra, que o governo federal anunciou nesta semana, deverá limitar o desempenho da indústria de máquinas agrícolas, segundo Pedro Estevão, presidente da Câmara Setorial de Máquinas Agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Ele fez a avaliação durante apresentação dos resultados mensais do segmento.

"Muito provavelmente, se tivéssemos uma taxa de juros mais baixa, estaríamos vendendo mais", afirmou Estevão. Segundo ele, as taxas do novo Plano Safra, que ficaram entre 12,5% e 13,5% nas linhas para aquisição de máquinas e implementos, ainda são mais atraentes do que do mercado, mas seguem altas e acabam "segurando alguma coisa".

"Não sabemos exatamente quanto que vai segurar, porque o mercado está com uma demanda bem grande. Mas, resumindo, com o Plano Safra, o governo optou mais uma vez por combater a inflação de alimentos, priorizando a segurança alimentar e a agricultura familiar", resumiu o executivo.

Segundo a Abimaq, as vendas de máquinas agrícolas no Brasil somaram R$ 6,5 bilhões em maio, montante 30,4% superior ao do mesmo período de 2024. No acumulado de 2025, as vendas já somam R$ 26,9 bilhões, ou 22,8% a mais do que em igual intervalo do ano passado.

A Abimaq considerou expressivo o resultado da indústria em maio e atribuiu o bom desempenho à feira Agrishow, que ocorreu em Ribeirão Preto (SP) no início daquele mês. "Se olharmos as estatísticas de todos os anos, em maio sempre há um salto nas vendas. Nós reputamos isso à Agrishow porque em maio os recursos do Plano Safra já se esgotaram", comentou o executivo.

Com os resultados de maio, a Abimaq deverá revisar suas estimativas para o crescimento do setor neste ano. Na projeção mais recente, a entidade calculava um avanço de 8%. "Se somarmos o que vendemos até maio e repetirmos nos próximos meses os números do ano passado, isso já dá um aumento de 9%", detalhou Estevão.

As exportações de máquinas agrícolas somaram US$ 123,6 milhões em maio, o que representou uma alta de 39,1% na comparação com o mesmo mês de 2024. No acumulado deste ano, o aumento chega a 9,8%, somando US$ 609,2 milhões. Já as importações caíram 11,6% em maio, para US$ 118,5 milhões, e 1,8% no acumulado nos cinco primeiros meses de 2025, para US$ 550,9 milhões.

Insumos
Biotrop avança no exterior e projeta alcançar receita de R$ 1 bilhão neste ano
B7

valor.com.br

Sanidade
África do Sul tem surto de gripe aviária

O governo da África do Sul relatou um surto de gripe aviária — cepa H5N1 de alta patogenicidade — em duas granjas avícolas no país. O surto matou 1.150 aves, sendo 300 aves em uma granja em Tswaing, na província de Noroeste, e 850 aves em uma granja em Mkhondo, na província de Mpumalanga. Os casos foram reportados à Organização Mundial de Saúde Animal ontem. É o primeiro registro da doença no país desde setembro de 2024.

valor.com.br/agro/

Eufrázio

Investimentos
Possenti, da Fator, diz que FII 'cetipado' com subclasses destravou a demanda C6



Risco cibernético
Ataque hacker assusta setor financeiro, com roubo de contas reservas no BC C3

Mercados
Com dados dos EUA e Fed no foco, dólar cai ao menor patamar desde agosto C2

Travelex Bank
IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Finanças

Dívida Volume financeiro chegou a US$ 20,3 bilhões, praticamente igual ao total de 2024; bancos preveem até US$ 35 bilhões em emissões em dólar neste ano

Empresas aceleram captação no exterior apesar de volatilidade

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

Nas últimas semanas as empresas brasileiras correram para acessar o mercado de dívida em dólar e o volume de emissões externas no ano praticamente se igualou ao captado em 2024, com US$ 20,3 bilhões até aqui, incluindo as emissões do Tesouro Nacional. A demanda aquecida ocorreu a despeito do aumento da volatilidade no cenário externo, com o avanço de guerras e medidas de Donald Trump, fazendo com que o período fosse um dos semestres mais ativos nos últimos anos. Com isso, bancos começam a recalibrar suas estimativas, com projeções chegando a um volume de US$ 35 bilhões no ano.

A projeção, segundo banqueiros de investimento consultados pelo **Valor**, é que o movimento deve seguir ao longo de julho, antes do mercado fazer uma pausa com a chegada do período de férias no Hemisfério Norte. Na fila para próximas captações, estão companhias como a Sabesp, que já sinalizou publicamente o interesse no mercado lá fora, e a Prio (ex-PetroRio), além do próprio Tesouro Nacional.

O Itaú BBA acredita que o volume do ano fique mais próximo dos US$ 30 bilhões, ante US$ 25 bilhões esperados anteriormente. No Santander Brasil, a projeção é que a cifra possa ficar entre US$ 30 bilhões e US$ 35 bilhões. "Em termos gerais, foram operações de emissores que geralmente já olham para o mercado externo, como companhias com operações em moeda forte ou bancos, mas o semestre foi bem mais ativo do que esperávamos", afirma o responsável pela emissão de dívida externa do Itaú BBA, Pedro Frade.

No geral, as empresas têm olhado o mercado externo como forma de gerir os passivos e, do lado dos investidores, a demanda tem sido forte, algo que tem sido observado pela alta procura pelos papéis. "O mercado externo está aberto para as empresas brasileiras e estamos observando demanda por parte dos investidores. Até o final de julho deveremos observar o mercado de bonds ativo, com as emissões de brasileiras deve seguir focadas em 'liability management' [gestão de passivos]", frisa o responsável pela área de renda fixa do Goldman Sachs no Brasil, Joel Shimchak. "Apesar de um cenário geopolítico mais complexo, não espero uma mudança de precificação de curto prazo e há diversas empresas monitorando o mercado", frisa o executivo.



Pedro Frade, do Itaú BBA: segundo semestre deve continuar movimentado para a captação de empresas no exterior

Com os investidores buscando rentabilidade, a demanda das emissões das empresas latinas foi elevada, algo que se refletiu nas taxas atrativas para as companhias. Nas captações, estiveram presentes até mesmo investidores dedicados aos Estados Unidos, que passaram a buscar nomes de outras geografias.

Prova do cenário favorável foi que algumas companhias recorreram ao mercado mais de uma vez no semestre. "Tivemos algumas dobradinhas, uma evidência de mercado bastante forte", afirma o responsável pela área de dívida externa do Santander Brasil, Miguel Díaz. A JBS, primeira empresa a emitir um título em 2025 com uma captação de US$ 1,75 bilhão, voltou ao mercado no fim de junho para captar US$ 3,5 bilhões, o maior volume do ano. A operação teve alguns marcos. Os papéis foram divididos em três tranches. A mais curta, de dez anos, teve taxa de 1,25% acima da T-note (título do Tesouro americano) de mesmo vencimento e "yield" (rendimento) de 5,572%. O spread foi o menor para uma emissão corporativa brasileira com o mesmo prazo.

A segunda tranche, de 30 anos, fechou com taxa equivalente à dos Treasuries mais 1,4% e "yield" de 6,265%. A terceira tranche, de 40 anos, marcou a primeira vez que uma companhia do país emitiu títulos com esse prazo. O Tesouro, Raízen e FS Bio também foram em dose dupla captar no exterior.

Segundo bancos de investimento, títulos com vencimento em 40 anos são comuns em operações de companhias americanas, mas o prazo ainda não havia sido testado por um nome brasileiro. O papel só não foi mais longo do que um título de cem anos da Petrobras emitido em 2015, além dos bônus perpétuos — ou seja, sem vencimento definido — como os do Banco do Brasil.

> "O mercado externo está aberto para as brasileiras e temos observado demanda"
> *Joel Shimchak*

"Foi um semestre com muitas janelas positivas para captação e as emissões mais recentes comprovaram a resiliência desse mercado e o momento de investidores bastante capitalizados", diz Caio de Luca Simões, do Bank of America (BofA).

Após o chamado "Dia da Libertação", quando o presidente Trump decidiu elevar as tarifas de vários países, o aumento da volatilidade dos títulos emitidos pelo governo dos Estados Unidos — os Treasuries— fez com que bancos acreditassem que as "janelas" de captação só seriam novamente abertas no segundo semestre.

A remuneração paga aos investidores dos bonds costuma ser calculada considerando os títulos americanos (Treasuries) como base e o acréscimo de um "spread", que depende de uma série de fatores, como o risco-país do emissor, a própria nota de crédito da empresa e a taxa que é negociada no mercado secundário, quando há emissões anteriores.

Dúvidas em torno do futuro das relações comerciais dos Estados Unidos com importantes parceiros, como a China, fizeram com que, tanto do lado dos Treasuries quanto nos spreads no secundário, houvesse uma "abertura" das taxas, o que significou para as empresas operações mais caras.

Isso levou a Caixa Econômica Federal a colocar na gaveta por algumas semanas os planos de uma emissão prevista para abril. Em maio, ela precificou uma captação de US$ 700 milhões. A oferta foi marcada pela forte demanda, que chegou a US$ 3 bilhões e garantiu a redução das taxas.

"O semestre foi ainda mais positivo tendo em vista que o mercado ficou travado ao longo de um mês", afirma Díaz, do Santander.

Com os ânimos mais calmos, e mudanças na política tarifária dos Estados Unidos, as operações ganharam tração aos poucos e aceleraram em junho considerando tanto as captações brasileiras quanto as de outros países latinos. "Vimos operações de nomes do México, Peru, Chile, Bahamas e Uruguai somente nas últimas duas semanas do mês, o que é um sinal de apetite dos investidores por emergentes", diz Simões, do Bofa.

Frade, do Itaú BBA, acredita que o segundo semestre também será movimentado, com a continuidade de um ambiente positivo para captações, com o risco país controlado. A decisão de emitir no mercado externo, no entanto, dependerá de alguns fatores como o nível das taxas.

A movimentação no mercado interno, que segue aquecido (ainda que com volumes de emissão abaixo dos vistos em 2024), também deve pesar na escolha. Com o avanço nos últimos anos, ele hoje tem profundidade para absorver as necessidades mais imediatas das empresas, ressaltam bancos. "A janela do primeiro semestre só não foi mais ativa porque o mercado local segue forte e empresas com ratings 'BB' nem precisaram olhar o mercado internacional", frisa Miguel Díaz.

A Petrobras, por exemplo, que frequentemente capta recursos com bonds, decidiu emitir R$ 3 bilhões no mercado interno com debêntures incentivadas. A demanda pelos papéis chegou a 1,8 vez a oferta, refletindo a corrida dos investidores por títulos de empresas com qualidade de crédito antes das mudanças na tributação de títulos isentos.

Procurada, a Prio disse em nota que "monitora continuamente oportunidades de captação, tanto no mercado local quanto internacional, sempre em busca do menor custo de capital".

SoftBank levanta US$ 4,2 bi para IA

Bloomberg

O SoftBank Group precificou ontem uma emissão de US$ 4,2 bilhões em títulos em dólares e euros, enquanto se volta para os mercados globais de dívida para acelerar sua investida global em inteligência artificial.

A holding do conglomerado japonês de investimentos em tecnologia vendeu US$ 2,2 bilhões em bonds em dólar com classificação "junk", de alto risco, divididos em quatro tranches, e €1,7 bilhão (US$ 2 bilhões) em títulos em euros, divididos em três partes, de acordo com uma pessoa familiarizada com o assunto que pediu para não ser identificada.

A operação atraiu mais de US$ 17,3 bilhões em ofertas de investidores.

Como parte dos planos de investimento em larga escala do SoftBank em IA, o bilionário fundador do grupo, Masayoshi Son, prometeu até US$ 500 bilhões para um projeto conhecido como "Stargate" e anunciou ainda uma participação planejada de US$ 30 bilhões na OpenAI, dona do ChatGTP, no início deste ano.

Mas, como um lembrete do escrutínio antitruste que Son tem enfrentado em sua rápida expansão global, a Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) dos Estados Unidos abriu uma investigação aprofundada sobre a aquisição da Ampere Computing, empresa de semicondutores, pela SoftBank, por US$ 6,5 bilhões, informou a Bloomberg nesta semana.

Na assembleia geral anual da SoftBank, realizada em junho, Son prometeu tornar o conglomerado a principal plataforma para uma "superinteligência" artificial em uma década. Sua empresa captou mais de 600 bilhões de ienes (US$ 4,2 bilhões) por meio de títulos em ienes este ano, o maior valor para uma emissora no mercado de dívida corporativa do Japão, segundo dados compilados pela Bloomberg.

"A exposição dos investidores japoneses ao SoftBank cresceu substancialmente", disse Taketoshi Tsuchiya, CEO da Tsuchiya Asset Management. "Explorar a demanda externa faz sentido no cenário atual", afirmou. A emissão denominada em dólares foi listada neste ano devido à melhora do sentimento do investidor e à redução dos custos de financiamento.

Na segunda-feira, o SoftBank Corp., braço de telefonia móvel listado do grupo, precificou US$ 1 bilhão em títulos em dólar, em sua primeira venda de papéis de títulos "high grade", com boa classificação de risco, nos EUA.

Destaques

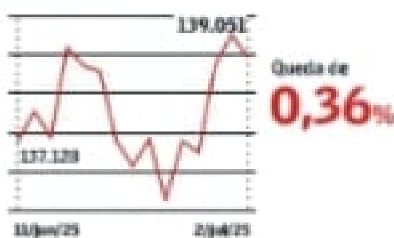
Duplicata escritural
A duplicata escritural deve entrar em vigor entre novembro e março do ano que vem, previu Ricardo Vieira, chefe de divisão na no Departamento de Regulação do Banco Central. Primeiro haverá uma etapa com funcionalidades restritas e faseamento da interoperabilidade entre as escrituradoras, que deve durar sete meses. Assim, entre junho e outubro do ano que vem começará o funcionamento pleno. A partir disso, os bancos terão prazos escalonados para se adaptar. Após seis meses, não poderão utilizar mais boletos, só duplicatas escriturais nas operações com grandes empresas. Seis meses depois, a regra valerá para as médias, e outros seis meses para as pequenas. "A jornada do cliente é complexa e será aperfeiçoada ao longo do tempo. É impossível o BC antecipar tudo, então precisaremos de todos os atores engajados para ir aperfeiçoando", comentou Vieira. *(Álvaro Campos)*

Hub de Duplicatas
A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) apresentou ontem o seu Hub de Duplicatas Escriturais. Trata-se de uma solução estratégica para instituições que buscam eficiência operacional, segurança e padronização no processo de escrituração. Desenvolvida pela entidade em parceria com suas associadas e diversas escrituradoras, a plataforma atenderá novas exigências do mercado, agregando tecnologia, integração e governança em um ambiente digital unificado. Entre os principais diferenciais da plataforma estão: acesso único e centralizado para escrituração, consultas e ações sobre duplicatas; padronização de layouts, facilitando a integração com sistemas legados; e automação flexível, com múltiplas opções de conectividade. Segundo a ABBC, independentemente da escrituradora utilizada, o hub vai assegurar uma operação isonômica, estável e de alta performance. *(AC)*

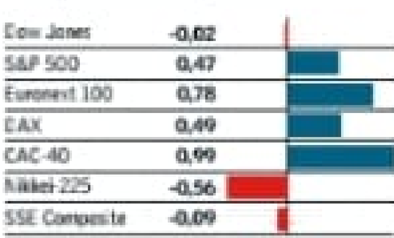
BTG e M&A imobiliário
O BTG Pactual vai investir R$ 5 bilhões neste ano em operações de fusão e aquisição de empreendimentos imobiliários, sendo R$ 1 bilhão só no Rio, segundo Ricardo Cardoso, sócio responsável pela área no banco. As transações serão nos moldes daquela fechada no ano passado com a Carvalho Hosken, com a compra do Ilha Pura, bairro planejado na Barra da Tijuca, construído inicialmente para receber os atletas da Olimpíada de 2016. O empreendimento ocupa uma área de 72 mil metros quadrados, paisagismo assinado pelo escritório Burle Marx, 31 torres e ampla estrutura de lazer. O valor geral de vendas (VGV) é estimado em mais de R$ 4 bilhões. O banco não revela detalhes do acordo, mas estima-se que a dívida da construtora com a Caixa, assumida pelo BTG, estivesse em R$ 2 bilhões. Desde que assumiu o projeto, o banco investiu R$ 220 milhões. *(Liane Thedim)*

Eufrázio

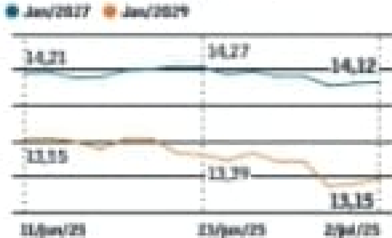
Ibovespa
Em pontos



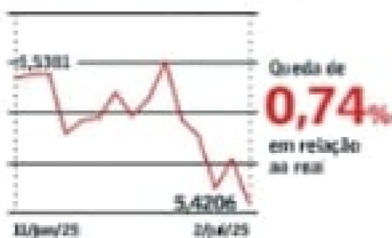
Bolsas internacionais
Variações no dia 2/jul/25 - em %



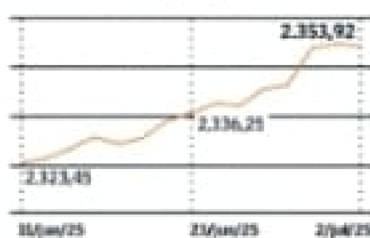
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Percepção de Selic alta por período prolongado e diferencial de juro acima de 10 pontos mantêm atratividade

Dólar recua 0,74% e bate menor valor desde agosto

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira e Artur Scaff
De São Paulo

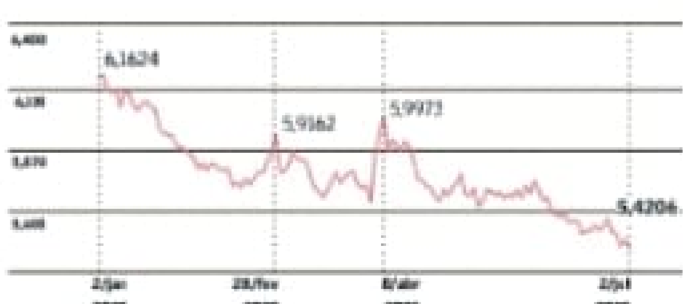
Em meio a sinais de enfraquecimento da economia dos EUA e aumento nas apostas de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano), a moeda americana voltou a perder força contra o real ontem, apoiada ainda por uma Selic que deve permanecer em nível elevado por período prolongado, na visão do Banco Central. Com isso, o dólar à vista caiu 0,74%, negociado a R$ 5,4206, no menor valor desde agosto do ano passado.

O movimento registrado pelo câmbio doméstico contrastou com a performance dos demais ativos. Os juros futuros encerraram o pregão com alta nas taxas na maioria dos vencimentos, com destaque para a ponta longa. A judicialização da derrubada do aumento do IOF elevou as tensões entre governo e o Legislativo, o que alimentou uma adição de prêmios na curva. A alta robusta dos rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) também alimentou uma pressão adicional.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 oscilou de 14,925%, do ajuste anterior, para 14,92%; a do DI de janeiro de 2027 subiu de 14,105% a 14,115%; a do DI de janeiro de 2029 teve alta firme, de 13,09% para 13,15%; e a do DI de janeiro de 2031 avançou de 13,165% para 13,20%.

Com uma Selic em 15%, a equipe de economia da Porto Asset, chefiada por Felipe Sichel, destaca que o diferencial de juros entre o Brasil e os EUA encontra-se acima de 10 pontos percentuais. "Este é um patamar historicamente elevado. Considerando-se a série desde 2006, a média do diferencial de juros é de 8,6 pontos percentuais. Com os cortes esperados do Fed e taxa Selic inalterada, iremos mecanicamente para cima do nível que demarca o terceiro quartil na série", apontam os especialistas.

Dólar à vista no ano
Cotação diária - em R$/US$



Ainda que a derrubada do IOF pelo Congresso possa pesar sobre os ativos locais, os economistas da Porto ressaltam que não houve uma piora do prêmio de risco doméstico que poderia afetar o real.

"Tal qual no exemplo do dólar global, que enfraquece independentemente das notícias advindas dos EUA, o prêmio de risco doméstico parece cair independentemente dos riscos fiscais. Isto ajuda a manter o real mais apreciado. Sem reversão do ambiente global ou doméstico, os modelos proprietários da Porto Asset sugerem que há espaço para apreciação adicional do câmbio", apontam.

A ponderação é que os prêmios de risco relacionados à eleição de 2026 devem se manifestar na moeda, o que faz com que o câmbio projetado pela Porto Asset seja de R$ 5,70 em dezembro de 2025 e de R$ 5,80 no fim do ano seguinte.

R$ 5,42
foi o fechamento da moeda americana na sessão de ontem

O gestor de renda fixa e multimercados da SulAmérica Investimentos, Guilherme Baran, afirma que os contratos de juros embutem um ciclo de corte mais agressivo do que os economistas no relatório Focus, algo incomum.

Pelas redes sociais, o gestor disse que o inverso costuma ser mais comum, pois o prêmio de risco é acrescido antes de o BC de fato começar a reduzir a Selic. Agora, afirma, a curva de juros parece estar com um prêmio zerado.

"Fica então o questionamento: será que, ao zerar o prêmio, o mercado já está precificando uma probabilidade relevante desses efeitos defasados [da política monetária sobre a economia]? Talvez o que hoje parece pouco prêmio seja, na verdade, a precificação de uma chance razoável (ou esperança) de que a política monetária bata na atividade de forma mais rápida e intensa — o que justificaria revisões baixistas no Focus e um ciclo de cortes mais cedo e acelerado", pondera Baran.

Uma eventual intensificação dos cortes da Selic poderia dar um fôlego extra ao Ibovespa nos próximos meses. Ontem, porém, a forte pressão dos juros futuros mais longos atuou como um detrator de desempenho do índice, que recuou 0,36%, aos 139.051 pontos. Para o superintendente de investimento da Brasilprev, Altair Cesar, o movimento registrado pelos ativos locais foi potencializado por dúvidas em torno do que ocorrerá no mercado no segundo semestre após o forte movimento registrado na última segunda-feira.

"O último dia do semestre foi um pregão muito bom para os ativos [locais]. Não sabemos se foi um ajuste de carteiras ou se isso pode ser uma tendência. Foi um movimento forte e não tivemos uma novidade tão anormal que pudesse ter levado a isso", diz Cesar. "Os investidores vão ficar tentando entender o que pode ter acontecido na segunda-feira", acrescenta.

A Brasilprev, por exemplo, aumentou recentemente a alocação em bolsa brasileira. Para Cesar, a rotação global de portfólios com superexposição aos EUA para outras regiões "veio para ficar", diante da maior necessidade de diversificação das carteiras.

Já no exterior, preocupações fiscais — especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido — levaram a um forte avanço nos rendimentos dos títulos soberanos de algumas das principais economias globais. Os agentes financeiros também reagiram a dados de emprego mais fracos do que o esperado nos EUA, na véspera da divulgação do "payroll", de dados do mercado de trabalho.

O Nasdaq subiu 0,94%; o S&P 500 avançou 0,47%; o Dow Jones, praticamente estável, cedeu 0,02%. Já o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de moedas fortes, subia 0,10%, aos 96,918 pontos.

Há sinais claros de que a política monetária está 'funcionando', diz David

Gabriel Shinohara
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Nilton David, afirmou que há sinais "razoavelmente claros" de que a política monetária está funcionando. O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros de 14,75% para 15% ao ano na última reunião e sinalizou uma interrupção para avaliar se o patamar é adequado para colocar a inflação na meta de 3%.

"Há sinais razoavelmente claros de que a política monetária está funcionando e que a economia está de certa forma voltando para um ritmo um pouco mais dentro do potencial", disse David em evento do Citi Brasil.

Quando uma economia cresce acima do potencial, há normalmente pressão inflacionária. Quando expande abaixo, há normalmente ociosidade. O BC calcula que a economia brasileira está neste momento operando acima do seu potencial. O Copom apontou, em sua última ata, que a atividade econômica no Brasil continuava marcada por "sinais mistos" em relação à desaceleração, mas que se observava uma "certa moderação no crescimento". Segundo a ata, a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre mostra um crescimento forte em setores menos sensíveis ao ciclo e "alguma moderação" nos demais, com "certo dinamismo" em vários subsetores.

David também apontou que há um consenso entre os membros do Copom de que a política monetária está restritiva. Na ata, o colegiado afirmou que, em um ambiente de expectativas de inflação desancoradas, "exige-se uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado".

Ao ser questionado sobre os fatores que poderiam levar a uma alteração na condução dos juros, o diretor destacou que o BC não reage a apenas um dado, mas a uma série de dados objetivos e subjetivos ao longo do tempo.

"A gente vai precisar de bastante tempo para ver essa série caminhando para onde a gente quer"
Nilton David

"Não existe um número que vai fazer a gente resolver a questão. É sempre uma série, uma construção, e é isso que a gente busca. O 'bastante prolongado' [mencionado na ata] é que a gente vai precisar de bastante tempo para ver essa série caminhando para onde a gente quer", disse.

O diretor também lembrou que o Copom optou por interromper o processo de alta, ainda que haja consenso de que os juros estão contracionistas, e que o colegiado fará uma análise se o nível é suficientemente contracionista considerando um período prolongado "até que a gente sinta os sinais de que esse excesso de PIB em relação ao potencial tenha sido consumido de tal forma que os preços possam cair".

"Lembrando que a meta do Banco Central é de inflação e não de atividade", disse.

Ainda sobre política monetária, o diretor ressaltou que a ata, o comunicado do Copom e o Relatório de Política Monetária (RPM) continuam "absolutamente válidos". David disse que para a boa fluidez da política monetária o BC "adoraria" não trazer volatilidade para o mercado.

Ele ressaltou que a direção do câmbio "tem muito mais a ver com o dólar do que com o real". Segundo o diretor, "a pergunta é para onde a gente vê o dólar, e aí é um pouco de 'será que o foco do [presidente americano Donald] Trump vai sair do mercantilismo e ir para o outro lado? Será que os mercados já voltaram? Já reprecificaram tudo isso? Será que os portfólios já se ajustaram?' Acho que isso está tudo muito incerto."

No ano passado, o dólar fechou em R$ 6,18, com a maior alta anual desde 2020, mas vem caindo neste ano. Para o diretor do BC, no ano passado os investidores esperavam que Trump nos Estados Unidos fosse mais desregulador, o que não se concretizou neste ano, e isso afetou a moeda americana perante outras moedas globais.

"O fato de o dólar/real ter perdido valor ao longo do ano passado enquanto se subia juros foi um dos indicadores que as pessoas começaram a falar de dominância fiscal. Acho que isso [dominância] ficou para trás, porque, se a gente vir do começo do ano para cá, o real se apreciou contra o dólar e contra os pares", afirmou.

De maneira simplificada, a dominância fiscal ocorre quando o endividamento público é tão alto que elevações da taxa básica de juros podem ter efeito oposto ao desejado sobre a inflação, pressionando ainda mais a trajetória de preços.


David, do BC: busca de comunicação clara para não causar volatilidade

Tensão com debate fiscal no Reino Unido gera estresse nos mercados

Luana Reis e Victor Rezende
De São Paulo

Os mercados britânicos foram abalados na sessão de ontem e voltaram a exibir um comportamento semelhante a ativos de países emergentes. Em meio a preocupações com a política fiscal no Reino Unido, diante de derrotas do governo no Parlamento com medidas de ajuste das contas públicas, a imagem da ministra de Finanças britânica, Rachel Reeves, visivelmente abalada e enxugando lágrimas levou o mercado a cogitar uma possível baixa no governo e um menor apoio a uma pauta de maior responsabilidade fiscal, o que pesou, especialmente, sobre os títulos (Gilts) de longo prazo.

Os juros dos títulos de longo prazo da dívida britânica dispararam durante a sessão de ontem. Nas máximas do dia, chegaram a subir mais de 0,2 ponto percentual, na maior alta diária desde outubro de 2022. No fechamento do pregão, a libra caiu 0,70%, a US$ 1,3649; a taxa do Gilt de dez anos subiu 0,159 ponto e terminou cotada a 4,617%, enquanto o retorno do papel de 30 anos saltou 0,19 ponto, para 5,425%.

Durante sessão de meia hora na Câmara dos Comuns, Reeves enxugou as lágrimas algumas vezes enquanto era questionada por parlamentares. Enquanto a sessão era televisionada, houve uma piora substancial dos ativos britânicos diante de temores de que a ministra fosse substituída e levasse o governo a um período de maior instabilidade na condução da política fiscal. Um porta-voz da ministra disse se tratar de um assunto pessoal e a secretaria de imprensa do governo afirmou que o primeiro-ministro Keir Starmer dá "total apoio" a ela.

A pressão sobre a ministra vem na esteira da aprovação do projeto de reforma dos benefícios sociais no Reino Unido, mas somente após uma forte desidratação da proposta, com a remoção de medidas que gerariam economias no longo prazo. Reeves tem enfatizado seu compromisso com as regras fiscais, mas sua posição tem sido oposta à visão de muitos integrantes do Partido Trabalhista, que se mostraram contrários aos cortes de gastos propostos pela ministra.

"Preocupações sobre a permanência da ministra Rachel Reeves levaram os rendimentos a dispararem"
Mohamed El-Erian

"Apesar das mudanças de rumo no projeto de reforma de bem-estar social anunciadas na noite passada [de terça-feira], a manhã [de ontem] foi marcada por relativa estabilidade no custo de financiamento do governo — tanto de forma geral quanto em comparação com Alemanha e Estados Unidos. Isso mudou drasticamente quando preocupações sobre a permanência da ministra Rachel Reeves introduziram um súbito prêmio de risco, levando os rendimentos a dispararem", observa o conselheiro econômico-chefe da Allianz, Mohamed El-Erian, em comentário feito nas redes sociais.

"Comentários mais tranquilizadores do primeiro-ministro sobre a permanência da chanceler provocaram uma correção parcial nas taxas. No entanto, o mercado teve dificuldade para sustentar essa recuperação", observou o executivo, diante da alta firme observada nos rendimentos dos Gilts.

Para o estrategista Erik Nelson, do Wells Fargo, "as preocupações fiscais no Reino Unido tendem a persistir independentemente do futuro de Rachel Reeves". Em nota enviada a clientes, ele aponta que, embora o futuro da ministra seja relevante, não é a principal questão para a política e os mercados britânicos. "Nossa preocupação maior está na incapacidade do governo Starmer de conter rebeliões internas contra os esforços de consolidação fiscal, o que deixa o governo com margem praticamente nula para manobrar dentro de suas próprias regras fiscais", enfatiza.

Nelson, além disso, avalia que a cada aumento sustentado de 0,2 ponto nos juros de longo prazo reduz a folga fiscal em aproximadamente 2 bilhões de libras até o fim do ano fiscal (em 2029), em um contexto no qual a libra esterlina se desvalorizou e sua correlação com os Gilts voltou a falhar. "A falta de disciplina fiscal e preocupações crescentes sobre a estabilidade política britânica devem tornar episódios como esse mais frequentes."

Risco cibernético Centenas de milhões de reais foram roubados de contas mantidas por bancos no BC

Ataque hacker assusta setor financeiro

Álvaro Campos, Laís Godinho, Tiago Angelo, Gabriel Shinohara e Daniela Braun
De São Paulo e Brasília

O sistema financeiro brasileiro viveu nesta semana um dos maiores ataques hackers da história. Criminosos exploraram uma vulnerabilidade da C&M Software, empresa que presta serviços para o setor e se conecta com a infraestrutura do Pix, e roubaram centenas de milhões de reais. Os volumes exatos não são claros, mas especialistas dizem que o caso deve levar o setor a rever suas política de risco e reforçar a segurança.

Na noite de terça-feira começaram a circular rumores no mercado sobre o ataque, que foi confirmado pela C&M e, posteriormente, pelo Banco Central (BC), nesta quarta-feira. Os criminosos teriam acessado contas reservas mantidas por cinco ou seis instituições financeiras junto ao BC, conseguindo desviar pelo menos R$ 400 milhões, segundo revelado por uma delas. Boa parte do dinheiro foi convertido em criptoativos, e estimativas das principais casas do setor apontam para um volume maior, de cerca de R$ 570 milhões. Na indústria, há quem fale em valores de R$ 800 milhões ou até R$ 1 bilhão, embora não haja comprovação.

A C&M foi fundada em 1999 por Orli Machado e é responsável pela mensageria que interliga instituições financeiras ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), incluindo o ambiente de liquidação do Pix. Ela atua como Provedor de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI), conectando instituições financeiras ao BC, por meio de uma conexão com a Rede do Sistema Financeiro Nacional (RFSN).

Procurada, a C&M disse que colabora ativamente com as autoridades competentes nas investigações em andamento. "A empresa é vítima direta da ação criminosa, que incluiu o uso indevido de credenciais de clientes para tentar acessar de forma fraudulenta seus sistemas e serviços. Por orientação jurídica e em respeito ao sigilo das apurações, a C&M não comentará detalhes do processo, mas reforça que todos os seus sistemas críticos seguem íntegros e operacionais e que as medidas previstas nos protocolos de segurança foram integralmente executadas."

Fontes do setor afirmaram que a C&M foi imediatamente desconectada do ambiente do BC e as autoridades já começaram a realizar uma investigação sobre o ocorrido, incluindo reuniões com os envolvidos. Com essa desconexão da provedora, instituições financeiras que dependem da C&M para ofertar Pix aos seus clientes ficaram sem esse serviço.

Procurado, o BC informou apenas que "a C&M Software, prestadora de serviços de tecnologia para instituições provedoras de contas transacionais que não possuem meios de conexão própria, comunicou ataque à sua infraestrutura tecnológica. O BC determinou à C&M o desligamento do acesso das instituições às infraestruturas por ela operadas". A autoridade não respondeu nenhum tipo de questionamento sobre os volumes afetados, potenciais vulnerabilidades do sistema Pix ou eventuais punições às instituições envolvidas.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, disse ao **Valor** que um inquérito seria aberto prontamente. "Estamos em contato com as empresas. Vamos investigar. Há notícia-crime em verificação. O inquérito deve ser instaurado ainda hoje [ontem]."

> "Caso força uma reavaliação da gestão de risco de terceiros"
> *Kleber Carriello*


Coelho: sistema segue robusto

Há relatos no setor que os primeiros indícios de problemas surgiram já na segunda-feira. "Quando a gente é assaltado, passa o primeiro momento tentando entender o que aconteceu. Mesmo os envolvidos ainda não tinham uma visibilidade clara do que tinha ocorrido", comenta um interlocutor. Seja como for, participantes da indústria questionaram a segurança dos sistemas do BC. "Todos os bancos são obrigados a ter travas de volumetria, e o BC em si não tem. Como conseguem desviar pelo menos R$ 400 milhões e o sistema do BC não detectar risco de fraude?", questiona uma fonte.

Uma pequena fração do dinheiro desviado teria sido recuperada pelas instituições afetadas, via o MED, mecanismo especial de devolução do Pix. O BC está trabalhando no MED 2.0, que permite rastrear os recursos roubados até mais camadas, já que os criminosos vão transferindo de um banco para o outro, mas isso ainda não está em vigor.

Para Kleber Carriello, engenheiro consultor sênior na Netscout Brasil, o ataque representa um ponto de inflexão para o setor financeiro. "Ele força uma reavaliação urgente das políticas de Gestão de Risco de Terceiros (TPRM), da segurança do modelo de Banking as a Service (BaaS) e da eficácia dos controles contra a lavagem de dinheiro na intersecção entre o sistema financeiro tradicional e os canais de criptoativos."

Na visão de Alexander Coelho, sócio do Godke Advogados, embora o incidente acenda um alerta, não "coloca em xeque" a robustez do sistema. "O SPB e o Pix possuem múltiplas camadas de segurança. O que falhou foi uma ponte específica usada por alguns bancos." Segundo ele, a responsabilidade recai primeiro sobre a integradora, por falhas na segurança. As instituições financeiras podem responder se forem constatadas negligências na seleção, contratação e fiscalização da integradora. "As empresas que venderam os criptoativos a esses criminosos, sem cumprir diligências mínimas de KYC/AML [conheça seu cliente e combate à lavagem de dinheiro], podem ser responsabilizadas civil e penalmente", acrescenta o advogado Victor Jorge, sócio do Jorge Advogados.

Entre as instituições afetadas, a BMP disse que nenhum cliente foi impactado ou teve seus recursos acessados. "No caso da BMP, o ataque envolveu exclusivamente recursos depositados em sua conta reserva no BC. A instituição já adotou todas as medidas operacionais e legais cabíveis e conta com colaterais suficientes para cobrir integralmente o valor impactado, sem prejuízo a sua operação".

Já a credsystem disse que "o impacto direto nas operações se restringe apenas ao serviço de Pix, que está temporariamente fora do ar". O Banco Paulista foi na mesma linha. "A falha foi externa, não comprometeu dados sensíveis nem gerou movimentações indevidas." Outra três instituições cujos nomes circularam nos rumores de mercado não confirmaram que tenham sido alvo de qualquer tentativa.

Mercado 'cripto' recebe fluxos atípicos em paralelo

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O mercado de criptomoedas identificou fluxos anormais, principalmente para "stablecoins" atreladas ao dólar, no dia 30, quando houve o ataque à C&M Software. Um representante de uma plataforma que não quis se identificar afirmou que cinco das principais corretoras tiveram volumes de negociação do par real/USDT (stablecoin tether) mais de 100% acima da média diária de junho naquele dia.

Para especialistas, não é possível afirmar que toda a demanda adicional viria do movimento dos hackers de tentarem enviar dinheiro para criptomoedas, até mesmo por ser fechamento de mês e semestre. No entanto, empresários do setor admitem que detectaram movimentações suspeitas.

Rocelo Lopes, CEO da SmartPay, conta que começou a perceber movimentações atípicas às 00h18 do dia 30. "Veio muito dinheiro de contas criadas de madrugada, algumas recebendo R$ 100 mil na primeira transação", diz. De acordo com ele, todas as transações identificadas como suspeitas foram bloqueadas antes da conversão do real para USDT e os valores foram devolvidos às instituições financeiras de origem.

Segundo Lopes, o caminho do dinheiro neste tipo de caso costuma ser de contas de laranjas para mesas do mercado balcão (OTC) e depois para corretoras de criptomoedas. A identificação dos volumes suspeitos se deu ao constatar que não havia nenhuma movimentação de cotação de preço que justificasse um pico tão grande de transações, como normalmente ocorre. O empresário disse que chegou a receber uma transação de R$ 6 milhões às 6h no dia 30.

A Binance, a maior do setor, informou que trabalha em constante colaboração com autoridades internacionais e locais no combate a crimes cibernéticos e financeiros, incluindo o monitoramento preventivo de contas suspeitas e atividades fraudulentas.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
[illegible]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
[illegible]

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
[illegible]

UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
AVISO DE LICITAÇÃO
[illegible]

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO
[illegible]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP – PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO – RETIFICAÇÃO
[illegible]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
[illegible]

CLARO S.A.
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 04 de Junho de 2025
[illegible]

FMIC HOLDING BRASIL LTDA.
4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO
[illegible]

Acionista	Nº de Ações	Proporção (%)
Factory Mutual Insurance Company	[illegible]	[illegible]
FMIC Holdings, Inc.	1.000	0,001 %
Total	100.000.000	100%

[illegible]

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.
Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 02/07/25

[illegible]

Crédito

Taxas - em % no período

[illegible]

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

[illegible]

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

[illegible]

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 27/06/25

[illegible]

Custo do dinheiro

Em % no período

[illegible]

Mercado futuro

Em 02/07/25

[illegible]

Indicadores do mercado

Em 02/07/25

[illegible]

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

[illegible]

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

[illegible]

ADR - Índices

Em 02/07/25

[illegible]

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

[illegible]

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 02/07/25

[illegible]

Melhores e Piores do Ibovespa

Desempenho das ações em 02/07/25

[illegible]

Reservas internacionais

Liquidez internacional *, em US$ milhões

[illegible]

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

[illegible]

Câmbio

Em 02/07/25

[illegible]

Bolsas de valores internacionais

[illegible]

Valor ECONÔMICO 25 ANOS | 100 ANOS DE GLOBO

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Eufrázio

Valor PRO

Velocidade e precisão para quem decide.



No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.



Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Acesse www.valorpro.com.br e conheça.

Investimentos Formatos sob medida para diferentes perfis são estratégia para atrair público

Com captação difícil, fundo imobiliário lança subclasse



Possenti, da Fator, diz que FIIs 'cetipados' com subclasses destravaram a demanda: "É preciso ter mais ingredientes atualmente para atrair o investidor"

Liane Thedim
De Rio

Diante dos altos juros e da forte concorrência da renda fixa, gestores de fundos imobiliários (FIIs) estão buscando novas estruturas para conseguir captar recursos. A mais recente é a criação de FIIs com subclasses, que permitem oferecer condições diferentes para cada público, conforme o perfil. A Paladin, em parceria com a Hedge, e a Fator Gestão estão entre os que desenvolveram produtos com esse formato, enquanto Tivio e JGP planejam ofertas. A JiveMauá, que já tem um fundo com subclasses, também voltará a apostar nesse modelo em novas operações.

"A queda das cotas deu origem a uma onda de FIIs com cara de renda fixa e que servem como substitutos das LCIs [letras de crédito imobiliário, emitidas pelos bancos e cujo prazo mínimo caiu em maio de nove para seis meses]", diz André Freitas, sócio-fundador da Hedge. Thiago Lima, gestor de imobiliário da JGP, explica que as subclasses permitem estruturas mais sofisticadas. "Elas conseguem criar instrumentos que se tornam quase uma renda fixa para o investidor que quer correr menos risco e para o de longo prazo, que busca ganho adicional."

Rodrigo Possenti, responsável pela área de FIIs da Fator Gestão, do banco Fator, diz que as ofertas subsequentes de fundos já existentes, conhecidas como "follow-ons", não estão em momento propício porque as cotas estão com valor abaixo do patrimonial. Ao mesmo tempo, diz, ofertas de novos fundos no modelo tradicional chamam pouco a atenção. "O investidor questiona se vale se arriscar em um novo fundo se há vários com bom histórico em negociação no mercado. Por isso é preciso ter mais ingredientes."

Ao mesmo tempo, prossegue ele, os fundo negociados no ambiente de balcão, conhecidos como "cetipados", ou seja, que não estão no pregão da B3, cresceram bastante nos dois últimos anos, mas têm problemas de liquidez — assim, quem quer se desfazer do investimento terá a intermediação da XP na busca por um comprador com preço de venda e taxas que dependem do momento de mercado e da demanda.

No caso dos listados na B3, a venda é feita no pregão, pela cotação do momento exibida na tela. "O ambiente de balcão resolveu o problema da volatilidade, mas tem a questão da liquidez. Por isso o mercado evoluiu para esse caminho do 'cetipado' com estrutura de subordinação, o que destravou a demanda."

As subclasses em fundos de investimento foram permitidas pela Resolução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 2023. Até pouco tempo, eram uma estrutura muito usada pelos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), nos quais a subclasse subordinada rende bem mais, porém arca com eventuais casos de inadimplência, para garantir o rendimento da classe sênior. A resolução, inclusive, determina que somente a sênior pode ser oferecida ao investidor de varejo.

A primeira a usar o sistema para investidores em geral em FIIs foi a JiveMauá, em bem-sucedida oferta em janeiro, em meio a um dos piores momentos da classe. A gestora levantou R$ 1,2 bilhão para um fundo de galpões logísticos. A cota sênior, voltada ao varejo, tem garantida remuneração de IPCA mais 9% ao ano e prazo determinado de cinco anos. A subordinada, por sua vez, ficou com investidores institucionais, com tempo indeterminado e uma rentabilidade que pode chegar a 30% ao ano, no momento da venda dos ativos.

> "A queda das cotas deu origem a uma onda de FIIs com cara de renda fixa e que servem como substitutos das LCIs"
> *André Freitas*

"Conseguimos dividir apetite, rentabilidade e risco para classes diferentes de investidores. Você consegue oferecer para o público em geral em uma rentabilidade pré-definida. Já o investidor subordinado, que está tomando mais risco e enfrenta mais volatilidade, sabe tem um potencial de ganho grande", avalia Brunno Bagnariolli, sócio e diretor de investimentos da estratégia de imobiliário da JiveMauá. "A segmentação foi o grande diferencial para o sucesso da oferta." Segundo ele, a JiveMauá desde então já formatou quatro no mesmo modelo. "Vamos replicar essa receita, que funcionou muito bem."

A Fator planeja a oferta, em breve, de um fundo cetipado com subclasses. O retorno da classe sênior será de IPCA mais 7,5% ou o retorno da NTN-B, o que for menor. O que superar esse objetivo vai para a classe subordinada, que estará toda nas mãos do banco Fator. A expectativa é captar R$ 100 milhões, diz Possenti.

Ele explica que as subordinadas têm perfil sob medida para institucionais ou profissionais. A Fator tem hoje cinco fundos listados, num total de R$ 3,5 bilhões de patrimônio líquido, sendo R$ 2,2 bilhões em FIIs concentrados em recebíveis do setor. Também está planejado um fundo de desenvolvimento residencial até o fim do ano, com subclasses.

A Paladin Realty Partners, por sua vez, fez parceria com a Hedge Investments para lançar um fundo de desenvolvimento residencial estruturado em cotas sênior e subordinada, destinado a investidores qualificados e com prazo de seis anos. O objetivo é captar 75% do capital na cota sênior, que oferece um dividendo preferencial de IPCA mais 10%.

De acordo com o material publicitário, a sênior pode alcançar retorno de IPCA mais 14%, enquanto a subordinada pode chegar a IPCA mais 27%. Hedge e Paladin estarão na subordinada, mas uma parte dessas cotas poderá ser comprada pelo mercado. Serão R$ 180 milhões, sendo R$ 45 milhões em subordinadas e R$ 135 milhões em seniores. A oferta está aberta até este mês.

Felipe Freitas, diretor de distribuição da Hedge, comenta que a gestora já tem um FII com prazo de cinco anos e subclasses, sendo a subordinada integralmente subscrita pela própria asset e a sênior com retorno de IPCA mais 7%.

Adriano Mantesso, responsável pela área imobiliária da Tivio Capital, joint-venture de Bradesco e Banco BV, explica que, para o cotista, estar sujeito a uma saída pela cotação do momento na bolsa é um ponto negativo do ponto de vista do investidor. Ele comenta que levantamento da gestora mostrou que 80% das aplicações dos brasileiros estão em renda fixa, sendo 70% com liquidez diária. Por isso a gestora planeja lançar ainda neste ano um FII com a estrutura de subclasses. "Quem quer mais rendimento se posiciona na subordinada sabendo o risco que está tomando." A gestora tem seis fundos listados com R$ 4 bilhões de patrimônio líquido e mais R$ 4 bilhões em fundos exclusivos.

Previdência aberta tem queda de 63% nos aportes

Adriana Cotias
De São Paulo

A previdência complementar aberta teve uma captação líquida de R$ 2,2 bilhões em maio, um recuo de 51,8% no mês, com os ingressos no ano alcançando R$ 9,4 bilhões, queda de 63,4%. Houve uma baixa na captação bruta (8,5%, para R$ 73,5 bilhões) e aumento dos resgates (17,4%, a R$ 64,1 bilhões), segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

O setor chegou a maio com um patrimônio de R$ 1,7 trilhão, crescimento de 13% em 12 meses, muito pela valorização dos ativos nas carteiras dos fundos que acolhem as reservas da previdência no período.

O plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), alvo do governo para taxação dos ingressos mais vultosos com 5% de imposto sobre operações financeiras (IOF) já no aporte, representou 92,2% da arrecadação acumulada desde janeiro, ou R$ 67,8 bilhões. Já os contratos do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), normalmente usados por trabalhadores formais e que fazem a declaração de imposto anual completa, receberam 6,3% do total, ou R$ 4,6 bilhões.

Quando as discussões em torno do aumento do IOF no VGBL e em outras transações e aplicações financeiras entraram na pauta do Executivo, na virada de maio para junho, o presidente da Fenaprevi, Edson Franco, previu uma perda anual de R$ 50 bilhões na arrecadação do setor se a proposta não for enterrada. A Câmara derrubou o decreto presidencial, e agora o governo ensaia uma briga jurídica recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Pelos dados dos fundos de previdência, que acolhem as reservas do setor, em junho, até o dia 27, as saídas líquidas eram de R$ 6,5 bilhões, segundo a Anbima, já com efeito da paralisação do setor em meio as discussões sobre o IOF. No acumulado do ano, o saldo entre captações e resgates era negativo em R$ 10,7 bilhões.

O relatório da Fenaprevi mostra que ao fim de maio, mais de 11 milhões de indivíduos tinham plano de previdência aberta, o equivalente a 7% da população adulta. Esses indivíduos são detentores de, aproximadamente, 14 milhões de planos dos quais somente 78 mil estão na fase de recebimento, "deixando claro o quanto é jovem o setor, e como a acumulação de recursos ainda está na etapa inicial", destaca a entidade em nota.

O VGBL é a modalidade mais escolhida por quem busca constituir uma reserva para a aposentadoria ou faz outros planejamentos de longo prazo, com 63% do total, com 8,5 milhões de planos ativos, enquanto a opção de 3,1 milhões de participantes é o PGBL, ou 23% do total. Outros 15% são os tradicionais, com 2 milhões de planos.

Influenciadores apregoam produtos financeiros

Palavra do Consultor



Marcelo d'Agosto

Popularidade, engajamento e autoridade são alguns dos principais atributos dos influenciadores financeiros mais prestigiados.

A popularidade é dada pelo número de seguidores que o influenciador tem nas diversas redes sociais que administra. Já o engajamento é a média de interações que consegue, incluindo curtidas, visualizações, comentários, reações e compartilhamentos de suas publicações.

Por fim, a autoridade é proporcional ao número de conexões com outros influenciadores. Um influenciador tem mais autoridade se seus posts e comentários são compartilhados e discutidos por seus pares.

De acordo com a última edição do "Raio X do Investidor Brasileiro", um estudo feito pela Anbima, associação de empresas que atuam no mercado financeiro, e pelo Datafolha, instituto de pesquisas, apontou que 7% dos investidores buscam informações sobre produtos financeiros por meio de influenciadores. Esse grupo não existia nas primeiras edições do estudo.

Nas pesquisas anteriores, feitas entre os anos de 2017 até 2020, 41% das pessoas responderam que se informavam sobre produtos financeiros por meio do contato pessoal com os gerentes e os assessores de investimento. Depois da pandemia, o percentual de investidores que se reuniam presencialmente para discutir as aplicações caiu pela metade.

Houve uma recuperação nos anos seguintes, mas o último estudo apontou que apenas 26% dos investidores dizem que buscam informações pessoalmente com os profissionais financeiros. A era do cafezinho com o gerente ficou para trás.

A digitalização das informações, especialmente por meio de vídeos, parece ser uma tendência captada pela pesquisa. Que também está em linha com a queda da quantidade de pessoas que dizem buscar orientações com amigos e parentes.

Nas primeiras edições da pesquisa, um terço das pessoas dizia que procurava conhecidos próximos para conversar sobre investimentos. O percentual caiu para 20% depois da pandemia, continuou em baixa nos anos seguintes e hoje está em apenas 16%.

Uma interpretação para esses dados é que o investidor tem dado mais ênfase aos produtos financeiros do que às estratégias de investimento. Afinal, parece mais fácil entender os pontos positivos e negativos de um determinado fundo imobiliário, por exemplo, assistindo ao vídeo de um influenciador do que tendo uma conversa com um profissional mais generalista. Ou perguntando para um amigo.

O influenciador pode se debruçar sobre determinado produto e fazer uma postagem com as principais explicações sobre o investimento de forma didática e visualmente atrativa. E numa linguagem mais livre e com menos limitações do que aquela usada por um profissional do mercado financeiro.

No caso de um fundo de investimento, por exemplo, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) proíbem mencionar uma garantia de rentabilidade. Já nos prospectos de emissão de debêntures é preciso deixar evidenciado os diversos tipos de risco da emissão.

Muitas vezes, a falta de conhecimento dos meandros do mercado financeiro atua a favor dos influenciadores. O risco, no entanto, é ultrapassar os limites legais na apresentação dos produtos.

As instituições financeiras, por sua vez, enxergaram o potencial desse novo segmento. Ao longo do tempo, diversos influenciadores passaram a ser patrocinados ou contratados para promover determinadas ações comerciais.

No ambiente mais desregulamentado das redes sociais é fácil misturar análises independentes com recomendações que têm um viés comercial. Para tentar ordenar o crescimento da quantidade de comentários sobre produtos financeiros, a Anbima passou a acompanhar a atuação desses profissionais das redes sociais.

Uma das ações foi a criação de um manual de melhores práticas. A ideia é dar orientações para evitar os potenciais conflitos de interesses que podem surgir a partir das recomendações.

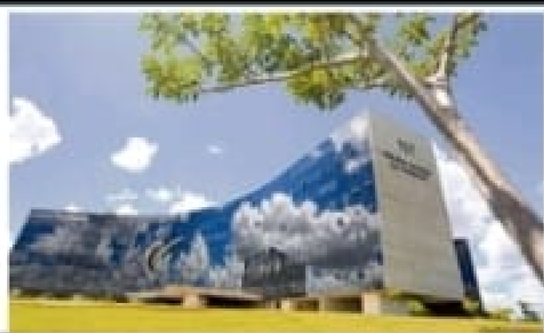
De concreto, para os investidores, a sinalização é que existe uma corrida para oferecer quantidade cada vez maior de produtos financeiros. E a explicação sobre as características dessas diversas modalidades tende a ficar cada vez mais simplificada.

O ponto negativo é que a ênfase no produto pode turvar a estratégia de investimento de longo prazo. Afinal, o influenciador pode ser muito eficiente na promoção de um determinado tipo de investimento, mas para uma orientação estratégica é fundamental a relação entre o profissional financeiro e o investidor, e as suas necessidades específicas.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

TST
Drogaria indenizará balconista demitida por usar senha de supervisora
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Crise do IOF: debate que extrapola a extrafiscalidade
E2

Fio da Meada
Crise do IOF: debate extrapola a extrafiscalidade
valor.globo.com/legislacao



Tributário Decisão do TRF-3 é a primeira a declarar que a União não comprovou o alcance do teto fiscal para o programa em março

Justiça estende prazo para empresa utilizar benefício fiscal do Perse

Marcela Villar
De São Paulo

Uma nova decisão da Justiça Federal de São Paulo manteve uma empresa do segmento de hotelaria no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) até o fim de maio deste ano. O entendimento garante mais dois meses de alíquota zero de Imposto e Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins. A Receita Federal determinou que o programa acabou em março, com o atingimento do teto de R$ 15 bilhões de renúncia fiscal.

Essa é a primeira decisão de segunda instância, segundo tributaristas, a declarar que a União não comprovou o alcance do limite orçamentário no mês de março. A desembargadora relatora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Monica Nobre, considerou que a Receita só tornou pública, em maio, a explicação sobre o total gasto com o programa.

O Perse foi criado pela Lei nº 14.148/2021 para ajudar empresas de eventos e turismo após a crise gerada pela pandemia da covid-19. Ele zerou as alíquotas de tributos federais até março de 2027. Mas o Poder Executivo foi restringindo sua aplicabilidade, dizem especialistas.

A alteração mais recente veio com a Lei nº 14.589, de 2024. A norma impôs um fim aos incentivos fiscais quando o teto de R$ 15 bilhões fosse atingido. Em março deste ano, a Receita informou, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 2, que esse limite foi alcançado. No relatório, o órgão diz que foi usado 85,6% desse montante até fevereiro de 2025 — o equivalente a uma renúncia fiscal de R$ 12,8 bilhões.

Para contribuintes, o governo não havia comprovado que o teto foi alcançado. Isso é inclusive questionado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em ação direta de inconstitucionalidade a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para a entidade, o Perse deve durar, ao menos, até o ano de 2026 (ADI 7817).

Na decisão do TRF-3, a relatora entendeu que a extinção do Perse deve ocorrer a partir de 1º de junho, pois é o mês seguinte após a comprovação de que o teto foi atingido. A demonstração veio a partir de um relatório do Fisco feito com dados extraídos em 21 de maio, do Painel da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades.

"Ainda que a União tenha comprovado que em março de 2025 atingiu R$ 15 bilhões, a informação somente se tornou pública em 21 de maio de 2025", diz. Como a legislação prevê que ele será extinto no mês seguinte à demonstração de que o teto foi atingido, "o benefício deverá ser cessado a partir de 1º de junho de 2025", disse (processo nº 5012051-59.2025.4.03.0000).

Na resposta a um pedido feito pelo **Valor** à Receita sobre o assunto, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o Fisco disse que isso foi demonstrado no Congresso Nacional, em audiência pública feita em 12 março de 2025. Naquela data, foram extraídos dados do mesmo mês, "com valores efetivamente declarados para as competências abril/2024 a janeiro/2025 e valores fruídos, porém ainda não completamente declarados, relativos às competências fevereiro/2025 e março/2025".

A Receita reconhece que "existem decisões judiciais nos mais variados estágios de defesa que sentenciam contra a RFB no sentido de garantir a fruição do benefício tributário. Algumas, inclusive, pelos meses vindouros". Porém, afirma que não há como estimar o impacto dessas decisões nas contas públicas. "Mas, sem sombra de dúvidas, haverá aumento do gasto tributário para além dos montantes apresentados, caso sejam mantidas".

A resposta foi dada pela Delegacia da Receita Federal em Sorocaba/SP, gestora das equipes nacionais de benefícios fiscais.

A magistrada do TRF-3, contudo, não acolheu a principal tese do contribuinte, de que o Perse é equiparável à isenção tributária. Na prática, isso permitiria a aplicação da Súmula 544 do STF e artigo 178 do Código Tributário Nacional (CTN), no sentido de que a alíquota zero do programa não poderia ser livremente suprimida, nem por outra lei.

A desembargadora Monica Nobre também ponderou que a revogação do Perse não viola os princípios da confiança e da segurança jurídica. "Considerando que a condição estava prevista na referida lei, publicada em maio de 2024, e todos tinham ciência do limite orçamentário estabelecido, não verifico afronta".

A tributarista Larissa Di Stefano, coordenadora de contencioso tributário do VBD Advogados, que atuou no caso, diz que vai recorrer para tentar manter a empresa no benefício até o ano de 2027. "Mas a decisão é um fôlego para a empresa, porque a União informou que foi atingido o teto de R$ 15 bilhões sem fazer a comprovação", afirma.

Larissa reforça que o contribuinte se planejou para não pagar impostos em 2025, deixando de optar pelo Simples Nacional para usufruir do Perse. "A revogação repentina foi um baque e, agora, ela nem consegue fazer a opção pelo Simples porque passou o prazo. Mas os dois meses deram fôlego para administrar as contas", diz.

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que empresas do Simples, que têm faturamento de até R$ 4 milhões, não podem fazer parte do Perse. A Corte também determinou a necessidade de inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Essas foram as teses julgadas pelos ministros sobre o programa até então.

Para Alessandro Ragazzi, do Ragazzi Advocacia, a decisão do TRF-3 destoa da maioria dos tribunais, que têm reconhecido a anterioridade. "É uma vitória técnica, mas ainda distante da solução ideal para os contribuintes que esperam o cumprimento integral da promessa de alíquota zero por 60 meses, como previsto na Lei do Perse", diz o tributarista.

Ragazzi obteve, em junho, sentença favorável na 11ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte para manter associados da União Brasileira de Feiras e Eventos de Negócios (Ubrafe) no programa. Ele tem cerca de 50 casos sobre a matéria e em seis deles houve decisão a favor da empresa (processo nº 6019200-54.2025.4.06.3800).

"Vamos recorrer para tentar manter a empresa no Perse até o ano de 2027"
Larissa Di Stefano

Divulgação



Larissa Raquel Di Stefano: Vamos tentar manter a empresa no Perse até 2027

O diretor da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) de São Paulo, Percival Maricato, diz que as decisões favoráveis às empresas para mantê-las no Perse são minoria. "A esperança fica para o STJ, onde poderá ser decidido se algumas das teses que defendem o benefício serão procedentes", diz. No Brasil, cerca de 25% dos bares e restaurantes ainda estão no negativo, completa ele.

Na visão de Maricato, os incentivos fiscais do programa deveriam ser revisitados pela Receita, para verificar quais contribuintes do setor de fato sofreram prejuízos durante a pandemia . "Precisaria ser feita uma verificação mais precisa de quem foi beneficiado indevidamente e fazer a redistribuição do benefício", defende Maricato, citando companhias de aluguel de imóveis e entrega de comida.

Segundo o diretor, a legislação não pode ser revogada. "Não pode haver surpresa para o empresário que se previne e, de repente, o planejamento vai para o espaço porque aparece uma legislação que interrompe ou altera o previsto".

Em nota, a CNC disse que entrou com a ação no STF "a fim de evitar a abrupta extinção do Perse" e que "segue na luta para obter uma liminar favorável". Destaca ainda que informará sobre a decisão do TRF-3 aos ministros, "como elemento adicional do processo".

Também em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) disse "ser plenamente legal o encerramento do Perse pelo atingimento do custo total de R$ 15 bilhões, por decorrer de previsão expressa contida no artigo 4º-A da Lei nº 14.148/2021, incluído pela Lei nº 14.859/2024". E que a jurisprudência majoritária sobre o fim do programa é favorável à União. "Diante de liminares desfavoráveis, a Fazenda informa que irá interpor os recursos cabíveis e confia na reversão das decisões judiciais", disse.

STJ retoma julgamento sobre parcelamento especial

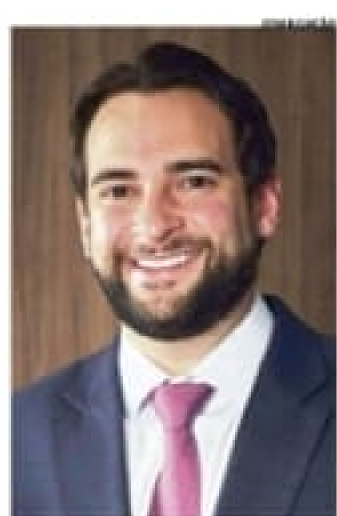
Luiza Calegari
De São Paulo

Pouco antes do recesso do Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou o julgamento sobre o prazo para apresentação de documentação para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), um parcelamento especial para dívidas tributárias vencidas até 30 de abril de 2017. O julgamento da 2ª Turma da Corte interessa às empresas que perderam este prazo e, por causa disso, não usaram os benefícios do programa.

Ao votar, o relator, ministro Francisco Falcão mencionou que a repercussão do julgamento poderia chegar a R$ 18 bilhões, que foi o total do montante arrecadado pelo Pert na época. Mas, após dois votos a favor do Fisco e um do contribuinte, um pedido de vista suspendeu o julgamento. Faltam dois votos.

O caso concreto envolve a distribuidora de energia EDP São Paulo, que renegociou R$ 18 milhões em dívidas de PIS e Cofins, em 2018, por meio do Pert. O programa foi criado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para oferecer parcelamento especial para pessoas físicas e jurídicas com dívidas com a própria PGFN ou com a Receita Federal (Lei nº 13.496/2017).

Divulgação



"Não tem como cumprir um prazo que já veio descumprido"
Pedro Siqueira

A EDP aderiu ao programa, mas perdeu o prazo para apresentar as Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs). Isso ocorreu, segundo a empresa, porque a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.855, publicada no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2018, instituiu como prazo final de apresentação desses documentos o dia 7 de dezembro de 2018 — ou seja, antes mesmo da própria publicação da norma.

A empresa pediu à Justiça que obrigasse a PGFN a analisar novamente o requerimento administrativo de revisão da consolidação do Pert, mas o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) negou. A EDP, então, levou o caso ao STJ (REsp 2084830).

Na 2ª Turma, o relator, ministro Francisco Falcão, votou contra o pedido da empresa. Segundo Falcão, a Instrução Normativa 1855 "não impôs nova condição para o parcelamento, tampouco limitou direitos".

O ministro afirmou que o pedido da EDP seria razoável se as declarações tivessem sido apresentadas entre o dia 7 de dezembro (prazo final determinado pela norma) e o dia 10 (data em que ela foi publicada), mas os documentos só foram protocolados no dia 14. Ele foi acompanhado pela ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Já para o ministro Afrânio Vilela, a decisão de segunda instância não enfrentou todos os argumentos trazidos no processo que poderiam influenciar na decisão final. Ele destacou que não foram analisadas as possíveis violações ao Código Tributário Nacional (CTN), do Decreto 4.657, do artigo 8º do Código de Processo Civil (CPC) e ao artigo 1º da lei que instituiu o Pert (Lei 13.496).

Vilela ressaltou também que, embora concorde com a fundamentação de Falcão de que o Judiciário não deve afrontar a autonomia da autoridade tributária, a previsão trazida pela Instrução Normativa da Receita teria afrontado o CTN (artigos 100 e 106).

Além disso, segundo ele, só pode retroagir a norma que beneficie o contribuinte, mas essa criava obrigação. "O artigo 11 da IN 1.855, publicada no DOU em 10 de dezembro de 2018, ao criar a exigência de transmissão de documentos originais ou retificadores, até 7 de dezembro de 2018, ou seja, até três dias antes do seu nascimento para o mundo jurídico, atenta contra todas as legislações que foram mencionadas", afirmou Vilela. Após o voto, o ministro Teodoro Silva Santos pediu vista do processo.

Para tributaristas, a linha de raciocínio apresentada por Afrânio Vilela é a que traz mais segurança e racionalidade. Pedro Siqueira, do Bichara Advogados, defendeu a empresa no processo e afirmou que a questão é bastante simples. "O que a defesa diz é que não tem como cumprir um prazo que já veio descumprido, retroativo", resume.

Siqueira destaca também que a análise do caso parece ter se baseado na possibilidade do impacto econômico bilionário, segundo citou o relator ao votar. Mas ele lembra que a causa em jogo, da EDP São Paulo, trata apenas de R$ 18 milhões, que inclusive estão sendo pagos pela empresa desde 2018.

A EDP Espírito Santo também levou a questão ao Judiciário e obteve decisão favorável, transitada em julgado, no TRF da 2ª Região. Neste processo, a 4ª Turma Especializada entendeu que "o dispositivo em questão criou obrigação não prevista em lei" e "prejudicou o planejamento tributário dos contribuintes que haviam aderido ao programa, criando obrigação nova e de modo que não seria mais possível cumpri-la" (processo nº 5028117-52.2020.4.02.5001).

Fabrício Parzanese, sócio da área tributária do Velloza Advogados, também entende que não é razoável negar o parcelamento de dívidas tributárias por uma questão de data retroativa. "Os programas de negociação de débitos tributários são uma conquista que não pode ser relativizada por excesso de formalismo", opina.

"A negativa vai na contramão do que se tem discutido no âmbito do Direito Tributário, que é o aprimoramento das relações entre o Fisco e o contribuinte. Esse tipo de postura fragiliza a confiança do contribuinte para buscar o Fisco e confessar dívidas buscando a renegociação", afirma Parzanese.

Destaque

Trabalho escravo

A 5ª Vara Federal de Caxias do Sul (RS) condenou três pessoas por manterem trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão. A sentença é do juiz Julio Cesar Souza dos Santos e cabe recurso. O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação judicial, ofereceu a denúncia com base em uma fiscalização realizada por uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho em Condições Análogas às de Escravo, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, ligados ao Ministério da Economia. O GEFM esteve em três propriedades de um dos réus entre fevereiro e março de 2021. Em uma delas, localizada no município de Campestre da Serra (RS), teriam sido encontrados dezoito trabalhadores em condições de trabalho degradantes. Os relatos informam que os homens foram recrutados pela segunda acusada, sendo trazidos de Curitibanos (SC) para trabalharem na colheita e no beneficiamento de alho, desde novembro de 2020. Foram emitidos vinte e um autos de infração por descumprimento às regras trabalhistas, sendo os homens afastados do local. Os réus negaram as acusações. "A conduta observada não se limitou a descumprimentos formais, mas atingiu o núcleo da proteção conferida à pessoa humana", concluiu o magistrado. ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (nº do processo sob sigilo).

Legislação&Tributos SP

Precatórios e a miragem do trânsito em julgado

Opinião Jurídica

Rodrigo R. Buzzi

Nas páginas finais de O Ano da Morte de Ricardo Reis, José Saramago atribui a Fernando Pessoa a seguinte confissão: "Não somos donos do tempo, nem do nosso, quanto mais do alheio. E mesmo assim insistimos em retardar, bloquear, adiar." A frase, proferida por um morto que vagueia entre os vivos, ressoa melancolicamente quando se lê a decisão provisória proferida pelo CNJ, no último dia 5 de junho, que suspende e determina a devolução de precatórios emitidos antes do trânsito em julgado da fase de cumprimento de sentença.

Lembro-me de um professor de processo civil, que trazia à sala de aula a imagem do jurisdicionado que se vê indefinidamente perseguindo a certeza do direito tal como o peregrino, perdido, persegue o oásis no deserto. A miragem é um fenômeno óptico: o viajante sedento vê, ao longe, o que parece ser água, mas, ao se aproximar, percebe que era apenas ilusão provocada pela refração da luz no ar quente. É a promessa de um alívio que jamais se concretiza.

A Constituição não constrói miragens. O que se exige para a expedição de precatório é o trânsito em julgado da sentença exequenda e que a discussão no cumprimento seja meramente contábil. O CPC/2015 também o diz ao prever a formação da coisa julgada progressiva. O STF (Tema 28) e o STJ admitem expedição de precatório para os valores incontroversos.

Ademais, expedir não é pagar. A expedição do precatório cumpre função orçamentária e administrativa. É ato preparatório, não de liberação. A expedição antes do trânsito em julgado, quando não houver efeito suspensivo, não compromete o erário, apenas sinaliza que, se a decisão permanecer firme, haverá pagamento oportuno. Trata-se, em última análise, de um gesto de boa-fé institucional.

Também não há pagamento indevido se o valor estiver bloqueado, pois os valores não são liberados. Inclusive, há economia real para o erário com a expedição do precatório com bloqueio, porque a dívida é atualizada simplesmente pelo IPCA-E, sem juros, e, após o depósito, em havendo bloqueio, pelos índices da poupança.

O problema é antigo, mas o remédio já está prescrito. Desde 2019, o CNJ prevê, em sua Resolução nº 303, que, havendo motivo justo e documentado, o pagamento do precatório pode ser suspenso, sem que ele seja retirado da ordem cronológica. O valor deve ser provisionado e os subsequentes, pagos normalmente. É uma solução elegante: preserva-se a posição do credor, respeita-se a dúvida do devedor, e os demais não são arrastados pelo atraso. Aliás, não há quebra da ordem cronológica, ao contrário, porque o credor não fica preterido por quem chegou depois à jurisdição.

No cenário atual, multiplicam-se os casos em que, mesmo após o cumprimento de sentença e a expedição do ofício requisitório, o pagamento é sustado por ato administrativo ou despacho singelo, porque há impugnação pendente, recurso sem efeito suspensivo ou, pior, simples petição da Advocacia Pública alertando para um "risco de dano ao erário", mesmo após o trânsito em julgado do cumprimento de sentença. Então, nada se paga, mesmo quando se trata de mero cálculo aritmético, facilmente contestável. O precatório se converte num fantasma contábil.

A administração pública tem todo o direito de impugnar, recorrer e questionar valores. O que não pode é, por postura deliberada, impedir que o curso natural do processo avance, inverter o ônus cronológico processo, beneficiar a torpeza estatal e sabotar a eficiência.

Faltam dados confiáveis sobre essa prática. Da rotina forense emerge a impressão de que a Procuradoria tem insistido em distorcer a natureza da execução, transformando-a em novo palco de litigiosidade artificial. Fala-se muito em litigância predatória, mas e quanto à "litigância protelatória"?

Diante disso, seria oportuno, pela ocasião da decisão, que o CNJ aproveitasse a oportunidade para instituir um grupo de trabalho voltado à produção de dados empíricos sobre a atuação da AGU nas execuções contra a Fazenda Pública. Em quantas impugnações houve apenas repetição de teses já vencidas? Em quantas inovou, genericamente, sem correlação com a fase de conhecimento? E, ainda, em quantas se valeu de sucessivos recursos com efeito meramente procrastinatório mesmo após o trânsito em julgado?

A transparência desses dados permitiria, enfim, que se compreendesse a real extensão da litigância protelatória institucional e se desenhassem parâmetros objetivos para coibi-la quando abusiva, viabilizando a expedição de precatórios após o indeferimento das impugnações, ainda que pendente o desfecho formal definitivo.

No fundo, o que se discute não é técnica, mas ideologia cronológica: o compasso do Estado, que espera pela certeza da certeza; e o do credor, já reconhecido como titular do direito. É possível protegê-los ambos.

Saramago sabia que o tempo é a substância da justiça. Por isso, ouçamos o badalar do sino, não para anunciar alguma passagem ou exéquias, mas para lembrar aos vivos que as promessas do Estado, se não cumpridas no tempo devido, são também formas de injustiça.

Rodrigo Rodrigues Buzzi é advogado, consultor jurídico, membro-fundador da Liga Acadêmica de Processo Civil da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Associação Brasiliense de Processo Civil (ABPC).

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

bradesco
LEILÃO SOMENTE ONLINE 18 IMÓVEIS
[illegible]
www.frazaoleiloes.com.br

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

Edital de Reconvocação - Assembleia Geral Extraordinária

[illegible]

São Paulo, 01 de julho de 2025.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

DOTZ S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Abril de 2025

[illegible]

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

FICAM CONVOCADOS OS SENHORES ACIONISTAS DAS COMPANHIAS:

1. SPE COSTA BRANCA ENERGIA S.A. [illegible]
2. SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A. [illegible]
3. SPE JUREMAS ENERGIA S.A. [illegible]
4. SPE MACACOS ENERGIA S.A. [illegible]
5. SPE PEDRA PRETA ENERGIA S.A. [illegible]
6. SPE NAVEGANTES ENERGIA S.A. [illegible]
7. SPE BAIXA VERDE ENERGIA S.A. [illegible]
8. SPE CAJUEIRO ENERGIA S.A. [illegible]
9. SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible]

Campinas, 02 de julho de 2025

[illegible] - Diretor Executivo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos

[illegible]

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

[illegible]

COPA ENERGIA S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29/05/2025

[illegible]

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento

[illegible]

LET'S RENT A CAR S/A

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 (cinco) de junho de 2025

[illegible]

Banco J.P. Morgan S.A.

[illegible]

Valor 25 | 100
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

DESA PCH II ENERGIA S.A.

CNPJ nº 11.055.437/0001-40 - NIRE 35.300.505.255

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Desa PCH II Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem na **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE") a ser realizada no dia 11 de julho de 2025 às 10h00, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Zoom Meetings, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: (i) Eleição de membro da Diretoria Executiva. **Informações Gerais:** 1. Poderão participar da AGE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registradas no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48 horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. 4. As instruções para acesso e participação na AGE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. 5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem acesso à Plataforma Digital, se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. 6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 03 de julho de 2025.

Augusto Cesar Milleo Gregatti - Diretor Executivo

VARGINHA ENERGÉTICA S.A.

CNPJ/MF nº 11.171.562/0001-05 - NIRE nº 35.300.430.964

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Varginha Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem na **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE") a ser realizada no dia 11 de julho de 2025 às 10h15, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Zoom Meetings, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: (i) Eleição de membro da Diretoria Executiva. **Informações Gerais:** 1. Poderão participar da AGE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registradas no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48 horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. 4. As instruções para acesso e participação na AGE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. 5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem acesso à Plataforma Digital, se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. 6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 03 de julho de 2025.

Augusto Cesar Milleo Gregatti - Diretor Executivo



Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - **Pregão Eletrônico nº 90052/2025** - Objeto: Operacionalização do Acordo AMAZON AWS - PRO.00.8403, para fornecimento de produtos e serviços da tecnologia AWS.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 21/07/2025. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Procedimento de manifestação de interesse em Doação nº 003/2025 - Manifestação de interesse da iniciativa privada para realizar doações de bens móveis, novos ou seminovos, em condições adequadas de uso, bem como de serviços, recursos financeiros e/ou direitos para a realização de ações, programas ou projetos de interesse público.

A interessada encaminhará para o e-mail cpprodesp@sp.gov.br a manifestação do seu interesse em doação, nas condições previstas no edital. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ISA Energia Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35.3.0017057-1

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Acionistas da ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("**ISA Energia Brasil**" ou "Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do seu Estatuto Social, reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária** da Companhia, a ser realizada no dia 30 de julho de 2025, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), de modo presencial, assegurando a eficácia da tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas, em sua sede social, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, CEP 04794-000, a fim de deliberar sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração. Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 81/22, informamos que, para a adoção do processo de voto múltiplo, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante para eleição de membros do Conselho de Administração, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48h (quarenta e oito horas) antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail ri@isaenergiabrasil.com.br, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. A Companhia aceitará o voto à distância na realização desta Assembleia Geral Extraordinária. O Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia (https://ri.isaenergiabrasil.com.br/...) e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 30 de junho de 2025

Jorge Andres Carrillo Cardoso

Presidente do Conselho de Administração

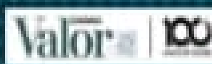
MAPFRE

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 08.007.935/0001-74 - NIRE 35300343212

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de maio de 2025, às 09h00 na sede social da **MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: (i) a alteração do Estatuto Social da Companhia, para a inclusão do Capítulo III - Princípios e Diretrizes Gerais, com os respectivos artigos; (ii) a renumeração dos capítulos e artigos subsequentes do Estatuto Social da Companhia, em razão da inclusão do novo capítulo; (iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, incorporando as alterações. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) Aprovar** a inclusão do Capítulo III - Princípios e Diretrizes Gerais, ao Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação: **CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS. Seção I - O Grupo MAPFRE: Artigo 7** - A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma entidade pertencente a um grupo empresarial internacional, global e independente, cuja sociedade matriz é a MAPFRE S.A. (o "Grupo"). **Artigo 8** - A estrutura de governança do Grupo é regida por princípios que diferenciam adequadamente, por um lado, as funções de definição estratégica, supervisão, organização e coordenação que competem à MAPFRE S.A. em sua condição de holding de primeiro nível e que, no caso das três últimas funções, são reforçadas em determinados países, regiões, territórios e negócios, por meio das sociedades holding de diferentes níveis; e, por outro lado, as funções de direção ordinária, gestão efetiva e controle dos negócios que competem às sociedades locais dos negócios. **Artigo 9** - A MAPFRE Brasil Participações S.A., como entidade holding controladora no Brasil, é responsável pela direção ordinária, pela gestão efetiva e pelo controle do negócio em outras sociedades nacionais, nas quais tenha participação direta ou indireta, de acordo com as diretrizes gerais e estratégicas estabelecidas pela MAPFRE S.A. **Artigo 10** - Todas as empresas do Grupo, incluindo a MAPFRE Brasil Participações S.A. e as sociedades das quais participa direta ou indiretamente, adotam os Princípios Institucionais e Empresariais do Grupo MAPFRE, materializados em um Propósito, uma Visão e Valores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. como entidade matriz do Grupo, bem como os princípios constantes no Código de Ética e Conduta. Esses princípios também serão aplicáveis, na medida do possível considerando os pactos de acionistas correspondentes, às diferentes alianças e sociedades compartilhadas desenvolvidas pelo Grupo. **Seção II - Propósito, Visão e Valores. Artigo 11** - A MAPFRE Brasil Participações S.A. e as sociedades nacionais das quais participa direta ou indiretamente, desenvolvem suas atividades em consonância com um Propósito, uma Visão e Valores, estabelecidos nos Princípios Institucionais e Empresariais do Grupo MAPFRE e aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. como entidade matriz do Grupo. **Artigo 12** - O Propósito, a Visão e os Valores formam a base da identidade corporativa do Grupo, definindo sua essência e diferenciação de outras organizações, permitindo transmitir confiança, gerar comprometimento e desenvolver valor sustentável no longo prazo, compartilhado com seus grupos de interesse: (i) O Propósito corporativo reflete a razão de ser aspiracional da Sociedade e do Grupo, ao reunir os compromissos fundamentais da organização e sua contribuição para a sociedade. (ii) A Visão projeta onde as empresas do Grupo querem chegar. (iii) Os Valores norteiam a forma de agir e operar de uma organização para alcançar suas metas. **(ii) Aprovar** a renumeração dos capítulos e artigos subsequentes do Estatuto Social, para adequação à nova estrutura organizacional decorrente da inclusão do Capítulo III. **(iii) Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir integralmente as alterações aprovadas nesta assembleia, o qual rubricado pela mesa, passa a integrar a presente Ata para todos os fins e efeitos legais. (Anexo I). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionistas:** MAPFRE Internacional S.A. (p.p. Felipe Costa da Silveira Nascimento e Sidney Rodrigues) e MAPFRE Investment S.A. (p.p. Felipe Costa da Silveira Nascimento). **Certidão:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 29 de maio de 2025. **Felipe Costa da Silveira Nascimento** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **DOCUMENTOS ANEXOS:** - Anexo I - Consolidação do Estatuto Social. JUCESP nº 211.626/25-9 em 17/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **ANEXO I - MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - NIRE 35300343212 - CNPJ/MF n.º 08.007.935/0001-74 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO: Artigo 1.** A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma sociedade por ações, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 2.** A Companhia tem sede e Foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios, agências e sucursais em qualquer parte do território nacional, conforme deliberação da Diretoria. **Artigo 3.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, inclusive em instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Artigo 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. DO CAPITAL E AÇÕES: Artigo 5.** O Capital Social é de R$ 3.038.708.535,77 (três bilhões trinta e oito milhões setecentos e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos) dividido em 2.244.927.793 (dois bilhões duzentos e quarenta e quatro milhões novecentos e vinte e sete mil setecentos e noventa e três) ações ordinárias e 100.000 (cem mil) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - É facultada a transformação de uma espécie de ação em outra, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo 2º** - As ações preferenciais, com prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, não terão direito de voto e participarão nos resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias. **Artigo 6.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **CAPÍTULO III. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS: Seção I - O Grupo MAPFRE: Artigo 7** - A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma entidade pertencente a um grupo empresarial internacional, global e independente, cuja sociedade matriz é a MAPFRE S.A. (o "Grupo"). **Artigo 8** - A estrutura de governança do Grupo é regida por princípios que diferenciam adequadamente, por um lado, as funções de definição estratégica, supervisão, organização e coordenação que competem à MAPFRE S.A. em sua condição de holding de primeiro nível e que, no caso das três últimas funções, são reforçadas em determinados países, regiões, territórios e negócios, por meio das sociedades holding de diferentes níveis; e, por outro lado, as funções de direção ordinária, gestão efetiva e controle dos negócios que competem às sociedades locais dos negócios. **Artigo 9** - A MAPFRE Brasil Participações S.A., como entidade holding controladora no Brasil, é responsável pela direção ordinária, pela gestão efetiva e pelo controle do negócio em outras sociedades nacionais, nas quais tenha participação direta ou indireta, de acordo com as diretrizes gerais e estratégicas estabelecidas pela MAPFRE S.A. **Artigo 10** - Todas as empresas do Grupo, incluindo a MAPFRE Brasil Participações S.A. e as sociedades das quais participa direta ou indiretamente, adotam os Princípios Institucionais e Empresariais do Grupo MAPFRE, materializados em um Propósito, uma Visão e Valores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. como entidade matriz do Grupo, bem como os princípios constantes no Código de Ética e Conduta. Esses princípios também serão aplicáveis, na medida do possível considerando os pactos de acionistas correspondentes, às diferentes alianças e sociedades compartilhadas desenvolvidas pelo Grupo. **Seção II - Propósito, Visão e Valores: Artigo 11** - A MAPFRE Brasil Participações S.A. e as sociedades nacionais das quais participa direta ou indiretamente, desenvolvem suas atividades em consonância com um Propósito, uma Visão e Valores, estabelecidos nos Princípios Institucionais e Empresariais do Grupo MAPFRE e aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. como entidade matriz do Grupo. **Artigo 12** - O Propósito, a Visão e os Valores formam a base da identidade corporativa do Grupo, definindo sua essência e diferenciação de outras organizações, permitindo transmitir confiança, gerar comprometimento e desenvolver valor sustentável no longo prazo, compartilhado com seus grupos de interesse: (i) O Propósito corporativo reflete a razão de ser aspiracional da Sociedade e do Grupo, ao reunir os compromissos fundamentais da organização e sua contribuição para a sociedade. (ii) A Visão projeta onde as empresas do Grupo querem chegar. (iii) Os Valores norteiam a forma de agir e operar de uma organização para alcançar suas metas. **CAPÍTULO IV. DAS ASSEMBLEIAS GERAIS: Artigo 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso, e fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores; e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, na ausência deste pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou pelos acionistas, na forma da Lei. Independentemente das formalidades previstas neste artigo e na Lei, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Único.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco ou os legalmente impedidos de votar. **CAPÍTULO V. DA ADMINISTRAÇÃO: Artigo 14.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Seção I - Conselho de Administração: Artigo 15.** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros com ou sem suplentes, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, que permanecerão em seus cargos por um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** - Os acionistas nomearão um Presidente, e poderão indicar mais de um Vice-Presidente do Conselho de Administração, sendo que neste caso, os acionistas indicarão aquele(s) que ocupará o cargo de Primeiro(a) Vice-Presidente e os seguintes. **Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração atenderá a todas as sociedades na qual a Companhia tenha participação direta ou indireta, com exceção daquelas que possuam Conselho de Administração próprios. **Artigo 16.** O Conselho de Administração da Companhia deverá se reunir, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente (ou, em sua ausência, por qualquer Vice-Presidente) ou, por, pelo menos 02 (dois) Conselheiros. **Artigo 17.** As reuniões serão convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de notificação pessoal, enviada preferencialmente por meio eletrônico, e na impossibilidade, via correspondência registrada com aviso de recebimento, endereçada a cada um dos membros do Conselho, nas localidades e/ou endereços de e-mail por eles informados à Companhia. **Parágrafo Único.** Para os fins deste Estatuto Social, a expressão "dia útil" significa qualquer dia em que as instituições bancárias não estejam fechadas ou autorizadas a fechar na cidade de São Paulo. **Artigo 18.** A notificação de convocação deverá incluir (i) a data, hora e local da reunião; e (ii) a ordem do dia. As cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos assuntos incluídos na ordem do dia deverão ser disponibilizadas aos membros no mínimo 03 (três) dias úteis da data da reunião. A notificação de convocação poderá ser dispensada quando todos os membros do Conselho estiverem presentes e assim acordarem unânime para a realização da reunião. **Parágrafo Único.** Será considerado presente à reunião, qualquer membro do Conselho que dela participe por meio de videoconferência, teleconferência, internet ou qualquer outro meio de comunicação que possibilite discussão em tempo real entre os membros do Conselho de Administração. **Artigo 19.** Os membros do Conselho de Administração poderão fazer-se representar nas reuniões deste por outro membro do Conselho de Administração, desde que devidamente munido de instrumento de procuração com bastantes poderes para deliberar e votar as matérias postas em discussão. Qualquer Conselheiro poderá estar acompanhado de assessores, que não terão direito de voto, mas que poderão participar das reuniões e das discussões sobre a ordem do dia. **Artigo 20.** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, com quórum mínimo de 3 (três) Conselheiros se o conselho estiver composto por 3 (três) ou 4 (quatro) membros, 4 (quatro) Conselheiros se o conselho estiver composto por 5 (cinco), 6 (seis) ou 7 (sete) membros, e 5 (cinco) Conselheiros se o conselho estiver composto por 9 (nove) membros. **Parágrafo Único.** As resoluções do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto da maioria dos membros presentes na reunião do Conselho. **Seção II - Diretoria: Artigo 21.** A Diretoria da Companhia será constituída por no mínimo 02 (dois) e no máximo 15 (quinze) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais sem designação específica, a serem eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de 3 (três) anos, estendendo-se o mandato até a posse da nova Diretoria eleita, com a possibilidade de reeleição. Terminará automaticamente o mandato de qualquer membro da Diretoria na data que este completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade. **Parágrafo Único.** Os membros da Diretoria da Companhia ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Artigo 22.** Compete à Diretoria a prática dos atos necessários ou convenientes para a execução, isoladamente ou cumprimento das deliberações e resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, bem como a representação da Companhia perante quaisquer terceiros e praticar, ampla e ilimitadamente, todos os atos de gestão ordinária da Companhia, para assegurar seu funcionamento regular e a mais perfeita consecução de seus fins, sempre em fiel cumprimento de seus deveres impostos pela lei ou neste Estatuto, exceção feita aos atos que, por Lei ou por Estatuto, sejam de exclusiva atribuição e competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** - A representação ativa e passiva da Companhia, perante terceiros nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, competirá a dois Diretores em conjunto, que poderão nomear procuradores. **Parágrafo 2º** - Os mandatos dos procuradores, na forma do parágrafo 1º deste artigo, deverão especificar os poderes conferidos e o prazo de duração. As procurações com poderes "ad judicia" poderão ser outorgadas com prazo indeterminado. Não se outorgará poder de substabelecimento nas procurações, exceto no caso de mandato "ad judicia". **Parágrafo 3º** - O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos. **Artigo 23.** Fica expressamente vedado o uso ou emprego da denominação social em avais, fianças, aceites e endossos de mero favor, ou outros documentos estranhos aos interesses sociais, sendo nulos de pleno direito se assim praticados. **Artigo 24.** As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Companhia, na forma da Lei e do Estatuto Social, ficando os Diretores, em caso de violação, solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros e acionistas. **CAPÍTULO VI. DO CONSELHO FISCAL: Artigo 25.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, o qual será instalado pela Assembleia Geral somente a pedido de acionistas, nas condições legais, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número. **CAPÍTULO VII. COMITÊ DE AUDITORIA: Artigo 26.** A Companhia terá um Comitê de Auditoria, o qual servirá a todas as sociedades na qual a Companhia tenha participação direta ou indireta, na qualidade de instituição líder, com exceção daquelas que possuam Comitê de Auditoria próprios. **Artigo 27.** O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) integrantes efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia, com mandato máximo de 5 (cinco) anos. **Parágrafo 1º** - A nomeação de integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos estabelecidos pela regulamentação vigente para o exercício da função. **Parágrafo 2º** - Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que os qualifiquem para a função. **Parágrafo 3º** - No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento, incapacidade permanente de qualquer membro do Comitê de Auditoria ou por qualquer motivo, caberá à Diretoria da Companhia nomear um membro interino, até que possa ser realizada reunião do Conselho de Administração que elegerá um membro definitivo. No caso de ausência ou incapacidade temporária, a nomeação da Diretoria vigerá pelo período desse ocorrência. **Parágrafo 4º** - É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. **Parágrafo 5º** - Na hipótese de mandato inferior ao previsto no caput, esse poderá ser renovado até o limite de cinco anos. **Parágrafo 6º** - Os membros do Comitê de Auditoria receberão os honorários fixados em Reunião do Conselho de Administração, e o valor da remuneração será rateado entre as demais empresas do Grupo MAPFRE que fizerem o referido órgão instalado. **Parágrafo 7º** - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 28.** Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (i) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e disponibilizadas aos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (ii) recomendar, ao Conselho de Administração e à Diretoria, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; (iii) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia e de suas participadas, referentes ao período findo em 31 de dezembro, incluindo as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes, quando houver, sobre as Demonstrações Financeiras; (iv) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (v) avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; (vi) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; (vii) recomendar, à Presidência da Companhia e de suas participadas, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (viii) reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (ix) verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso viii, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da Companhia; (x) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e com o Conselho de Administração Companhia, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (xi) avaliar periodicamente a efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos, em especial quanto a: a) a observância do apetite por risco e da política de gestão de riscos; b) o desempenho do diretor responsável pelos controles internos; c) o desempenho da unidade de gestão de riscos; e d) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; (xii) avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da supervisionada, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; (xiii) auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos; (xiv) revisar a política de gestão de riscos, formulando e avaliando propostas de alterações; (xv) outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia, e por eventual legislação ou regulamentação em vigor. **CAPÍTULO VIII. DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: Artigo 29.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço geral da Companhia, observadas as disposições legais. **Artigo 30.** O lucro líquido do exercício, apurado depois de feitas as deduções de eventuais prejuízos acumulados e feitas as provisões para impostos e contribuições, terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; b) Quota destinada à reserva para Contingências, sempre que julgada necessária pela Diretoria; c) Como mínimo 25% (vinte e cinco) por cento serão destinados para pagamento aos Acionistas, na proporção de suas ações, a título de dividendos mínimos obrigatórios; e d) O saldo poderá ser destinado à Reserva de Investimentos de que trata o § 1º abaixo, a qual terá por limite máximo o montante do capital social. **Parágrafo 1º** - A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, observando as destinações determinadas neste Artigo 30. **Parágrafo 2º** - Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 31.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços intercalares para a verificação dos resultados e com base neles, distribuir dividendos aos acionistas, nos termos do art. 204 § 1º da Lei 6.404/76, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da referida lei. **Artigo 32.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral (art. 204, § 2º da Lei nº 6.404/76). **Artigo 33.** Os resultados constantes do balanço anual terão a aplicação que a assembleia geral deliberar, deduzidas as reservas legais e estatutárias ou disposições legais. **Artigo 34.** A Assembleia Geral poderá constituir os fundos que julgar convenientes. **CAPÍTULO IX. DA LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO: Artigo 35.** A liquidação da Companhia dar-se-á nos casos previstos em lei e quando for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá se transformar de tipo societário, mediante a aprovação do acionista. São Paulo, 29 de maio de 2025. **Felipe Costa da Silveira Nascimento** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa.


Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo

Fique por dentro das notícias que impactam suas finanças

Escolha os canais do **Valor** que você quer seguir e receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights sobre o mundo dos negócios.

Confira o passo a passo no QR Code ao lado



cielo — ISE B3

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento

CNPJ 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 15 de Maio de 2025

(realizada de forma eletrônica - por e-mail)

[illegible]

cielo — ISE B3

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento

CNPJ nº 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Realizada em 24 de Abril de 2025

(realizada de forma eletrônica - por videoconferência)

[illegible]

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

[illegible]

PECINI LEILÕES — TRUE

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE. COMUNICAÇÃO CENTRALIZAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATAS: 1º Público Leilão: 07/07/2025, às 14h15 | 2º Público Leilão: 10/07/2025, às 14h15

[illegible]

Valor | 100
Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000247 – Fornecimento de filmes em bobina para microfilmadora eletrônica para a Administração Central. Abertura: 28/07/2025 às 10h30.

PE 2025012000280 – Fornecimento de veículo elétrico – tipo caminhonete Chassi-Cabine, para Diversas Unidades. Abertura: 25/07/2025 às 10h30.

PE 2025012000281 – Locação de estruturas, incluindo transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para Diversas Unidades. Abertura: 17/07/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portal.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Valor investe | 100

DESVENDE A BOLSA DE VALORES
SEUS PRIMEIROS PASSOS COM SEGURANÇA NA RENDA VARIÁVEL

Desmistifique a bolsa de valores e comece a investir em ações com segurança. Nosso curso **Desvende a Bolsa de Valores** é o guia essencial para realizar seus primeiros investimentos em renda variável e construir um patrimônio sólido a longo prazo.

ACESSE
https://desvendeabolsa.valorinveste.com

FREITAS

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: **WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR**

Central de Informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas redes sociais: YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO | INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO | FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 280 LOTES - DIA: 04.07.2025 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 04.07.2025, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: [illegible]

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: [illegible]

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

Valor Econômico 25 anos | 100 ANOS DE GLOBO

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888